

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Departamento de Arquitetura

Letícia Cursino dos Santos

**PROJETO DE APLICATIVO PARA INVENTÁRIO PARTICIPATIVO A
PARTIR DO PLANO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO CULTURAL DE TAUBATÉ**

Taubaté
2019

Letícia Cursino dos Santos

**PROJETO DE APLICATIVO PARA INVENTÁRIO PARTICIPATIVO A
PARTIR DO PLANO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO CULTURAL DE TAUBATÉ**

Projeto de Pesquisa para o desenvolvimento do Trabalho de Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Taubaté, elaborado sob orientação do Prof. Dr. Ademir Pereira dos Santos.

**Taubaté
2019**

**Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

S237p Santos, Leticia Cursino dos
Projeto de aplicativo para inventário participativo a partir do plano de preservação do patrimônio histórico cultural de Taubaté. / Leticia Cursino dos Santos. - 2019.
152 f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Arquitetura , 2019.
Orientação: Prof. Dr. Ademir Pereira dos Santos. Departamento de Arquitetura.

1. Planejamento participativo. 2. Cidades inteligentes. 3. TIC. 4. Inventário participativo. 5. Patrimônio cultural. I. Título.
CDD – 711

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos especiais ao orientador Ademir Pereira dos Santos, que além de ajudar a nortear este trabalho também proporcionou momentos fantásticos de diálogo sobre planejamento urbano, cidades e patrimônio no gramado deste campus.

A toda equipe da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Taubaté, a qual tive o prazer de conviver durante esses dois anos e ajudar no desenvolvimento de um plano municipal para minha cidade natal, foi uma experiência única poder proporcionar um espaço participativo e aplicar vários conceitos vistos em sala de aula. Muito obrigada pela confiança, conversas e aprendizados (muitos) Débora Andrade, Natália Recco, Marcela Montovani, Lincoln Noyori, Priscila Siqueira, Priscila Rovaron, Edson de Oliveira, Cláudia Passarelli, Ana Carolina de Toledo, Rodrigo Rodrigues, Maria Goreti, Niago Rossetti, Nathália Freitas, Laura Viviani, Luiz Claudio, Elza, Marcelo Augusto e toda SEPLAN. Sentirei falta.

Ao Grupo de Trabalho do Patrimônio que me proporcionou uma das maiores experiências de urbanismo e de vida que já tive, agora eu compreendo o que é um planejamento integrado, participativo e como se forma uma cidade verdadeiramente democrática. Isso tudo que aconteceu durante esses meses foi a inspiração para este trabalho de graduação. Obrigada.

À Ludmilla Fuzzi, Lia Carolina Prado, André Bazzanella e Lucimara Alves pelos empréstimos e doações de livros que ajudaram na construção da pesquisa e Fernanda Vasconcelos pelas conversas ‘patrimoniais’ e ajuda na mesa de bar.

À Camila Lima e Kai Wanyi pela parceria de todos esses anos e companheirismo nos piores e melhores momentos do TG e da faculdade.

Aos meus pais, Rapha e família que entenderam os sumiços e deram todo o apoio para essa jornada ser a melhor possível. Amo vocês.

A todos meus professores que desde pequena foram meus heróis e a cada aula de ‘explosão de mentes’ me deixaram mais inquieta pelo conhecimento e novos horizontes.

A participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir

Carlos Rodrigues Brandão

RESUMO

O presente trabalho propõe a utilização de aplicativo para a criação de um inventário participativo, realizado de forma colaborativa pelo cidadão e a Prefeitura, dos bens culturais da cidade de Taubaté - SP. A troca e a produção de conhecimento estão sofrendo profundas transformações com a Revolução Industrial 4.0, mudando a dinâmica da gestão das cidades e dos relacionamentos interpessoais. A facilidade de comunicação instantânea traz novas possibilidades para o planejamento das cidades, tornando-o mais inclusivo e dialógico. Com base nas necessidades advindas do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural de Taubaté, no Manual de Inventários Participativos do IPHAN e no conceito das cidades inteligentes o trabalho propõe um aplicativo que objetiva facilitar a gestão e a comunicação entre prefeitura e sociedade civil. Como resultado projetual apresentam-se as interfaces, com as respectivas descrições dos conteúdos e funcionalidades, em um sistema interativo para Smartphones, trocando dados em tempo real para proporcionar um ambiente responsivo e aprimorar a administração do patrimônio cultural por meio da TIC (Tecnologia da Informação na Comunicação).

Palavras-chave: Planejamento Participativo, Cidades Inteligentes, TIC, Inventário Participativo, Patrimônio Cultural.

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1. Diagrama metodológico	15
Figura 2. Representação gráfica de uma Rede Colaborativa.....	21
Figura 3. Redes Centralizadas, Descentralizadas e Distribuídas.....	28
Figura 4. RMVPLN	35
Figura 5. Patrimônio Cultural de Taubaté	37
Figura 6. Macrozoneamento do patrimônio cultural de Taubaté.....	37
Figura 7. Mapa da Rede Colaborativa - Grupo de Trabalho do Patrimônio	40
Figura 8. Parte do Grupo de Trabalho no Centro Lúcio Costa.....	43
Figura 9. Secretaria de Planejamento no Connected Smart Cities.	44
Figura 10. Parte dos painéis do evento Connected Smart Cities.	45
Figura 11. Ambiente de Exposições Connected Smart Cities.	45
Figura 12. Livro Guia da Arquitetura Art Deco no Rio de Janeiro, Editora Casa da Palavra, 2000	46
Figura 13. Livro Guia da Arquitetura Colonial, Neoclássica e Românica no Rio de Janeiro, 2002	46
Figura 14. Livro Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro, Editora Casa da Palavra, 2000	47
Figura 15. Livro da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro, Editora Casa da Palavra, 2000 .	47
Figura 16. Pagina interna do livro Guia de Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro	48
Figura 17. Livro educação Patrimonial: Inventários Participativos.	49
Figura 18. Ficha da categoria Lugares, parte 01.....	50
Figura 19. Ficha da categoria Lugares, parte 02.....	50
Figura 20. Livro Arquitetura Industrial - São José dos Campos.	51
Figura 21. Mapa da evolução urbana de São José dos Campos de acordo com chegada de indústrias. Em cinza a malha existente, em preto as novas fábricas que serão apresentadas no capítulo.	52

Figura 22. Apresentação dos objetos de estudo, parte 01	53
Figura 23. Apresentação dos objetos de estudos, parte 02	53
Figura 24. Livro IPAC – BA	54
Figura 25. Ficha parte frontal do IPAC – Bahia.....	55
Figura 26. Ficha parte verso do IPAC – Bahia.....	55
Figura 27. Tela inicial do site Museu da Pessoa.....	56
Figura 28. História lidando com a rotina, parte 01	57
Figura 29. História lidando com a rotina, parte 02 e seção 'outras histórias'	57
Figura 30. Página inicial SIPAC.....	58
Figura 31. Apresentação do Território de Identidade Irecê.....	59
Figura 32. Descrição sobre a Capela Senhora Santana do Miradouro.	60
Figura 33. GEOSAMPA, página inicial.	61
Figura 34. GEOSAMPA, descrição de bem tombado, clique no bem com círculo azul.....	62
Figura 35. Aplicativo Portal do Patrimônio.....	63
Figura 36. Visão interna do aplicativo Portal do Patrimônio	63
Figura 37. Aplicativo Patrimônio PE	64
Figura 38. Visão interna do aplicativo Patrimônio PE	64
Figura 39. Aplicativo Colab	65
Figura 40. Visão das conquistas Colab.....	65
Figura 41. Visão das missões colab.....	66
Figura 42. Visão do mapa colab	66
Figura 43. Visão do feed colab.....	67
Figura 44. Fluxo de informações entre cidadão e prefeitura para inclusão de dados no aplicativo	85
Figura 45. Fluxo sugerido das denúncias realizadas pelo aplicativo.....	88
Figura 46. Fluxo sugerido das sugestões realizadas pelo aplicativo	89

Figura 47. Exemplo de Dashboard	91
Figura 48. Croqui da tela inicial	92
Figura 49. Croqui do menu.....	92
Figura 50. Croqui da tela de configurações	93
Figura 51. Croqui da tela inventariar	93
Figura 52. Croqui da tela criar um inventário	93
Figura 53. Croqui da tela criar um inventário [continuação]	93
Figura 54. Estudos para inclusão das fontes.....	94
Figura 55. Croqui da tela de navegação de conjuntos	94
Figura 56. Estudos para o menu superior e funcionalidades adicionais	94
Figura 57. Croqui da tela exemplo de inventário criação de inventário [continuação].....	94
Figura 58. Croqui de tela de caminho cultural	95
Figura 59. Croqui de tela de caminho cultural [continuação]	95
Figura 60. Croqui de tela vista dos caminhos culturais em lista	95
Figura 61. Croqui de tela meus inventários	95
Figura 62. Croqui da tela de eventos vista de lista	96
Figura 63. Croqui da tela de eventos vista em calendário	96
Figura 64. Croqui da tela de criar eventos.....	96
Figura 65. Configuração das cores bases do aplicativo.....	97
Figura 66. Textura de juta utilizada no fundo do aplicativo.....	97
Figura 67. Lista de ícones utilizados	98
Figura 68. Lista de ícones utilizados	99
Figura 69. Lista de ícones utilizados	100
Figura 70. Lista de ícones utilizados	101
Figura 71, Página de carregamento	102
Figura 72. Página de login.....	103

Figura 73. Página Inicial.....	104
Figura 74. Apresentação de informações básicas do inventário pelo mapa	105
Figura 75. Menu inferior	106
Figura 76. Página inventariar.....	107
Figura 77. Página configurações	108
Figura 78. Página de navegação dos inventários individuais	109
Figura 79. Página de navegação dos inventários em conjuntos	110
Figura 80. Visão de inventário após publicação.....	111
Figura 81. Visão de inventário após publicação [continuação].....	112
Figura 82. Visão de inventário após publicação [continuação].....	113
Figura 83. Menu especial dos inventários	114
Figura 84. Exemplo de criação de inventário	115
Figura 85. Clique no ponto de interrogação para mais informações.....	116
Figura 86. Exemplo de criação de inventário [continuação]	117
Figura 87. Inserir nova fonte	118
Figura 88. Inserir nova fonte [continuação]	119
Figura 89. Exemplo de criação de inventário [continuação].....	120
Figura 90. Página meus inventários.....	121
Figura 91. Página meus inventários com rolagem lateral do menu superior.....	122
Figura 92. Menu especial dos meus inventários.....	123
Figura 93. Página caminhos culturais visão em lista.....	124
Figura 94. Exemplo de caminho cultural.....	125
Figura 95. Exemplo de caminho cultural [continuação].....	126
Figura 96. Exemplo de caminho cultural [continuação].....	127
Figura 97. Menu especial do caminho cultural.....	128
Figura 98. Página de criação de caminho cultural.....	129

Figura 99. Ajuste da localização do caminho pelo mapa	130
Figura 100. Página de criação de caminho cultural [continuação].....	131
Figura 101. Página de eventos com visão em lista	132
Figura 102. Página de eventos com visão em calendário	134
Figura 103. Página de eventos com visão calendário - seleção de outra data	135
Figura 104. Página de criação de evento	136
Figura 105. Inserir data.....	137
Figura 106. Página de criação de evento [continuação]	138
Figura 107. Exemplo de evento.....	139
Figura 108. Exemplo de evento [continuação]	140
Figura 109. Menu especial dos eventos.....	141
Figura 110. Página de colaborar na visão da comunidade	142
Figura 111. Página de colaborar na visão minhas colaborações	143
Figura 112. Criar colaboração	144
Figura 113. Página de criação de colaboração	145
Figura 114. exemplo de colaboração.....	146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. OBJETIVOS	13
1.1 OBJETIVO GERAL	13
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
2. JUSTIFICATIVA.....	13
3. METODOLOGIA	15
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
4.1. O PROCESSO PARTICIPATIVO E FORMAS DE APLICAÇÃO	17
4.1.1 <i>Pesquisa Participante e Pesquisa - Ação</i>	18
4.1.2 <i>Redes Colaborativas na gestão pública</i>	20
4.2. MARCOS LEGAIS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	23
4.3. AS CIDADES SUSTENTÁVEIS, DISTRIBUÍDAS E O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	26
4.4. O INVENTÁRIO DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS NO BRASIL	31
4.5. PLANO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DE TAUBATÉ	35
4.5.1. <i>A vivência dentro do desenvolvimento do Plano</i>	41
4.5.2. <i>Visitas técnicas</i>	42
4.6. ESTUDOS DE CASO	46
4.6.1. <i>Inventários Analógicos</i>	46
4.6.2. <i>Inventários Digitais</i>	56
4.6.3. <i>Aplicativos</i>	63
5. DESENVOLVIMENTO	68
5.1. DIRETRIZES DO APLICATIVO.....	68
5.2. FUNCIONALIDADES.....	69
5.2.1. <i>Usuário</i>	69
5.2.2. <i>Prefeitura</i>	90
5.3. DESIGN DO APLICATIVO	92
5.4. PROJETO FINAL DO APLICATIVO	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	148

INTRODUÇÃO

O Plano Diretor de Taubaté, Lei Complementar nº412 de 2017, exigiu a criação de diversas regulamentações que tratam de pontos estratégicos da cidade, um deles foi a elaboração do Plano de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e criação de Inventário dos Patrimônio Culturais. A regulamentação do Plano de Patrimônio encontra-se em andamento com previsão para a finalização no ano de 2019, porém a criação e gestão de um inventário dos patrimônios culturais de Taubaté pela Prefeitura é uma demanda que não tem projeção para ser suprida atualmente.

A Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) constitui de uma poderosa ferramenta a ser considerada na construção dos sistemas de gestão urbana. As TICs, principalmente por sua popularização com o uso dos Smartphones, alteraram o modo de organização social, refletindo nos espaços físicos e nas cidades.

Mais do que suprir uma exigência legislativa, o inventário é apresentado neste trabalho como a base para a discussão de um planejamento urbano integrado, visto o patrimônio como a fonte de referência a partir de problemáticas e expectativas de compreensão da realidade, apresentando-se como uma grande solução para diversas demandas urbanas, podendo ser fonte de dados e articulação, superando o nível da proteção cultural e conectando possibilidades para a habitação, mobilidade, educação, zoneamento, uso do solo, dentro outros.

O meio urbano está em constante transformação e uma cidade sustentável e democrática implica em sua resiliência. Conseguir guardar a identidade deixando o mínimo de auto sustentabilidade local é de extrema importância, com isso, reinterpretar constantemente o passado para mantê-lo vivo no presente é possibilitar a própria proteção da cultura. Para tal a participação social e comunicação entre Prefeitura e comunidade tem que acontecer.

O trabalho apresenta uma forma eficiente e de fácil acesso para ambas as partes gerirem o patrimônio cultural da cidade por meio dos inventários criados a partir de aplicativo utilizando as TICs para o planejamento urbano e preservação dos bens culturais.

1. OBJETIVOS

1.1 OBJETIVO GERAL

A partir dos Conceitos de Cidades Inteligentes, das TICs, da vivência no processo participativo de elaboração do Plano de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural da cidade de Taubaté e Inventário do Patrimônio Cultural e da demanda estabelecida pelo Plano Diretor de Taubaté, realizar um protótipo de aplicativo no qual possibilite uma interface de inventário participativo para a sociedade civil e gestão do patrimônio cultural da cidade para os agentes públicos.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar pesquisa exploratória sobre Cidades Inteligentes, planejamento participativo, preservação de patrimônio cultural e inventário cultural;
- Fazer estudo de caso inventário cultural e aplicativos de gestão pública;
- Criar protótipo de aplicativo para realizar o inventário do patrimônio cultural de forma colaborativa.

2. JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das cidades, Lei Federal nº10257 de 2001 trazem a obrigação da participação popular no planejamento urbano e tomada de decisões e traz mecanismos para a realização e efetivação da gestão democrática pelos órgãos públicos. Apesar de ser obrigatório, o uso destes dispositivos legais e o cumprimento das leis ainda são pouco vistos nas cidades brasileiras de forma eficiente que objetive um real aproveitamento da participação social.

Não havendo apropriação da sociedade e guarnecimento das reais necessidades sociais do local, os planos de ação pouco influenciam na melhoria do bem-estar e na ambiência positivamente. A resposta inconsciente da comunidade da sensação de negligência é a não utilização do espaço para o que foi projetado a ser, em sua maioria acarretando problemas dos não-lugares, como depredação, utilização para comércio ilícito, entre outros.

A cidade de Taubaté aprovou em 2017 a revisão do Plano Diretor, que prevê a criação de Planos estratégicos em vários segmentos, o Plano de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural é uma das exigências, juntamente com a criação de Inventário dos bens culturais do município.

Sob responsabilidade da Secretaria de Planejamento, o Plano iniciou-se na segunda metade de 2018 com a criação de um grupo de trabalho em forma de Rede Colaborativa, uma nova experiência de gestão na cidade, no qual a sociedade participa da construção de todas as etapas do plano ativamente, estabelecendo níveis de interdependência entre a prefeitura, instituições e sociedade civil.

O inventário foi visto como o ponto mais complexo de ser elaborado pela Prefeitura, por se tratar de grandes volumes de informações e grandes demandas de pessoal qualificado. Com uma construção conjunta o inventário desenvolvido por meio da participação popular cria laços de pertencimento e identificação com o patrimônio cultural do cotidiano da comunidade, estruturando uma cidade responsiva.

O trabalho também busca alinhar os conceitos das Cidades Inteligentes na cidade de Taubaté seguindo o Objetivo 11 de Desenvolvimento Sustentável da ONU “*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*”, promovendo a partir da participação social e maior aproveitamento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a gestão eficiente dos patrimônios culturais do município.

3. METODOLOGIA

O trabalho consistirá em duas partes: a primeira apresentará pesquisa exploratória e estudos de caso sobre os temas abordados de Cidades Inteligentes, planejamento participativo, preservação de patrimônio cultural e inventário cultural. Composto a fundamentação e apropriação do tema.

A segunda parte apresentará o projeto de aplicativo piloto que possibilitará o inventário participativo de bens culturais do município de Taubaté, estabelecendo um meio de comunicação entre sociedade civil e gestores da política de preservação do patrimônio cultural.

O trabalho estará focado em apresentar uma possibilidade, baseada nas plataformas já existentes de compartilhamento de dados e nas ferramentas já existentes que podem ser utilizadas para a criação de um aplicativo, objetivando integrar os conhecimentos obtidos a cerca de inventários participativos e as necessidades do planejamento urbano com as possibilidades da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Esta pesquisa não tratará das questões técnicas ‘back end’ do desenvolvimento do aplicativo, deixando para ser aperfeiçoada a pesquisa posteriormente. Utilizando ferramentas já em excussão captadas através dos estudos de caso, o ‘back and’ deste trabalho seria a adaptação das mesmas para atingir as propostas de planejamento urbano.



Figura 1. Diagrama metodológico

Fonte: Produzido pela autora, 2019

- Revisão da Literatura

Inicialmente foi realizado a pesquisa exploratória qualitativa sobre o tema, por meio da literatura existente.

- Estudos de Caso

Após definido o objeto, elaborou-se o método de trabalho que seria realizado. Os estudos de caso sobre inventários participativos físicos e digitais auxiliaram no entendimento da aplicação dos conceitos vistos anteriormente para a realização do objetivo da pesquisa.

- Definição das Diretrizes do APP

As diretrizes do aplicativo foram derivadas da revisão de literatura e dos objetivos e diretrizes do Plano de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural da cidade.

- Diagramação das Funcionalidades

A partir das diretrizes e do programa de necessidades, realizou-se pela pesquisadora um brainstorming para definir as funcionalidades que melhor transmitiriam os objetivos propostos.

- Criação do Design

A partir de desenhos a mão foram realizados os primeiros rascunhos para o aplicativo pela pesquisadora, posteriormente editados no computador por meio do Power Point e softwares de apoio Illustrator e Photoshop.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. O PROCESSO PARTICIPATIVO E FORMAS DE APLICAÇÃO

A discussão sobre o planejamento das cidades é algo recente no Brasil. Apenas após a década de 70, com o êxodo rural dado pela industrialização e as cidades encontrando problemas com a grande concentração de pessoas sem um plano de ação, no qual a porcentagem vivendo em zona urbana ultrapassou os moradores das zonas rurais, foi que o planejamento começou a ser difundido como algo necessário.

Até ali os grandes problemas metropolitanos já estavam instalados, falta de mobilidade, habitação, infraestrutura básica, violência. A corrida tecnocrática para apagar o incêndio estava lançada.

Após a Constituição Brasileira, em 1988, abre espaço para a discussão de um planejamento participativo. A democratização do país trouxe o entendimento de que não há planejamento “neutro” e a mediação de interesses em torno dos elementos e poderes que constroem a cidade deveriam ser abertamente debatidos e decididos em consenso.

A obrigatoriedade do plano diretor municipal pela Constituição Federal e a regulamentação de vários temas relacionados a política democrática e planejamento das cidades, por meio da lei 10.257 de 2001 – Estatuto das Cidades, possibilitaram novas ferramentas de planejamento estratégico e participação social, estas, entretanto foram esquecidas pelos governos municipais.

Grande parte das cidades brasileiras, no geral de médio e pequeno porte, apresentam o mínimo de participação social nos processos de planejamento e tomadas de decisões. Em sua maioria utilizando as Audiências Públicas como a ferramenta para apresentação e possibilitar a legitimação de uma determinada ação na cidade.

Pouco se constrói coletivamente em audiências públicas, nessas ocasiões normalmente é realizado um monólogo explicativo sobre o tema abordado e ao final algumas perguntas daqueles que conseguiram manter atenção.

O planejamento participativo, tanto na própria regulamentação legislativa quanto em experiências conhecidas em metrópoles brasileiras e cidades estrangeiras, tem grande potencial para a criação de um local com mais equilíbrio, que busque atender as reais necessidades e possibilite um ambiente estruturado que tire proveito e de condições para a vivência da heterogeneidade encontrada nos centros urbanos.

4.1.1 Pesquisa Participante e Pesquisa - Ação

Uma das ferramentas encontradas para realização do planejamento participativo é a pesquisa participante. Metodologia de pesquisa acadêmica que se iniciou no Brasil após o regime militar e contrapõe a forma de pesquisa positivista, esta última considera legítimo apenas o conhecimento neutro, aquele em que o pesquisador não expõe seu envolvimento social com o objeto pesquisado.

Jorge Duarte apresenta o pensamento positivista:

[...] o positivista reconhecia apenas dois tipos de conhecimentos autênticos, verdadeiros, legítimos; numa palavra, científicos: o empírico, representado pelos achados das ciências naturais, o mais importante de ambos; e o lógico, constituído pela lógica e pela matemática. (DUARTE, 2014, p.128)

A objetividade do pesquisador positivista também é abordada por Carlos Brandão:

Por objetividade se entendia a capacidade que deveriam ter os cientistas de dissecar os fatos sociais como se fossem coisas. Para tanto, era imprescindível estabelecer e manter uma separação rígida entre o sistema de valores do cientista e os fatos sociais, objeto de sua observação e análise. (BRANDÃO, 1981, p.22)

Já a pesquisa participante entende os pesquisadores como humanos e logo estão condicionados aos seus valores, crenças, envolvimento individual e social. Consequentemente acredita não existir neutralidade na ciência.

Está ancorado na dialética, que trazido por Jorge Duarte (2014) “[...] compreende o fenômeno na sua complexidade e profundidade, entendendo suas origens, partes, significados e transformações”. Transcendendo os resultados obtidos além das estatísticas.

Jorge Duarte também fala sobre a pesquisa participante:

[...] é considerado pesquisa participante como aquela baseada na interação ativa entre pesquisadores e grupo pesquisado e, principalmente, na conjunção da investigação com os processos mais amplos de ação social e de apropriação coletiva do conhecimento, com a finalidade de transformar o povo em sujeito político. (DUARTE, 2014, p.126)

O termo pesquisa participante é utilizado de forma genérica na literatura para descrever sobre os métodos em que o pesquisador se reconhece como parte integrante da pesquisa, interferindo e sendo interferido por ela. São derivados da pesquisa participante a pesquisa-ação e o observador participante. Será contido nesta pesquisa apenas sobre a pesquisa-ação, podendo ser encontrado as demais definições em livros como o de Jorge Duarte.

A pesquisa-ação é uma metodologia de pesquisa na qual o pesquisador e pesquisados constroem em conjunto seus objetivos, necessidades e diretrizes, dando a oportunidade de a gestão pública realizar a mediação de interesses e ideias a partir da contribuição dos agentes formadores da cidade, como instituições públicas de diversas instâncias, instituições privadas, sociedade civil organizada, dentre outros, afim de solucionar alguma dificuldade ou problema real da cidade.

O pesquisador se insere no grupo pesquisado, participando de suas atividades, acompanhando e vivendo a situação, interagindo como membro e assumindo algum papel no grupo. Esta ação demanda maturidade intelectual para não perder o teor crítico e científico e capacidade de distanciamento para captar, compreender, interpretar e analisar o fenômeno estudado. “Adotando uma dupla postura de observador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social com quem está comprometido” cita Carlos Brandão.

O grupo pesquisado conhece os propósitos e intenções do pesquisador, participando do processo de criação dos objetivos, implicando no engajamento do pesquisador e pesquisados no ambiente investigado, auxiliando desde a construção do problema até a coleta de dados. Os resultados obtidos, e o próprio processo da pesquisa, revertem em benefício para o grupo, servindo de subsídio para definir soluções ao problema pesquisado.

Jorge Duarte cita em seu livro sobre a pesquisa-ação:

A pesquisa ação, na definição de Michael Thiollent é “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida com uma ação ou com resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (DUARTE, 2014, p.138.)

Carlos Brandão também define os objetivos da pesquisa-ação:

[...] ao invés de se preocupar somente com a explicação dos fenômenos sociais e como eles aconteceram, a finalidade da pesquisa/ação é de favorecer a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação pelo grupo que está vivendo este processo, para que ele possa assumir, de forma cada vez mais lúcida e autônoma, seu papel de protagonista e ator social. (BRANDÃO, 1981, p. 30)

Apesar de ser encontrado normalmente dentro de uma pesquisa com comunidades marginalizadas, onde o pesquisador **se insere** em no grupo com uma hipótese. A proposta

de trabalho da pesquisa-ação para o desenvolvimento de políticas participativas, iniciadas pelo governo municipal, é que o pesquisador se constitui da própria figura governamental, no caso, das pessoas representadas por esta, e o grupo de pesquisa será **construído** pelos agentes transformadores da cidade, estabelecendo uma **rede colaborativa**.

4.1.2 Redes Colaborativas na gestão pública

De acordo com Paulo Camon e Arthur Trindade (2013) a Rede Colaborativa contrapõe a percepção tradicional de que o governo pode ser compreendido como uma entidade independente e, em grande medida, acima da sociedade.

Dada essa posição estratégica e mediante a utilização dos seus recursos de poder, o governo teria a possibilidade de dirigir a sociedade no sentido de gerar iniciativas que promovessem o bem comum. Essas iniciativas, materializadas na forma de políticas públicas e programas governamentais [...] (CAMON e TRINDADE, 2013, p.11)

É marcado por questões relacionadas as ações coletivas, em um contexto marcado por uma seção de atores distintos, heterogêneo, com diferentes níveis de poder e interesses. Mediados pela interdependência dos atores¹, possibilita a existência de um subsistema, com um objetivo específico de trabalho, como a criação de um Plano ou política pública e organizado com uma estrutura de gestão, com regras formais e informais.

A rede apresenta 5 características:

1. Não é somente ação do estado, resulta da interação de muitos atores distintos. A própria esfera estatal é entendida como um sistema de múltiplos atores.
2. Na formulação e implementação de políticas, além de atores públicos, estão envolvidos atores privados de distintos setores sociais e áreas.
3. O próprio conceito de rede se refere a vínculos diretos e indiretos relativamente duradouros, por meio dos quais os atores envolvidos estão integrados na formulação de políticas públicas.

¹ Paulo e Arthur salientam a importância da interdependência entre os atores do grupo. “Atores são interdependentes porque não podem produzir sozinhos os produtos e resultados gerados pela política pública, portanto dependem dos outros para que esses sejam gerados. Em outras palavras, os recursos financeiros, políticos e organizacionais necessários para produzir os produtos e resultados, além da informação essencial para implementar as ações preconizadas, estão distribuídos por uma ampla gama de atores e organizações dentro e fora do governo (CAMON e TRINDADE, 2013, p.11)”

4. Embora muitos atores estejam envolvidos direta e indiretamente na produção de políticas, existe entre eles diferenças de poder e influência.
5. Posições de poder e influência não são determinadas somente através de status político – institucional formal, mas também por meio de vínculos informais (por exemplo, comunicação, intercâmbio de recursos, interação estratégica).

Esse modo de gestão, apesar de já encontrado dentro da política pública há algum tempo, com arranjos formais e informais que estabelecem as relações diárias de trabalho para solução de problemas, dos mais simples aos mais complexos, permanecem restritos a um seleto grupo de pessoas da rede.

Com a Tecnologia de Informação e Comunicação tem-se a possibilidade de abrir e criar uma rede colaborativa, que possibilite a participação de demais interessados para a construção e desenvolvimento das cidades de forma compartilhada.

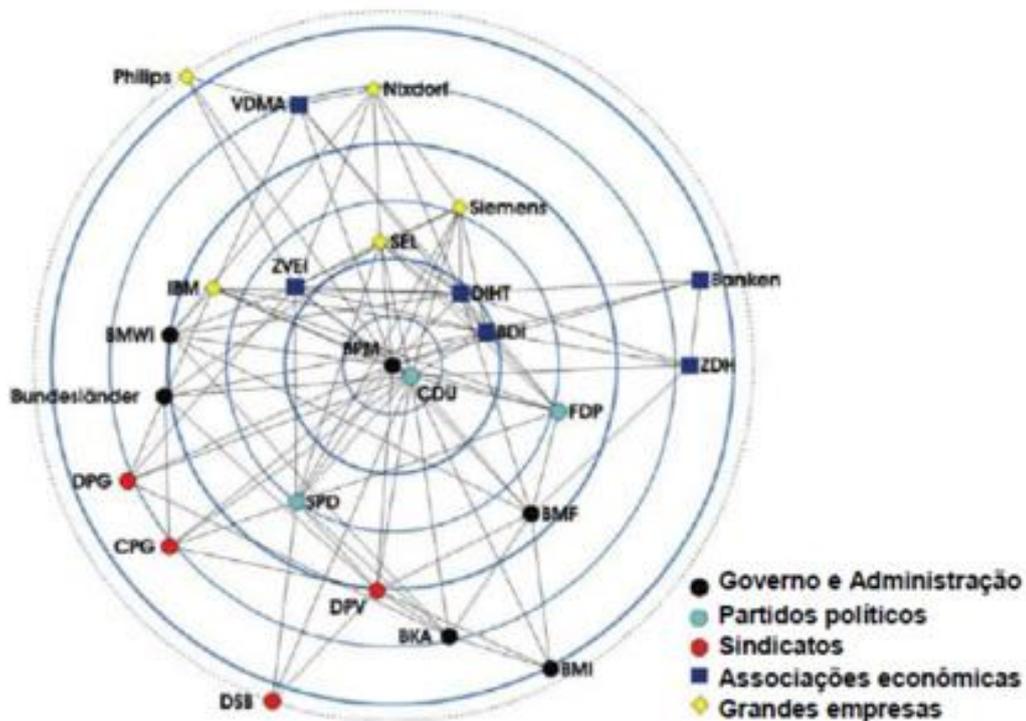


Figura 2. Representação gráfica de uma Rede Colaborativa

Fonte: Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, Ed. 1º. Jul 2013

A imagem acima ilustra a representação de uma Rede colaborativa com a participação de diferentes agentes na reestruturação do setor de energia dos Estados Unidos. Quanto mais próximo do centro, maior a participação e influência do agente no

projeto. Podemos observar a heterogeneidade do grupo, que demonstra haver uma complexidade e possibilidade de maiores trocas e evoluções. Em destaque, no centro, encontra-se o Ministério de Energia, A Casa Branca e o Departamento de Gestão e Orçamento.

A criação de Governança em Redes Colaborativas pressupõe a ativação de agentes que interferem no tema abordado, o enquadramento das relações, estruturando as “regras”, a intermediação das ideias, que em vários momentos podem ser conflitantes devido a característica heterogênea dos agentes envolvidos, a facilitação e criação de consenso, estruturando reuniões, explicando termos técnicos, medidas tomadas antes do conflitos² e a mediação e arbitragem que tem-se após a geração do conflito.

As articulações, ativações dos agentes e a comunicação posterior entre o a rede é facilitada pelo uso das TICs, reuniões por videoconferência, utilização de aplicativos para agendamentos, compartilhamento de arquivos em tempo real são alguns dos exemplos da utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação para desenvolvimento de uma gestão em redes sem a necessidade da presença física.

Apesar de facilitador, o uso destas ferramentas sem o devido cuidado pode gerar transtornos e dificultar a comunicação ao invés do auxiliar. É importante que os agentes tenham clareza dos objetivos e regramentos do grupo para não usar indiscriminadamente este meio de contato para demais fins, ou até mesmo, criar conflitos desnecessários e improdutivos, acarretando em um ambiente de baixo desempenho.

A falta de sensibilidade também pode ser um fator prejudicial as redes que se baseiam inteiramente da forma virtual como o ambiente de construção da política urbana. A comunicação por meio de mensagens, principalmente, pode passar a falsa sensação de estar-se comunicando com uma máquina, não tomando o devido cuidado que talvez tivesse presencialmente de como a fala chegará e impactará as outras pessoas envolvidas, gerando um ambiente hostil ao desenvolvimento das tarefas.

² Os conflitos são comuns e acontecerão em redes colaborativas, não são pensados de forma negativa, e sim como uma maneira de equilibrar os interesses e possibilidade de inovação, a partir de uma boa mediação.

A modelagem da sua forma de comunicação pode ser testada e adequada de acordo com os agentes envolvidos e suas facilidades e discernimentos quando a utilização de TICs. Alguns procedimentos podem afetar positivamente no ambiente das redes e proporcionar expansão de sua capacidade:

- Estabelecimento de um clima de credibilidade e confiança mútua entre os atores.
- Ampla participação nos processos decisórios.
- Transparência, fiscalização e responsabilização das ações.
- Criação de normas e procedimentos.
- Sustentabilidade (continuidade mesmo com mudança de governo por exemplo).
- Estrutura e instrumentos de coordenação.
- Comunicação não violenta.
- Informação e análise.

Mesmo as redes colaborativas que utilizam os meios presenciais para realizar suas atividades, podem usufruir de ferramentas possibilitadas pelas TICs, mesclando a vivência presencial a virtual e criando uma relação de trabalho com grande variedade e maior eficiência.

Tem-se a possibilidade de aplicação dos conceitos de pesquisa-ação, no qual o pesquisador seria o poder público representado podendo ser representado por mais de um agente, compondo parte do corpo técnico e político onde ao mesmo tempo que é um observador crítico, coletando, compilando e analisando os dados, também assume uma postura ativa de mediar, coordenar e articular uma rede colaborativa heterogênea.

4.2. MARCOS LEGAIS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

A constituição Federal do Brasil, de 1988, é conhecida também como Constituição Cidadã, inicia o marco legal da participação popular no país, consolidando diversos dispositivos e implementando novas ferramentas que garantam ao cidadão participar da formulação, implementação e controle social das políticas públicas.

Os meios de controle social têm grande importância na fiscalização das ações públicas, porém seu papel é muito mais amplo, objetivando a efetiva participação social, dando a possibilidade de a sociedade indicar caminhos, propor ideias e decidir sobre diversos assunto de interesse comum.

A participação popular na formulação de políticas públicas municipais está garantida na Constituição e regulamentado no Estatuto das Cidades.

Constituição Federal, 1988. Grifos pela autora:

Art.1º - Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos **ou diretamente**, nos termos desta Constituição.

[...]

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

[...]

XII - cooperação das associações representativas no **planejamento municipal**;

XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; (BRASIL, 1988)

Estatuto das Cidades, 2001.

Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

§ 4o No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

[...]

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

V – (VETADO)

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania. (BRASIL, 2001)

O Plano Diretor Municipal de Taubaté também garante explicitamente a participação popular, em seguimento a legislação federal, regulamento e trazendo instrumentos e procedimentos para efetivação da participação:

Art. 5º São objetivos da política urbana de Taubaté:

[...]

XX. Criar e garantir a efetividade de mecanismos de planejamento e gestão participativa nos processos de tomada de decisão;

[...]

Art. 6º O Planejamento e Gestão Integrada e Participativa de Política Urbana de Taubaté deverão seguir os seguintes objetivos:

I. Garantir o processo permanente de planejamento e gestão urbana;

II. Garantir a transparência e a democracia no planejamento e gestão urbana; e

III. Garantir o acesso e a participação da sociedade no processo de planejamento e gestão urbana.

Art. 7º O Planejamento e Gestão Integrada e Participativa de Política Urbana de Taubaté deverão seguir as seguintes diretrizes com suas respectivas medidas:

[...]

II. Prover recursos materiais e financeiros para a gestão de Planejamento Urbano, cujas medidas são:

[...]

b) Inserir no processo participativo de discussão o orçamento anual, as ações previstas para o exercício seguinte e os respectivos recursos a serem alocados.

[...]

V. Disseminar periodicamente as informações municipais relativas ao crescimento e desenvolvimento urbano, cujas medidas são:

a) Divulgar, no site da Secretaria de Planejamento, os dados coletados sobre crescimento e desenvolvimento urbano; e

b) Desenvolver ferramenta de gestão e controle com capacidade para atualização contínua de plantas, mapas, indicadores e ações relativas ao planejamento urbano.

VI. Promover o contínuo envolvimento da sociedade civil organizada, empreendedores e cidadãos interessados na gestão e planejamento urbano, cujas medidas são:

a) Convocar e disponibilizar o acesso da sociedade civil nos conselhos municipais ligados à política urbana, nas conferências municipais e estaduais;
e

b) Realizar, no mínimo a cada dois anos, uma Conferência Municipal da Cidade de Taubaté.

VII. Incitar a discussão dos temas relativos à política urbana municipal pela população local, cujas medidas são:

a) Disponibilizar e promover eventos que capacitem e informem a sociedade civil a respeito do desenvolvimento urbano municipal; e

b) Incluir, nas audiências públicas do orçamento anual, a discussão das ações relativas ao desenvolvimento urbano previstas para o exercício seguinte e os respectivos recursos. (TAUBATÉ, 2017)

O Plano Diretor de Taubaté de 2017 traz um grande salto em relação a participação popular nas tomadas de decisões das políticas públicas. O Plano Municipal anterior da cidade, aprovado em 2011, apresentava, de forma genérica a gestão democrática da cidade, pautada apenas nas questões de desenvolvimento urbano, consolidado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

A Lei 412, Plano Diretor de 2017, estabelece o processo participativo apresentando ferramentas tangíveis de serem executadas pelo governo municipal, e cobradas pela sociedade civil. Novos aspectos como a transparência de informações por meio de divulgação das pelos órgãos e promoção de eventos para capacitação e informação da sociedade auxiliam a integração dos munícipes com a gestão da cidade.

4.3. AS CIDADES SUSTENTÁVEIS, DISTRIBUÍDAS E O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O desafio do urbanismo no século 21 está pautado nas grandes metrópoles e megaregiões que por um lado, constituem-se atualmente do grande problema urbano gerado pelo crescimento acelerado e falta de planejamento estratégico, se adoecerem, o planeta fica insustentável. Por outro lado, também são os polos de desenvolvimento e inovação, reinventando e criando formas de organização do espaço e proporcionando um ambiente sustentável.

Em um cenário de planeta com a população cada vez mais urbana é necessário novos modelos de desenvolvimento urbano capazes de proporcionar a evolução desses espaços com os princípios da sustentabilidade. “As cidades são os elementos-chave para o desenvolvimento sustentável global” (LEITE, 2012, p. 133). As cidades sustentáveis são mais que construções sustentáveis, devem incorporar no planejamento parâmetros de sustentabilidade para desenvolvimento urbano político e privado.

O conceito de cidade sustentável reconhece que a cidade precisa atender aos objetivos sociais, ambientais, políticos e culturais, bem como aos objetivos econômicos e físicos de seus cidadãos. É um organismo dinâmico tão complexo quanto a própria sociedade e suficientemente ágil para reagir com rapidez às suas mudanças que, num cenário ideal, deveria operar em ciclo de vida contínuo, sem desperdícios [...] (LEITE, 2012, p. 135.)

No Brasil, os exemplos de sucesso das cidades obtiveram-se com a contínua presença do setor privado, além de planejamento e políticas públicas. Essa é a perspectiva para um futuro em conjunto, a construção de cidades que une os agentes transformadores do espaço urbano para um novo olhar de desenvolvimento. É necessária a atuação dos setores públicos para adoção de parâmetros urbanos pautados na sustentabilidade, substituindo os falidos parâmetros de crescimento do século 20.

A sustentabilidade no Brasil traz um desafio a mais: alcançar a diversidade socio-territorial, com uma cidade mais justa e inclusiva no uso do território urbano. Aproveitando dos novos formatos territoriais das megarregiões, expansão urbana, requalificação para incorporar parâmetros de sustentabilidade que garantam as necessidades locais.

As Cidades Inteligentes são Cidades Sustentáveis, de acordo com Leite (2012) e sua implementação se dá de duas formas:

A primeira foca nos atores sociais para o desenvolvimento e transformação, com governança local, mudança de comportamento e atitude, revisão dos objetivos de planejamento, etc. Esse modelo econômico, porém, eficaz quando praticado articuladamente, é uma alternativa as cidades que não podem financiar grandes projetos tecnológicos. Atua na visão de eficiência pela redução do consumo e desperdício, apoiando serviços com baixas emissões de carbono por exemplo, compactação urbana, compartilhamento de equipamentos, assim por diante.

A segunda tem o foco na alta tecnologia, com sistemas modernos de alto desempenho envolvendo especialmente os setores de energia, mobilidade e gestão de resíduos.

Leite (2012) traz a proposta de cidade compacta como a cidade sustentável do futuro, com a otimização dos recursos, o adensamento qualificado, no qual é planejado para cada contexto territorial de acordo com os diversos ursos e necessidades, o uso misto e o encurtamento das distâncias com proximidade de serviços e boa mobilidade.

Também fala sobre núcleos adensados em redes, no qual a escala de vizinhança seria o principal ativo da cidade e este estaria integrado com os demais locais física e virtualmente, por um conjunto de relações sociais que formaria a cidade e as estruturas urbanas.

As cidades inteligentes no Brasil já incorporam a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para promover melhorias e otimizar o planejamento, principalmente dos territórios informais, “cuja o desafio de inserção à rede urbana “formal” – e não a sua exclusão – é dota-lo de adequadas infraestruturas” (LEITE, 2012, p. 133).

Vassão (2016) trata desta nova estrutura urbana proporcionada pelo uso das TICs como sistemas distribuídos, dentro de um sistema complexo organizado, no qual os cidadãos operam como agentes das cidades, favorecido pelo uso da tecnologia de massa. Este novo meio de organização foi denominado pelo autor de Cidades Distribuídas.

[...] a “Cidade Distribuída” seria o ambiente urbano que se estabelece e opera como uma “Rede Distribuída”. Esse tipo de rede não possui um centro específico, é mais flexível, resistente e adaptável do que uma “Rede Centralizada” e apresenta características “emergentes”, ou seja, não previstas em projeto e derivadas de sua auto-organização. (VASSÃO, 2016, p.01.)

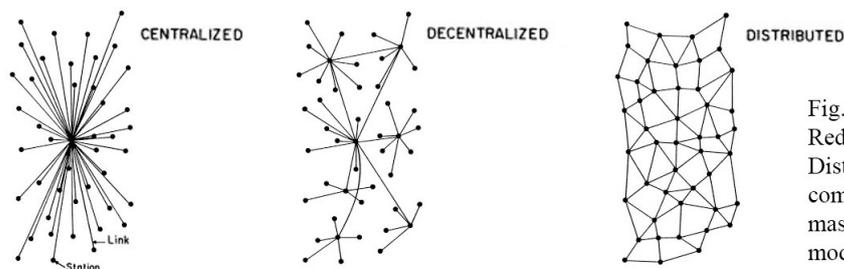


Fig. 1- Diagrama de Baran (196- Redes Centralizadas, Descentralizadas e Distribuídas. Os três diagramas compostos pelos mesmos nós, mas cada um deles demonstra um modo diferente de conexão.

Figura 3. Redes Centralizadas, Descentralizadas e Distribuídas

Fonte: VASSÃO, 2012, p. 01.

Os Sistemas Distribuídos possuem as seguintes características:

1. A ausência de centro pré-definido e/ou determinado, diferente dos sistemas “centralizados” e “descentralizados”;
2. Facilmente escalável e configurável, capaz de crescer, diminuir e assumir novas configurações;
3. Resiliente e adaptável, capaz de recuperar-se de abalos e perturbações com relativa facilidade.
4. Auto organizado, a partir de interações em sua microescala.

A telecomunicação popular está tornando obsoleto os modos de organização centralizada, facilitando a organização distribuída. Porém, ainda hoje, as cidades são vistas como serviços de infraestrutura de aspecto centralizado que é provido ao cidadão pelo governo “de cima para baixo”.

A Cidade Compacta e a Cidade Distribuída possuem semelhanças, revalorizam a vida em vizinhança, com poucas distâncias, produção e consumo locais.

Como contraponto a Cidade Distribuída propõe explicitamente que a organização da cidade pode ser emergente, e não planejada de antemão. Isso não a faz uma cidade sem planejamento, e sim que aspectos não previstos podem aparecer ao longo do processo por locais emergentes, advindo das necessidades trazidas pela população, e estes devem ser considerados, podendo sofrer readequação do projeto ou traçando um novo caminho.

Destaca-se, também, o papel da telecomunicação pessoal no desenvolvimento da vida urbana.

As características das Cidades Distribuídas, de acordo com Vassão (2012) são:

1. A tele presença – Os meios de comunicação em massa, popularizados pelos Smartphones, possibilitam uma dualidade na cidade, o espaço físico e virtual, no qual acontecem as relações e organizações sociais. É possível participar de uma reunião de trabalho sem necessariamente estar fisicamente nela;
2. Trans-localidade – Conecta em tempo real regiões diferentes da cidade, ou do globo, estabelecendo conexões estáveis entre indivíduos e comunidades distantes. Importante para a formação da macrometrópole e retomada do convívio em vizinhança;
3. Convívio em vizinhança – Apesar das grandes metrópoles a Cidades Distribuída é organizada pelas pequenas escalas e estruturadas para formar o todo. As TICs desempenham grande função de conexão entre os vizinhos e a cidade.
4. Virtualidade da Cidade – A cidade passa a ser vista como uma entidade cultural, e não como um conjunto de construções ou fornecedoras de serviços.
5. Descrição e organização topológica – Possibilitado pela tranlocalidade e tele presença. As conexões entre indivíduos são mais importantes que as distâncias entre eles.
6. Unidades urbanas dispersas e a dispersão geográfica do tecido urbano – Bairros e distritos podem estar fisicamente separados, mas formam uma unidade por meio da interação a distância. Entendido também pela dispersão regional das megalópoles, formadas por zonas urbanas seguidas de grandes zonas rurais. A dispersão global possibilita a união de comunidades de diferentes localidades do globo que compartilham laços culturais específicos, valores, interesses,

como a forma de organização de Ecovilas e sustentações do capitalismo como Beverly Hills.

Em todos os estudos abordados de planejamento participativo e novas formas de cidades, a Tecnologia de Informação e Comunicação constitui de uma poderosa ferramenta a ser considerada na construção dos sistemas de gestão das cidades. As TICs, principalmente por sua popularização, alteraram o modo de organização social, refletindo nos espaços físicos e nas cidades.

As redes sociais possibilitam a utilização das cidades por experiências virtuais, cada vez mais os espaços são vistos por imagens e vídeos, possibilitando uma viagem virtual. Deixando para o meio urbano a possibilidade de assumir seu papel **heterogêneo de encontros**, um ambiente físico complexo e mutável, resiliente, transcendendo ao valor estético tecnocrata imposto pela geometria.

Já são utilizadas, também, como modo de organização espontâneos dentro da sociedade civil brasileira, desde a organização de um aniversário, palestra, até exemplos extremos como as manifestações de rua contra o governo de 2013, e mais atualmente 2019.

A cidade ganha a dimensão de paisagem de informação, um “infoscape” variado, no qual os acontecimentos afetam diretamente a forma de perceber e viver na comunidade. A partir da gestão estruturada e meios de participação social, o espaço virtual torna-se um local para além de representação da realidade, possibilitando sua construção. “Poderíamos falar de uma “cidade híbrida” tecnologicamente “conectada” e potencialmente “aberta” a participação de todos” Trachana (2014, p. 249). Tradução livre pela autora.

La mediación de la experiencia de la ciudad se produce, nos dice Barthes (1995), por un lado como un registro de una realidad objetiva y dada donde las imágenes son referenciales, una “huella” de la realidad y por otro, como una manipulación de la realidad o creación de una realidad nueva en lo que “toca” subjetivamente y se refleja como una deconstrucción de la realidad objetiva: sensación de movimiento, dinamismo, complicados puntos de vista, dificultad de determinar las coordenadas espaciales, imágenes dramáticas y atmosféricas... (TRACHANA, 2014, p. 248.)

A criatividade aguçada nas cidades híbridas, heterogêneas, estimula a capacidade dos profissionais de liderar alternativas não convencionais para os problemas, inovando, através da participação social nas tomadas de decisões, resgates dos valores positivos da parte informal das cidades e a construção de cidades responsivas, com o *feedback* constante entre processos espontâneos e performances lideradas por profissionais.

Apesar do papel fundamental da TIC para a união e novos modos de organização das cidades, os verdadeiros transformadores são os cidadãos, destacando a importância tanto dos munícipes e agentes da cidade, quanto dos funcionários públicos que movem a máquina pública. O planejamento urbano das cidades distribuídas, incentivado pela criatividade, torna-se a capacidade do cidadão entender seu meio e transformá-lo. A medida que isso se torna um estilo de vida, tem-se a habilidade de criar e recriar o entorno, melhorando as condições de habitabilidade e convivência.

4.4. O INVENTÁRIO DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS NO BRASIL

A palavra patrimônio deriva do latim *pater* e significa pai. A referência é dada como o patrimônio que o pai deixa ao seu filho, referindo-se aos bens e riquezas de uma pessoa. A concepção coletiva de patrimônio começou a ser construída pela Revolução Francesa no século XVIII.

Segundo o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo.

A Constituição Federal apresenta o patrimônio cultural como bens de interesse público, suscetíveis a proteção e vigilância do Estado.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a **colaboração da comunidade**, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de **inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. (BRASIL, 1988, Constituição Federal. Grifos pela autora)

O patrimônio material consiste, segundo o Decreto-Lei nº 25/1937,

O conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL,1937.)

Já o patrimônio imaterial, por sua vez, é definido pela UNESCO como

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO,2006.)

É importante salientar a estreita relação entre o bem imaterial e material nas dinâmicas urbanas e construção da identidade patrimonial. Um edifício considerado de importância cultural não é apenas estético, ele marca a passagem de valores, métodos e cultura em um determinado lugar e tempo. Esse conjunto material e imaterial formam a ambiência de um lugar, tratada como o “espírito do lugar” pela Declaração de Quebec.

1. Reconhecendo que o espírito do lugar é composto por elementos tangíveis (sítios, edifícios, paisagens, rotas, objetos) bem como de intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, festivais, comemorações, rituais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) e que todos dão uma contribuição importante para formar o lugar e lhe conferir um espírito, declaramos que o patrimônio cultural intangível confere um significado mais rico e mais completo ao patrimônio como um todo, e deve ser considerado em toda e qualquer legislação referente ao patrimônio cultural e em todos os projetos de conservação e restauro para monumentos sítios, paisagens, rotas e acervos de objetos. (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 2008, p.03)

O processo de escolha sobre o que é um patrimônio cultural esbarra em implicações epistemológicas sociais e políticas. Quem tem a autoridade e legitimidade para definir o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de quais interesses...

A Constituição, como mostrado anteriormente, define que a partir da colaboração da comunidade, o Poder Público promoverá e protegerá o patrimônio brasileiro, no entanto, mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública.

A ferramenta mais antiga e consolidada a ser utilizada legalmente para a proteção de patrimônios culturais é o tombamento. O tombamento institui o registro e proteção de bens culturais através de lei. Por conta das restrições aplicadas, principalmente cunho urbanístico e por consequência a proteção de bens culturais, o tombamento passou a ser visto como o oposto ao desenvolvimento, à modernização, à mudança. Um estigma criado

nas décadas de 30 a 60 e que ainda pode ser observada nitidamente ao se falar de preservação no Brasil.

Uma outra aplicação para conhecimento e proteção do patrimônio é a elaboração de inventário. A Constituição já apresenta esta ferramenta em 1988, porém nunca chegou a ser regulamentada, criando uma série de dúvidas e aberturas sobre sua implicação legal.

O inventário, diferente do tombamento, dá a perspectiva de exploração e construção de referências culturais conduzido pela consciência local, captando novas possibilidades não visualizadas. Ele desloca o foco da monumentalidade para o valor simbólico.

As referências culturais são diferenciadas a partir da heterogeneidade, sujeitos diferentes atribuem significados a certos bens e esses passam a ter um valor de referência para um grupo, formando sua própria identidade. Assim, os bens culturais não valem apenas por si mesmos, o peso é atribuído em função de determinados critérios e interesses vistos historicamente, a partir da cultura local em um determinado tempo.

[...] os inventários são um tipo de trabalho em que se cruzam a necessidade de um rigor científico e a necessidade de prestar um serviço público, no sentido de que somos um serviço público [IPHAN]. E, no caso dos inventários, é muito importante ter em mente esse duplo objetivo, que não é fácil alcançar, porque, de um lado, temos a pressão de uma demanda muitas vezes urgente e necessária, e, de outro, temos a necessidade de uma reflexão, de uma pesquisa detalhada, demorada” (MOTTA e SILVA, 1998.)

Lia Motta e Maria Silva (1998) apresenta duas possibilidades de inventário: o Inventário de Conhecimento, posteriormente chamado de Inventário de Identificação pela UNESCO e o Inventário de Proteção.

O Inventário de Identificação consiste em uma pesquisa extensiva para captar as possibilidades do lugar, não se sabe onde pode levar, e é conduzido pelo comunidade local onde está se inventariando algo, possibilitando uma relação do sujeito com o objeto que será encontrado e atribuindo valor a este objeto numa perspectiva desconcentrada, plural e ao máximo democrática.

Em suma, o maior objetivo é conhecer o bem cultural, no qual a comunidade possa se reconhecer. As comunidades que habitam o lugar, e assim vivem este espírito, ao terem consciência de suas referências culturais tornam-se as maiores protetoras do seu patrimônio, memória e tradições.

O Inventário de Proteção pode ser entendido como uma pesquisa mais aprofundada e a compilação dos dados recolhidos pelo Inventário de Identificação, em sua maioria objetivando a proteção jurídico-administrativo do bem.

O objeto a ser inventariado pode apresentar-se de diferentes formas, como um bem imaterial, material, dado por sua individualidade ou conjunto. Já as ferramentas a serem utilizadas para elaborar o inventário são as mais variadas, em ambos os casos de inventário, de proteção ou identificação, é comum encontrar fichas e formulários que apresentem de forma sintetizada as principais características, outras possibilidades estão em levantamentos fotográficos, plantas, dados socioeconômicos, vídeos, entre outros. É importante a união destas ferramentas para elaborar o inventário, possibilitando várias visões sobre o patrimônio.

O inventário é muito utilizado como base de referência na identificação de patrimônios excepcionais para o tombamento, porém ele apresenta-se como uma grande solução para diversas demandas urbanas, podendo ser fonte de dados e articulação superando o nível cultural e possibilitando conectar possibilidades para a habitação, mobilidade, educação, zoneamento, uso do solo...

O meio urbano está em constante transformação e uma cidade sustentável e democrática implica em sua resiliência, conseguir guardar o passado deixando o mínimo de auto sustentabilidade local é de extrema importância, com isso, reinterpretar constantemente o passado para mantê-lo vivo no presente é possibilitar a própria proteção da identidade.

Essa reflexão é extremamente complexa e impossível de ser alcançada como uma homogeneidade na cidade. O inventário, então, seria a base para a discussão, visto o patrimônio como a fonte de referência a partir de problemáticas e expectativas de compreensão da realidade.

Em um tempo no qual a TIC reordenou o modo de organização social surgiu um novo paradoxo, de um lado tem-se um grande movimento de desterritorialização ameaçando a capacidade de construir uma identidade local, gerando globalização cultural. De outro há um impulso para a construção de identidade local renovada por meio de novas práticas, principalmente ao que se refere aos saberes tradicionais.

Observa-se que a população que é a mais adepta da telecomunicação é também a que mais valoriza viagens e turismo, mas há uma conjunção entre sua postura ética e a valorização da interação local, na vizinhança e nas práticas urbanas

O Plano Diretor de Taubaté, Lei Complementar nº412 de 2017, exigiu a criação de diversas regulamentações que tratam de pontos estratégicos da cidade, um deles foi a elaboração do Plano de Proteção do Patrimônio Histórico Cultural e criação de Inventário dos Patrimônio Culturais da cidade pelo poder Executivo.

A Prefeitura de Taubaté atualmente possui 15 secretarias e o Gabinete do Prefeito, a Secretaria de Planejamento é a responsável por elaborar o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural e o Inventário de Bens Culturais, nela estão alocados 43 funcionários, sendo 4 arquitetos estatutários e 6 arquitetos em cargos de chefia.

A legislação em vigência que trata da proteção de bens culturais no município traz como principal e único instrumento o tombamento, dado na forma de decreto realizado pelo Prefeito Municipal. Para ser válido o tombamento, o processo deve passar pelo Conselho de Patrimônio, que opina sobre a questão.

O município de Taubaté possui 39 decretos de tombamento, sendo 31 na instância municipal, 6 na estadual e 2 na federal. A maior concentração de bens tombados está na região central da cidade com 28 edifícios. Também são tombados 19 edifícios, um grupo de palmeiras, o belvedere, o antigo pontilhão de trem e a várzea do Rio Paraíba que formam o conjunto do Quiririm.

É grande a visibilidade, mesmo que sem muitas diretrizes e limitações, dada a proteção da paisagem natural do município assim como sua riqueza de fauna e flora, tendo, além da várzea, também os tombamentos da Bacia do Rio Una que compreende 393,74km² (63% da área total do município), a Mata do Bugio 2,76km² e a paisagem natural do divisor de águas do Rio Itaim e Serra do Quebracangalha, expressa no tombamento a limitação de “até onde a vista alcança”.

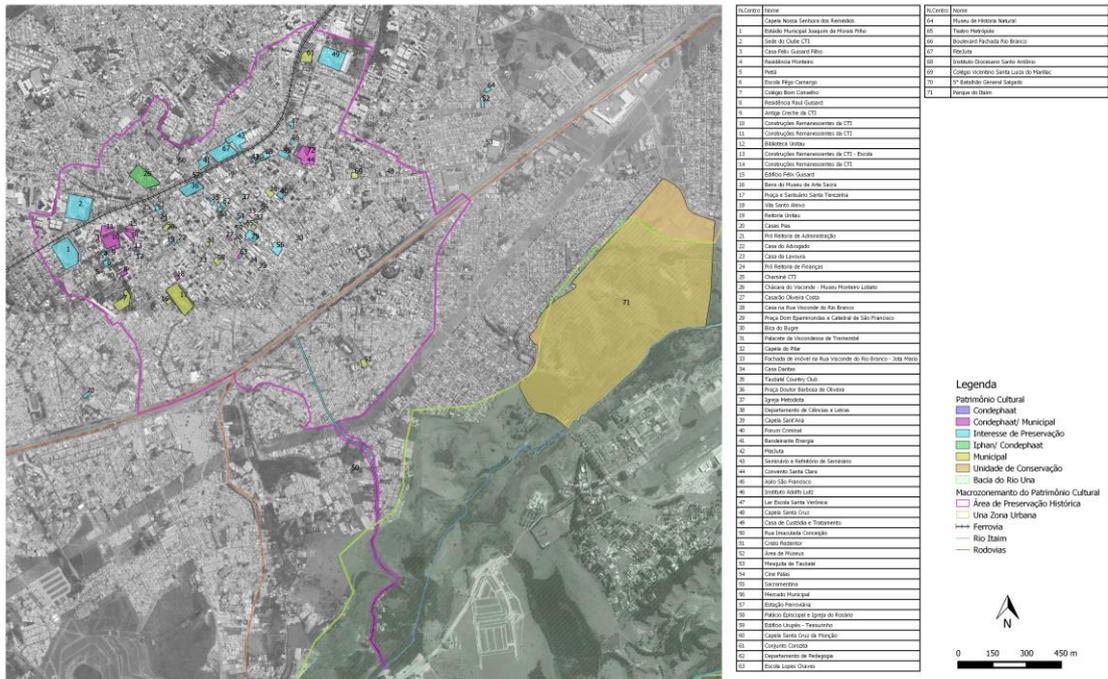


Figura 5. Patrimônio Cultural de Taubaté

Fonte: Produzido pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio

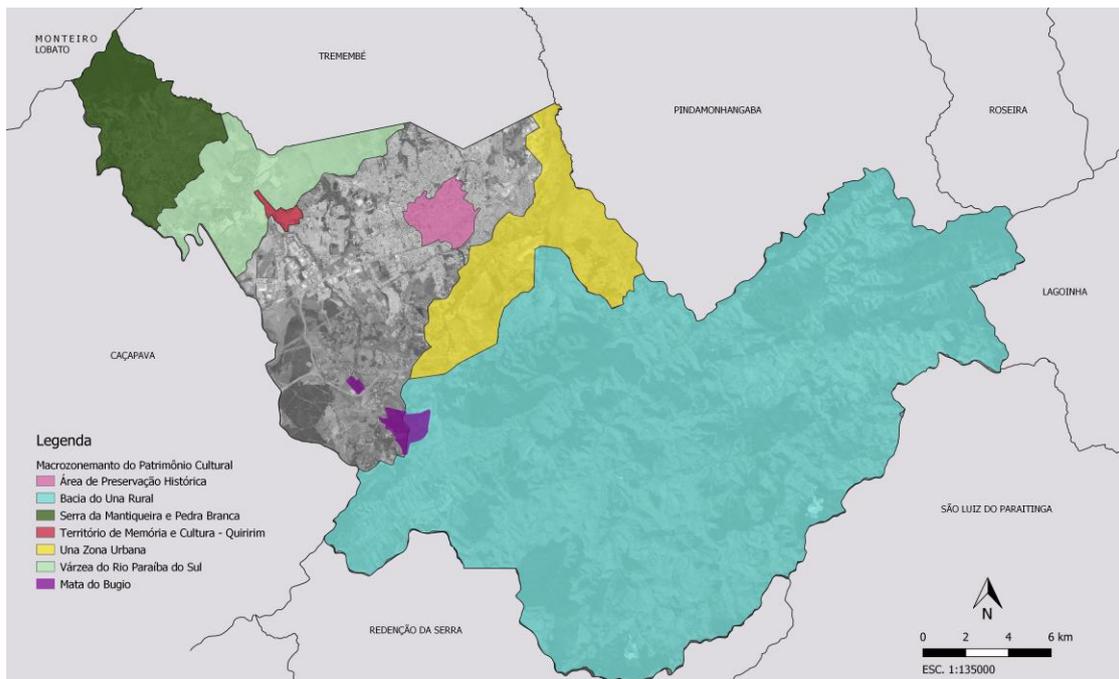


Figura 6. Macrozoneamento do patrimônio cultural de Taubaté

Fonte: Produzido pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio

O trabalho foi dividido em duas frentes, em que a pesquisadora foi membro ativo das atividades: A criação do Grupo de Trabalho do Patrimônio, em rede colaborativa, para realização do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural e a realização da primeira parte do Inventário do Patrimônio Cultural com o apoio do Departamento de Arquitetura da Universidade de Taubaté.

O Grupo de Trabalho do Patrimônio foi formado por membros da sociedade civil e instituições públicas e privadas que mantem interesse na preservação do patrimônio cultural, coordenado pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Taubaté. A Prefeitura por meio de convite e divulgação nas redes oficiais de comunicação chamou a participação dos interessados.

Participaram do grupo instituições como: Universidade de Taubaté, Faculdade Dehoniana, Rádio Cultura; Instituições públicas: secretarias da Prefeitura de Taubaté de Planejamento, Educação e Meio Ambiente, Turismo e Cultura, IPHAN; membros da sociedade civil organizada como: Preserva Taubaté, Taubaté das Antigas, Resgatando Taubaté, Somos Todos Centenários, sociedade 30 de aprile; sociedade civil em geral: historiadores, professores, arquitetos, recebendo também contribuições da Área de Museus e Arquivo Histórico de Taubaté, Museu Mazzaropi, Centro Cultural Zumbi dos Palmares, Museu Monteiro Lobato, Museu da Imigração Italiana entre outros.

A lei em vigência sobre a preservação do patrimônio da cidade (Lei 55 de 1994), trata exclusivamente do tombamento e do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, não estabelecendo um desenvolvimento maior sobre planejamento e proteção do patrimônio cultural da cidade.

O Plano de Patrimônio traz novas alternativas para preservação aos patrimônios de Taubaté, estabelecendo pela primeira vez na cidade uma política de preservação dos seus patrimônios culturais. Com a participação da população constituiu algumas diretrizes gerais, além das já previstas no Plano Diretor, que delineou todo o processo de criação do Plano:

- Instituir novos instrumentos de proteção para o patrimônio cultural e atualizar o procedimento de tombamento instituído pela lei vigente no município, de 1994.

São algumas novidades: A educação patrimonial, o inventário como modo de proteção, a vigilância.

- Atualização das Infrações e Penalidades exercidas contra do patrimônio cultural.
- Criação de incentivos financeiros para a manutenção, promoção e preservação dos bens culturais.

São algumas novidades: O fundo de proteção do patrimônio cultural, até a presente data de desenvolvimento deste trabalho de graduação também estava em discussão incentivos construtivos e incentivos em ISS para comércios, além de incentivar parcerias público privadas para a adoção de um patrimônio.
- Reformulação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural.

São algumas novidades: o conselho passa de opinativo para deliberativo, aumenta o número de cadeiras de 7 membros para 16, além de criação de câmaras técnicas para análise de processos e comissão permanente de educação patrimonial.
- Proteção da Paisagem

Pela primeira vez na cidade de Taubaté há a intenção de criação de uma política para proteção da paisagem natural e edificada, estabelecendo diretrizes para os tombamentos já realizados na paisagem e outros pontos da cidade e estabelecendo uma junção com o patrimônio cultural.
- Manutenção e aperfeiçoamento do Plano de Patrimônio.

Os temas já trabalhados pelo Grupo de Patrimônio até o momento foram:

1. O que é patrimônio cultural e qual identidade da cidade que vemos em Taubaté;
2. Regulamentação do Inventário como forma de identificação e produção de conhecimento;
3. A atualização dos procedimentos de tombamento;
4. A indicação de possíveis instrumentos para proteção como desapropriação, direito de preempção, transferência do direito de construir (já regulamentados pelo plano diretor);
5. A vigilância e fiscalização;
6. Estruturação de diretrizes para educação patrimonial, trabalhada como base para a proteção e pertencimento ao patrimônio;
7. Criação de novos instrumentos de proteção como Área de Preservação do Patrimônio Cultural, com diretrizes que trabalham as especificidades de cada ambiência;
8. O uso dos patrimônios tombados;
9. A atualização do conselho de patrimônio com novas atribuições, cadeiras, passagem de opinativo para deliberativo e abertura para participação da sociedade civil, assim como câmaras permanentes para trabalhar assuntos específicos de educação patrimonial e processos de análise técnica;

10. Criação de novo instrumento para preservação, focado no espírito do lugar, com a união de bens materiais e paisagem a partir das Áreas de Preservação do Patrimônio Cultural;
11. Criação de fundo com destinação de verba para viabilizar o plano de preservação de patrimônio;
12. Das penalidades, multas e demais considerações de infrações contra o patrimônio cultural;
13. A ordenação dos elementos que compõe a paisagem, objetivando uma despoluição visual;
14. As infrações e multas contra a paisagem;
15. Os caminhos culturais;
16. A regulamentação de pontos especiais de apreciação da paisagem, como os mirantes e áreas de proteção paisagística considerada pelo plano diretor.

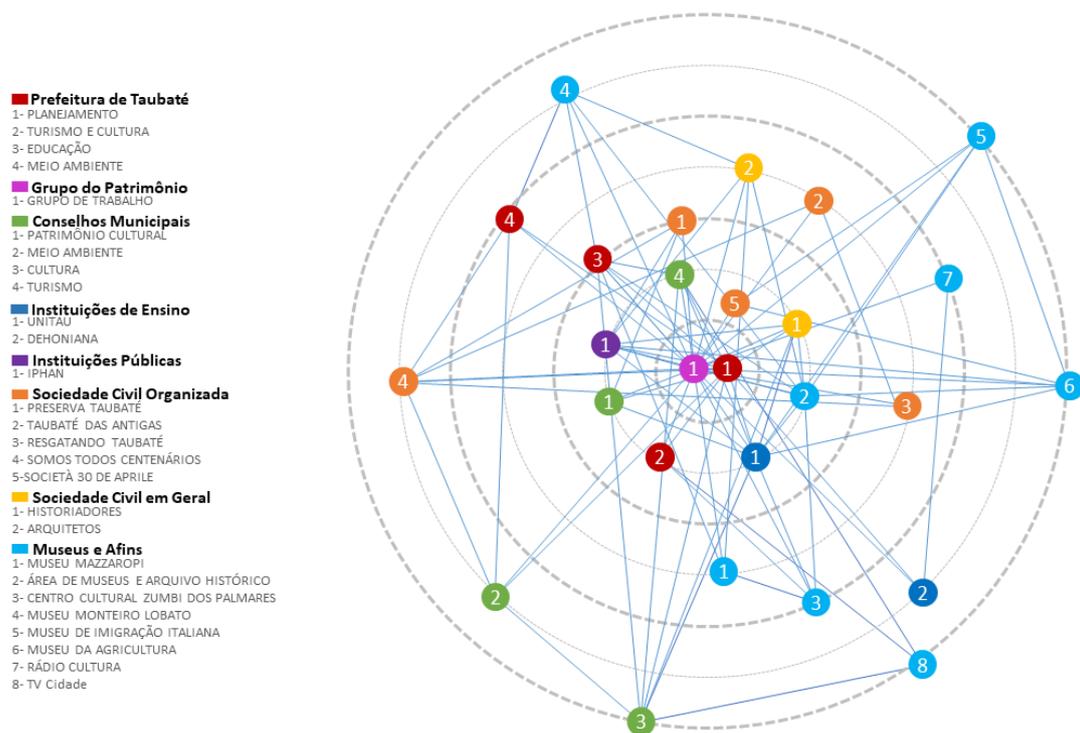


Figura 7. Mapa da Rede Colaborativa - Grupo de Trabalho do Patrimônio

Fonte: Produzido pela autora

O mapa da rede colaborativa ilustra as interações do Grupo de Trabalho para a produção do Plano de Patrimônio, quanto mais próximo do centro os agentes, maior a interação na construção do Plano, no centro encontra-se a Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Taubaté e o Grupo de Trabalho.

4.5.1. A vivência dentro do desenvolvimento do Plano

O Plano de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural foi escolhido pela pesquisadora como tema gerador do objeto do Trabalho de Graduação, possibilitando a continuidade da discussão sobre o assunto, avançando ao que foi vivenciado e levantando uma hipótese para solucionar a problemática de um inventário participativo.

O Plano possibilitou a autora participar ativamente de um planejamento participativo, objetivo final do aplicativo produzido neste trabalho de graduação, e compreender as necessidades da comunidade e gestão pública local para a proteção do patrimônio existente na cidade e seu inventário.

Afim de caracterizar o papel da pesquisadora dentro do Grupo de Trabalho, tirando como referências os pontos principais de delimitação do pesquisador dentro de uma pesquisa-ação de Jorge Duarte⁵ delimitaremos os seguintes pontos:

1. A autora estava inserida no Grupo de Trabalho, sendo um de seus membros e participando ativamente das atividades realizadas.
2. O papel da pesquisadora no Grupo foi de articuladora, mediando os diferentes conjuntos sociais e opiniões sobre o tema discutido na reunião, anotando os pontos importantes discutidos, escrevendo as atas, produzindo parte dos materiais necessários para discussão dos temas e subprodutos do Plano e articular os diferentes temas para os conjuntos de pessoas que poderiam melhor ajudar no desenvolvimento do trabalho, sempre com o conhecimento de todos.
3. O grupo de trabalho não é um grupo social homogêneo, foi formado oficialmente pela Prefeitura de Taubaté como rede colaborativa com o objetivo de elaborar o Plano de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural exigido pelo Plano Diretor da cidade. Assim, os membros que participaram do grupo tinham consciência de seu objetivo, a metodologia do trabalho, os pontos, problemas que o Plano iria abordar foram construídos coletivamente.
4. As decisões para os temas do Plano de Preservação foram tomadas pelo consenso do grupo, a autora realizou a mediação dos interesses e propôs soluções.

⁵ No livro Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação, Jorge Duarte organiza várias metodologias que possibilitam a participação, e distingue a pesquisa-ação, pesquisa participante e observador participante.

4.5.2. Visitas técnicas

1. Centro Lúcio Costa e IPHAN RJ

O Grupo de Trabalho do Patrimônio realizou no dia 03/09/2019 uma visita técnica ao Centro Lúcio Costa – IPHAN RJ. Criado a partir do Acordo firmado entre o Governo do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 26 de julho de 2010, durante a 34ª reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, em Brasília, o Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio - Centro de Categoria 2 (Centro Lucio Costa - CLC), sob os auspícios da Unesco, tem como metas ampliar a capacidade de gestão do patrimônio cultural e natural e promover a cooperação no âmbito da sua Região de Abrangência, composta por 17 países de língua oficial portuguesa e espanhola da América do Sul, África e Ásia. A adesão dos países institucionaliza a estrutura multilateral do Centro, com vistas à capacitação de técnicos e gestores dos países envolvidos.

A visita consistiu em compartilhar informações sobre a preservação de patrimônios culturais que possam agregar ao Plano de Preservação de Patrimônio Cultural. Foram enviadas previamente várias dúvidas do Grupo para o Centro Lúcio Costa como: tratativa legal dos inventários, entornos de bens tombados, uso dos bens tombados, formas de preservação e educação patrimonial.

O Grupo foi recebido por Lia Motta, Jurema Arnaut e André Bazzanella na sede do Centro Lúcio Costa e IPHAN, Av. Pres. Vargas, 3131 ,14º andar, Cidade Nova. Rio de Janeiro-RJ. Foi realizada uma apresentação dos trabalhos do IPHAN de manutenção de documentos históricos e apresentado os ambientes de trabalho e biblioteca do IPHAN RJ.

Posteriormente Lia, Jurema e André responderam os questionamentos realizados pelo Grupo e também abordaram outros pontos de interesse para se pensar sobre a preservação dos patrimônios culturais. Explanaram também experiências de sucesso e aquelas que apresentaram problemas na execução de vários municípios brasileiros e do próprio IPHAN.

André Zambelli também se uniu ao grupo de discussão e contou sobre sua experiência de elaboração e implementação do projeto de Corredor Cultural no Rio de Janeiro, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, apontando as problemáticas encontradas e as

soluções propostas para diversos temas, preservando ambientes culturais em regiões da cidade do Rio.

Finalizando, Lia e Jurema parabenizaram pelo trabalho realizado e dispuseram-se em ajudar e receber mais vezes o grupo para continuidade dos trabalhos de preservação do patrimônio.



Figura 8. Parte do Grupo de Trabalho no Centro Lúcio Costa

Fonte: Acervo Pessoal

2. Connected Smart Cities

O Connected Smart Cities envolve empresas, entidades e governos em uma plataforma que tem por missão encontrar o DNA de inovação e melhorias para cidades mais inteligentes e conectadas umas com as outras, sejam elas pequenas ou megacidades. Para atingir este objetivo, unem-se empresas e entidades de serviços e tecnologia de ponta, especialistas, governo e pessoas engajadas com a otimização das cidades do Brasil, buscando inspiração em soluções implantadas nas mais inteligentes cidades do mundo e trazendo novas ideias.

A Secretaria de Planejamento participou do 2º dia do evento que ocorreu 18/09/2019 no Centro de Convenções Frei Caneca em São Paulo, acompanhando as palestras sobre cidades inteligentes, cidades sustentáveis, mobilidade urbana, dentre outros. Também participou do ambiente de exposições e troca de experiências com outras cidades do país que apresentaram nos stands pelo evento.



Figura 9. Secretaria de Planejamento no Connected Smart Cities.

Fonte: Acervo Pessoal



Figura 10. Parte dos painéis do evento Connected Smart Cities.

Fonte: Acervo Pessoal



Figura 11. Ambiente de Exposições Connected Smart Cities.

Fonte: Connected Smart Cities / Divulgação

4.6. ESTUDOS DE CASO

As referências em prática sobre o assunto foram divididas em três partes: os inventários analógicos, ou seja, impressos; os inventários digitais e os aplicativos utilizados para participação e planejamento urbano.

4.6.1. Inventários Analógicos

- Coleção Guias da Arquitetura no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Casa da palavra, 2000.

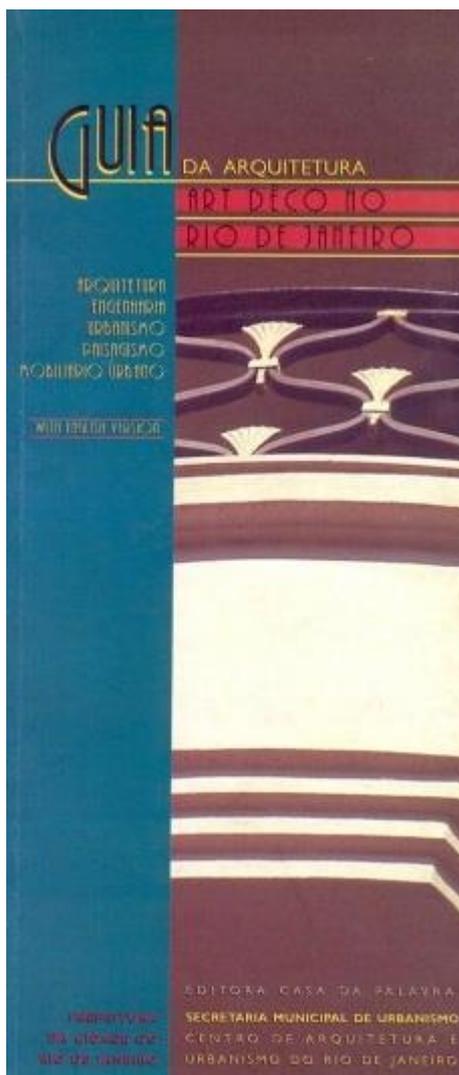


Figura 12. Livro Guia da Arquitetura Art Deco no Rio de Janeiro, Editora Casa da Palavra, 2000

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2002

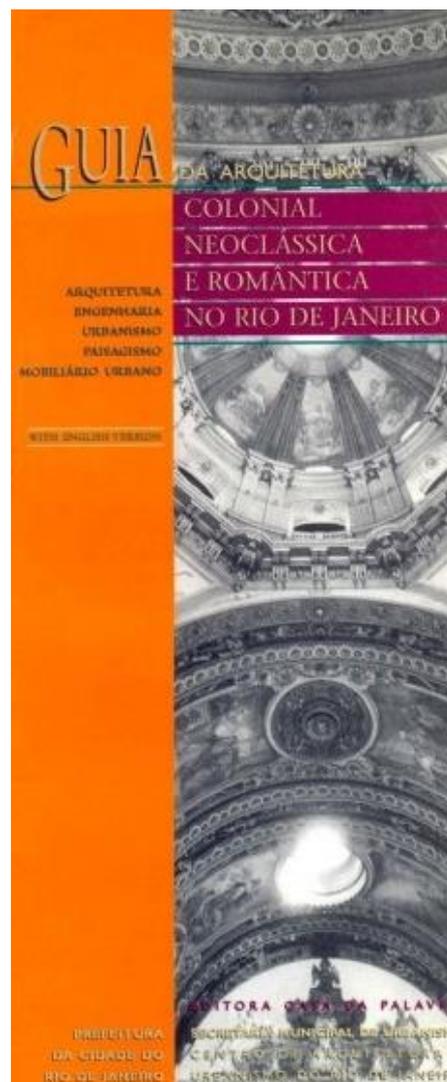


Figura 13. Livro Guia da Arquitetura Colonial, Neoclássica e Romântica no Rio de Janeiro, 2002

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2002

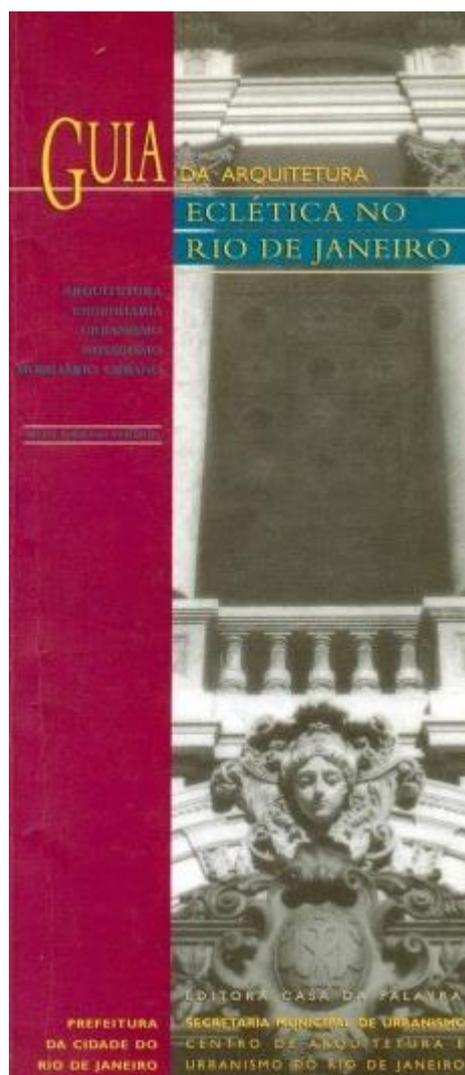


Figura 14. Livro Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro, Editora Casa da Palavra, 2000

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2002

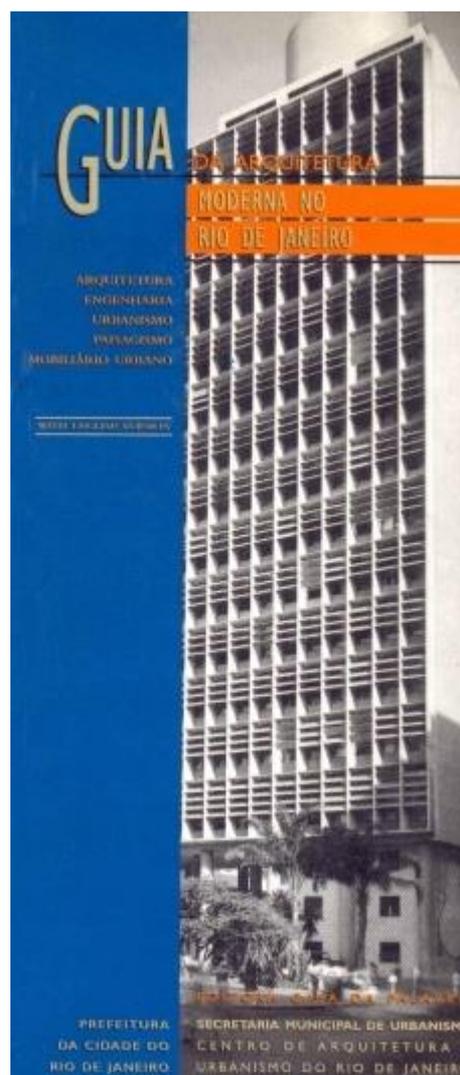


Figura 15. Livro da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro, Editora Casa da Palavra, 2000

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2002

Realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, a coleção Guias da Arquitetura no Rio de Janeiro conta com quatro exemplares informativos focados na arquitetura edificada do Rio. É separado por temas, de acordo com a tipologia: Art Deco; Colonial, Neoclássica e Romântica; Eclética; Moderna.

Os guias apresentam um formato diferenciado na vertical, o que potencializa a mistura de figuras, com fotografias externas, internas e plantas, e breve informação histórica sobre os patrimônios, contém ainda localização, horários de visitação, arquiteto

autor do projeto e ano da construção. No início, os guias apresentam uma introdução e contextualização histórica do período retratado, além de uma base teórica sobre o estilo arquitetônico. Também conta com um mapa da cidade do Rio de Janeiro separado por zonas com o intuito de realizar roteiros turísticos.

Os guias têm o objetivo de reunir e informar os bens tombados do Rio de Janeiro e principais obras, selecionadas por seu nível de conservação e caracterização para divulgação do patrimônio e potencialização turística.



Figura 16. Pagina interna do livro Guia de Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2000, p.32.

- Educação Patrimonial: Inventários Participativos – IPHAN

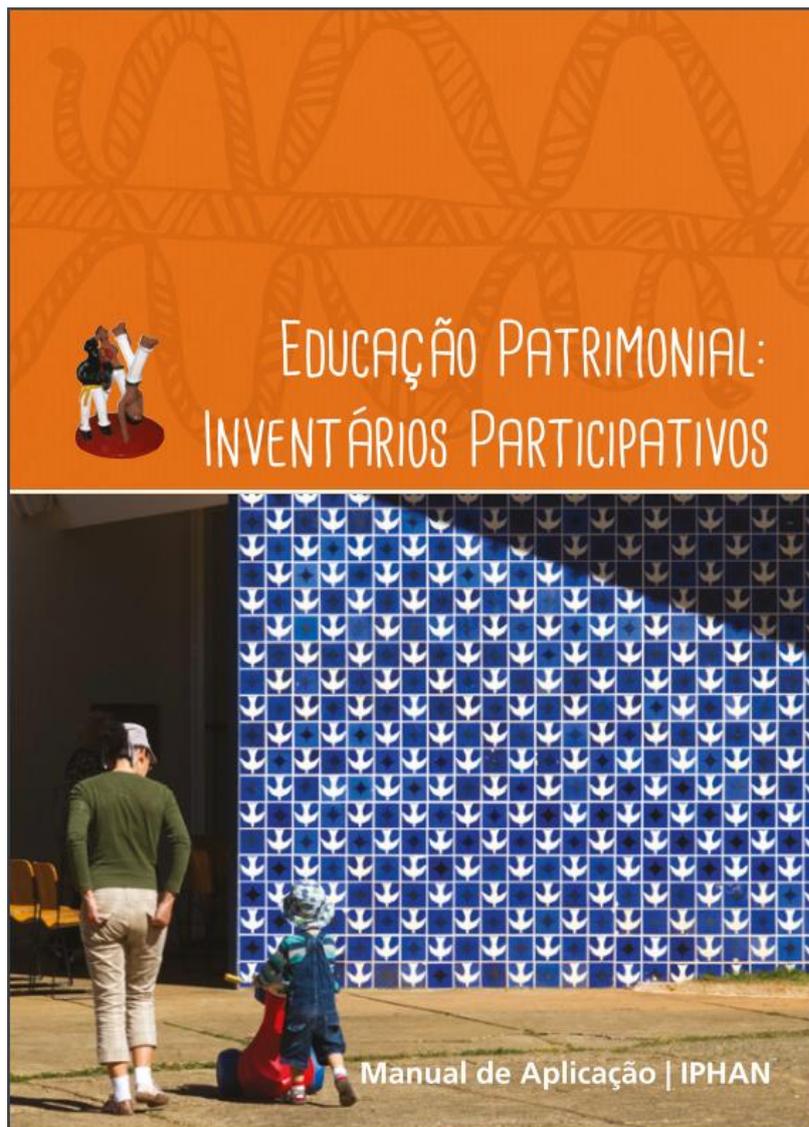


Figura 17. Livro educação Patrimonial: Inventários Participativos.

Fonte: IPHAN, 2016, capa do livro.

O livro Educação Patrimonial: Inventários Participativos é um manual de aplicação do IPHAN que traz passo a passo como criar um inventário participativo. Apresenta uma introdução sobre o patrimônio e como inventariar várias formas diferentes de bens: lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes. Disponibilizando ainda modelos de ficha e como se preencher, os apontamentos importantes.

Mesmo não se tratando de um inventário propriamente dito, o manual de aplicação do IPHAN ajuda a esclarecer vários pontos que deve ter cuidado ao se pensar um inventário de identificação e como se da sua própria estruturação.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

> FICHAS DAS CATEGORIAS

>>> LUGARES 

IDENTIFICAÇÃO

NOME

Escrevam o nome mais comum do lugar e outros nomes pelos quais é conhecido.

IMAGEM

No quadro de imagem, insiram fotos ou façam um desenho do lugar.

89

> MODELOS DAS FICHAS

O QUE É

Contem de forma resumida o que é o lugar.

ONDE ESTÁ

Procurem descrever o lugar a partir das referências mais conhecidas.

PERÍODOS IMPORTANTES

Descubram os momentos ou datas importantes associados ao lugar.

HISTÓRIA

Contem sobre as origens e transformações do lugar ao longo do tempo.

90

Figura 18. Ficha da categoria Lugares, parte 01.

Fonte: IPHAN, 2016, p.89.

Figura 19. Ficha da categoria Lugares, parte 02.

Fonte: IPHAN, 2016, p.90.

- Arquitetura Industrial – São José dos Campos

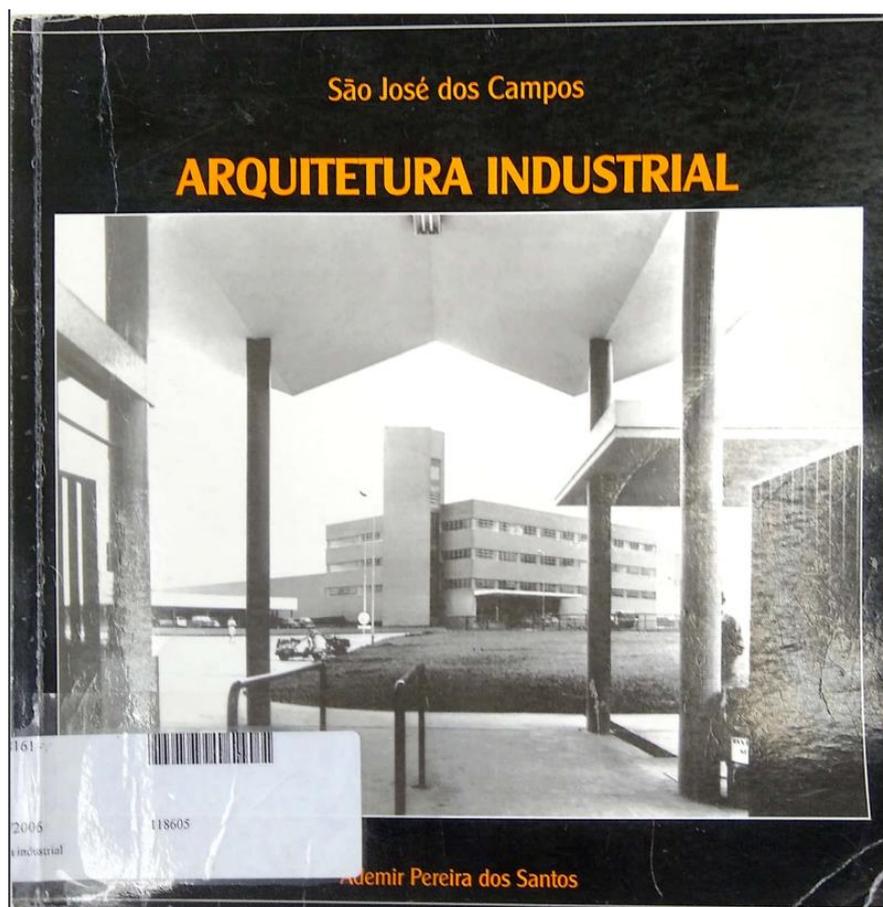


Figura 20. Livro Arquitetura Industrial - São José dos Campos.

Fonte: SANTOS, 2006, capa do livro.

O Livro Arquitetura Industrial – São José dos Campos de Ademir Pereira dos Santos, o inventário sobre a arquitetura industrial de São José dos Campos trago por este livro apresenta maior descrição sobre o objeto abordado em comparação com os estudos anteriores, construindo uma ficha extensiva, em muitos casos contextualizando elementos constutivos, pontos urbanísticos e arquitetônicos. Inicia com uma introdução histórica sobre a arquitetura industrial, contextualização no Brasil e em São José dos Campos.

Apresenta os objetos de forma cronológica em conjunto com um mapa de evolução da malha urbana da cidade de São José e breve explicação sobre o período histórico.

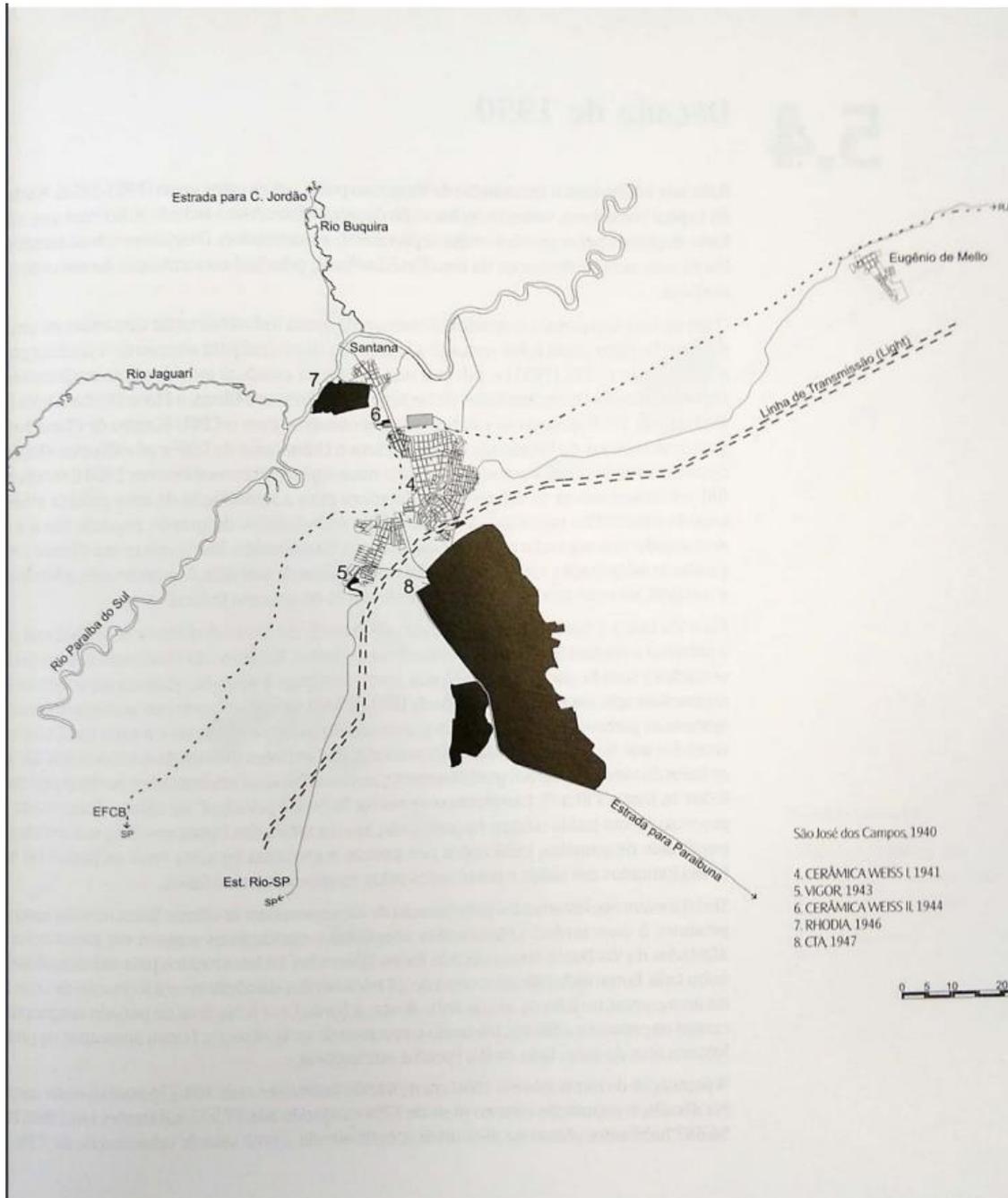


Figura 21. Mapa da evolução urbana de São José dos Campos de acordo com chegada de indústrias.
Em cinza a malha existente, em preto as novas fábricas que serão apresentadas no capítulo.

Fonte: SANTOS, 2006, p. 65.

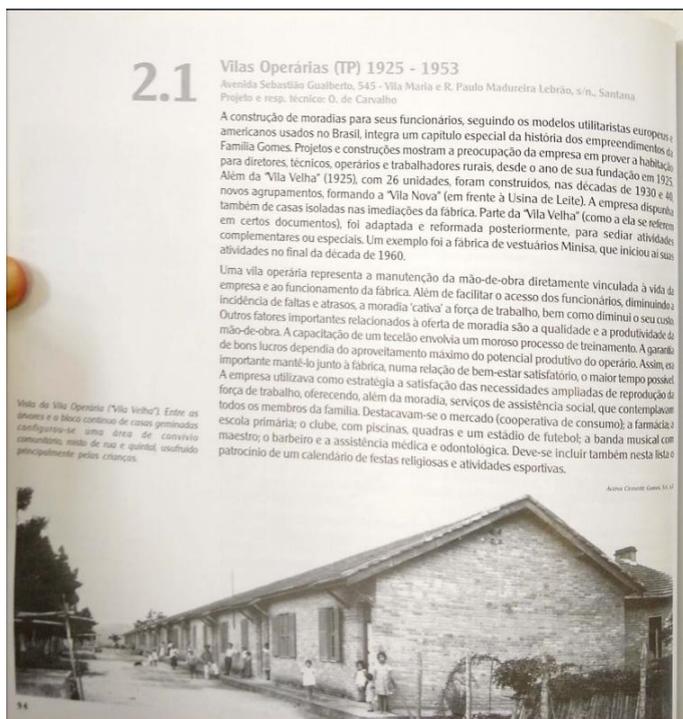


Figura 22. Apresentação dos objetos de estudo, parte 01

Fonte: SANTOS, 2006, p. 94.



Figura 23. Apresentação dos objetos de estudos, parte 02

Fonte: SANTOS, 2006, p. 95.

- IPAC – Bahia

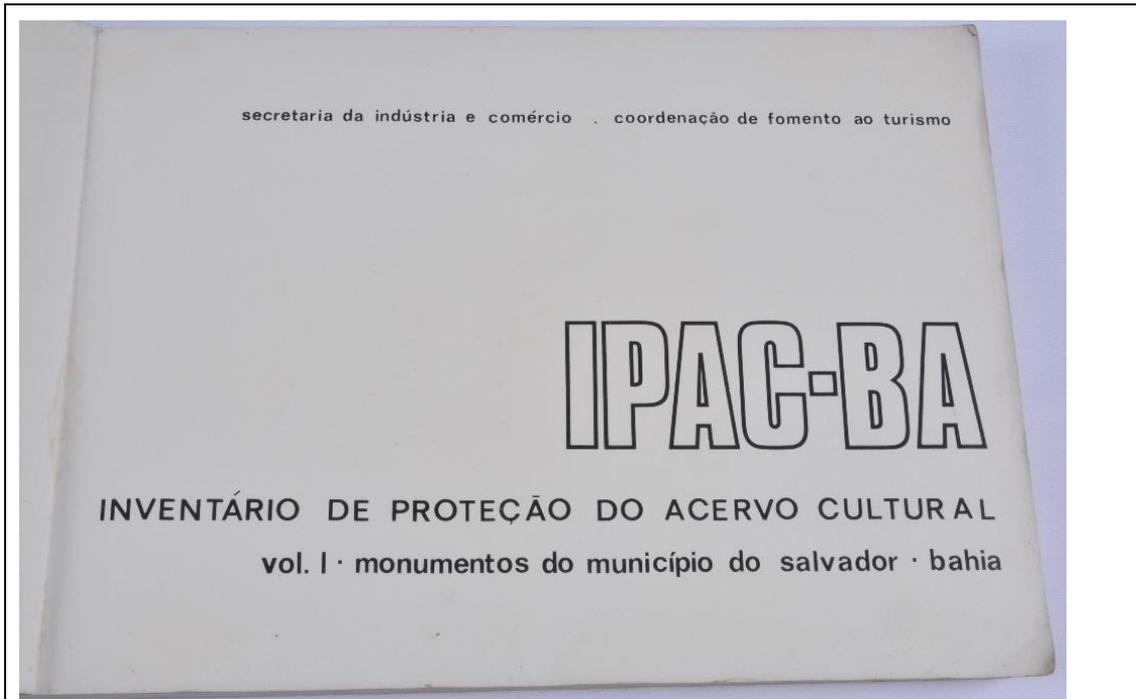


Figura 24. Livro IPAC – BA

Fonte: BAHIA (Estado), 1982, folha de rosto.

O Inventário de Proteção do Acervo Cultural IPAC – BA foi um dos inventários pioneiros de arquitetura no Brasil. Usando a base da UNESCO desenvolveu fichas catalográficas para bens imóveis e conjuntos urbanos no estado da Bahia. Com o foco na preservação este inventário apresenta informações detalhadas sobre os edifícios constituindo-se de um inventário de proteção. O IPAC introduz com as normas de execução, detalhando como deve ser realizado o preenchimento das fichas e o que foi considerado na hora de sua aplicação.

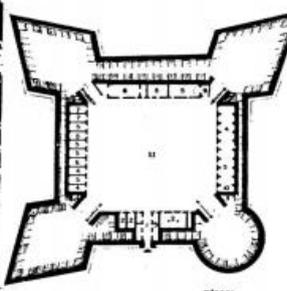
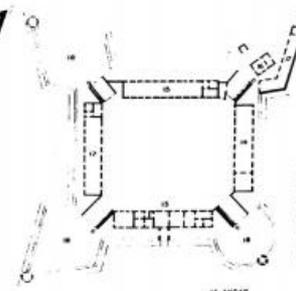
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		IPAC		MONUMENTO		IPAC Nº: 106-12007-1, 1-104	
ESTADO DA BAHIA		SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO		COORDENAÇÃO DE FOMENTO AO TURISMO		PROJETO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	
Linha: NORDESTE		Estado: BAHIA		Município: SALVADOR		Distrito: S. D. SANTO ANTÔNIO (21)	
Localidade: Rua Aristides Azeite, s/n		Denominação: FORTÉ DO BARBALHO OU N. S. DO MILITE DO CARMO				Cobertura: moldura	
<p>Localização e limites: O forte foi construído em terreno doado pelos irmãos do Carmo. Ficava no meio de um vasto "platô" na extremidade norte da cidade. Metade da praça em que se encontrava ainda existia em 1937, quando foi ocupada pelo Instituto Normal. Está hoje totalmente revulso por construções do início deste século. Os quintais entre o forte e a rua Barão de Itacaréus foram incorporados ao sistema de áreas verdes (GP-2), pelo Decreto Municipal nº 4.551 de 23/11/1973.</p>							
Período: Século XVIII		Utilização atual: Quartel do Exército CMT 4a. Cia. de Guarda					
<p>Usando e parâmetros: -Edifício de notável mérito arquitetônico, em forma de polígono quadrangular com baluartes em ponta, em três cantos, tendo no vértice quartas, e sendo o quarto no N. S. do Monte Carmelo ou do Carmo. Em meados do século XVIII, tinha quinze peças e um 1809, vinte e duas. Primitivamente foi conhecido como Forte - de Guarda suprido pela casa do comandante que se desenvolvia ao toda a largura da cortina. Portada com tribuna semelhante à do forte de São Pedro, provávelmente do século XIX.</p>							
Estado de conservação	Estimativa pontual	Elementos secundários	Cobertura	Interior	Condição legítima	Grau de proteção	
A. Satisfatório B. Médio C. Ruim	X <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C	X <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C	X <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C	IPAC: 1	
Fundado pelo IPHAN sob o nº 318 do Livro de História, fl. 53, em 09/01/1957.				Proteção proposta: Estabelecimento de gabarito de transição em torno do monumento.			
						<p>LEGENDA/USO ATUAL</p> <ol style="list-style-type: none"> VESTIBULO SANITARIO DOMINICHO ARMAMENTO E MARCHA DEPOSITO MARSHALA SACCA SALÃO CAMPANHÃO INTERIO COTERNA ALUGAMENTO COZINHA ALUGAMENTO BANHEIROS COZINHA E RESTAURANTE ALUGAMENTO OFICINA CALDEARIA SALVATOS <p>ESCALA GRAFICA 1:100</p>	
Observações:		Copiado por Equipe PPH/SIC-CFT		Data: Fevereiro de 1974			
		Confundido por Vivian Lene Rebelo Correia Lima		Data: Agosto de 1974			
		Revisado por Paulo Orlando David de Azevedo		Data: Fevereiro de 1975			

Figura 25. Ficha parte frontal do IPAC – Bahia

Fonte: BAHIA (Estado), 1982, p. 141.

Dados topográficos		Dados cronológicos		Dados técnicos	
<p>Forte em forma de polígono quadrangular, com um torreão circular e três baluartes nos cantos. Este deve ter sido construído em duas etapas de construção. A primeira, orientada pelos princípios da escola italiana, a segunda, já informada na teoria de fortificação francesa, que teve em Vauban sua maior expressão. Este forte foi fundado em 1712 e o recinto da cidade do lado norte e impedir o alojamento do inimigo no alto da Saldade, como já havia Naveas em 1636. Os dois flancos foram a única entrada para a cidade pela banda norte. O de S. Antônio dominava ainda toda a escota que se terminava no mar, enquanto que o Barbalho ficava a cavalo leira do vale do Quissimó, até onde se estendia um dos braços do Dique repleado pelos holandeses.</p>		<p>Historiografia: 1638 - Luís Barbalho Bezerra, temido que os holandeses em uma segunda investida às trincheiras de S. Antônio se tornassem e entrassem na cidade, levantou as primeiras trincheiras no local; 1667/71 - No Governo de Alexandre de Sousa Freire o Cap. de Mar e Guerra, João Calmon, reedificou-o sobre melhor plano e fabrico as suas casacas. D. Pedro Antônio de Noronha iniciou obras de ampliação, que foram adiantadas por seu sucessor Vasco Coar de Menezes (1720-35); 1716 - A planta do Salvador de Nassé já o apresentava em sua forma atual; 1736 - No Gov. do Conde de Galveas, foi concluído, segundo placa comemorativa; 1828 - O presidente Gordilho de Barbuda o designa para servir como cadeia pública; 1837 - Adotou à Salinada, tendo no ano seguinte reatado à entrada das forças imperiais, sendo ali presos 193 de seus adeptos; 1845 - Por avião de S. Vili do Ministério de Justiça, o Governo Geral seguiu a decisão do presidente Gordilho; 1855 - Serviu como enfermaria de coléricos; 1863 - A Comissão Robam o declara inútil como praça de Guerra; No tempo de D. Rodrigo José de Menezes e Castro, abrigou os mortíferos do lazareto de S. Lázaro; 1885/92 - Transformou-se em isolamento de varíola; 1892/1920 - Serviu como quartel de Artilharia; 1912 - Compontemente com o forte de S. Marcelo pertença do bombardeio à cidade em 1911.</p>		<p>Movimento/sistema construtivo: Construção em alvenaria de pedra e cal.</p> <p>Restaurações realizadas:</p> <p>1772 - É medido e inscrito no livro do tombo das bens imóveis da Coroa;</p> <p>1863 - A comissão Robam indica reparos necessários. Durante o presente século tem sofrido obras em diferentes oportunidades.</p>	
Características especiais		Situação proposta		Restauração proposta	
<p>Documentação complementar (gráficos, fotografias, etc.)</p> 		<p>Possível utilização</p>		<p>Eliminação de construções novas sobre os baluartes.</p>	
<p>Bibliografia: ALMEIDA, J. Antônio - "História Geral", 1794; CAMPOS, J. da Silva - "Fortificações de São Paulo", Edgard de Cerqueira - "Fortes Coloniais da Cidade do Salvador"; FONSECA, Fernando L. - "Arquitetura Militar da Cidade do Salvador"; VILHENA, Luis dos Santos - "A Bahia no Século XVIII"; Arquivo do IPHAN; PLANTA - enviada pelo IPHAN e atualizada pela Equipe PPH/SIC-CFT.</p> <p>Dados técnicos (tipo de propriedade/endereço): Prop. Ministério do Exército.</p>		<p>Perigo presente: Construções novas em altura em sua vizinhança.</p>		<p>Copiado por Equipe PPH/SIC-CFT Data: Fevereiro de 1974</p> <p>Confundido por Vivian Lene R. Correia Lima Data: Agosto de 1974</p> <p>Revisado por Paulo Orlando D. de Azevedo Data: Fevereiro de 1975</p>	

Figura 26. Ficha parte verso do IPAC – Bahia

Fonte: BAHIA (Estado), 1982, p. 142.

4.6.2. Inventários Digitais

- Museu da Pessoa

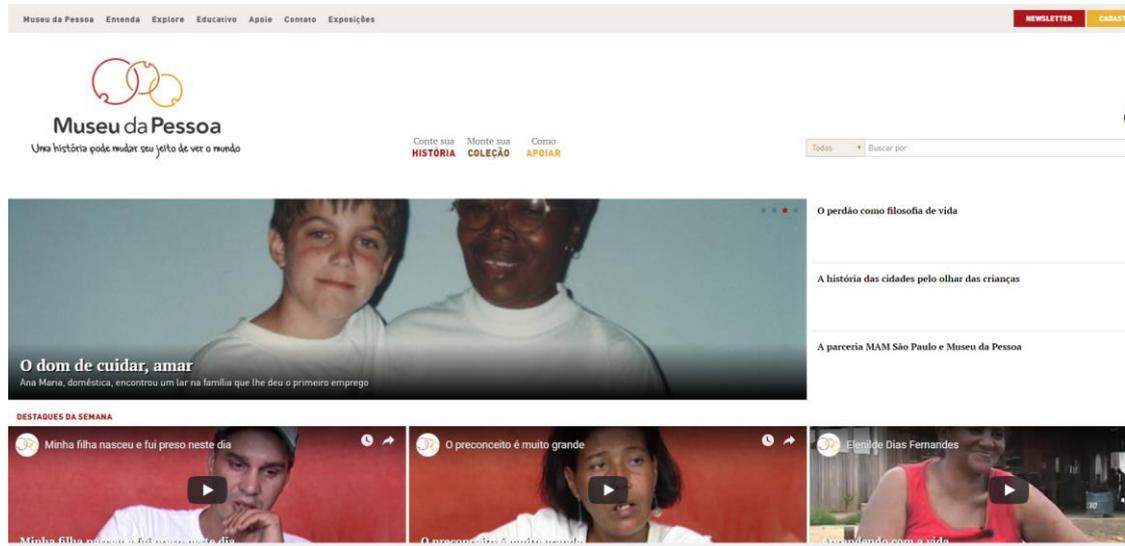


Figura 27. Tela inicial do site Museu da Pessoa

Fonte: Museu da Pessoa, 2019

O Museu da Pessoa é um site colaborativo no qual seu acervo é formado por histórias de vida enviadas por pessoas de todo o país por meio de vídeos (*link* do Youtube®), relatos, entrevistas, documentos, fotografias... compondo um inventário de identificação. Tem como propósito “[...] permitir com que cada pessoa tenha o direito e a oportunidade de ter sua história de vida eternizada e reconhecida como uma fonte de conhecimento e compreensão pela sociedade” Museu da Pessoa, 2019.

O participante tem a escolha de enviar um arquivo unitário, uma história, ou montar uma coleção por temas, possibilitando a organização. O site ainda possui uma seção de educativa, na qual oferece vídeo aulas e diversos materiais ensinando, por exemplo, como realizar uma entrevista de qualidade, os cuidados ao ter para transcrição de áudios, entre outros.

HISTÓRIA

Lidando com a rotina

História de: [Natalia Theil](#)
Autor: [Museu da Pessoa](#)
Publicado em: 08/11/2016



[VER DETALHES DO VÍDEO](#)



SINOPSE

Natalia Theil viveu sua infância no bairro Vila Romana, em São Paulo, e conta como foi criar e manter uma rotina de tratamento e controle do diabetes, bem como o surgimento de dificuldades durante sua adolescência e vida adulta. Com uma vida agitada e sem horários fixos, Natalia descreve como é viver e gerenciar o diabetes em meio à correria do seu

TAGS

[MÃE VIAGEM BRINCADEIRA VOLUNTARIADO ATOR AVENIDA PAULISTA ESTUDANTES ACAMPAMENTO SONHO SÃO PAULO AVÓS PREGONCEITO DESENHO INDUSTRIAL IRMÃ GÊMEA ADOLESCÊNCIA DIABETES VILA ROMANA RUA FREI CANECA ESPORTE CLUBE PALMEIRAS ADJ ASSOCIAÇÃO DE DIABÉTICOS JOVENS UNIVERSIDADE](#)

HISTÓRIA COMPLETA

"Oi, eu sou a Natalia, tenho uma irmã gêmea e sou diabética", eu utilizava muito essa frase na minha infância e na escola como um alibi para conseguir novos amigos. Meu nome é Natalia Teil, eu nasci em São Paulo, no dia 29 de agosto de 1987. Minha mãe é mãe solteira e bem nova, ela engravidou novinha quando morava com os pais. Trab. maravilhosa, difícil, ela é bem difícil, mas é mãe né? Toda mãe tem aquele lado mais sério. Ela é bem ativa, adora sair, adora me ligar todo dia, gosta que eu vá visitar e gosta de vir na minha casa porque eu moro na Frei Caneca e ela gosta de uns barzinhos que tem na minha rua.

Figura 28. História lidando com a rotina, parte 01

Fonte: Museu da Pessoa, 2016

HISTÓRIA COMPLETA

"Oi, eu sou a Natalia, tenho uma irmã gêmea e sou diabética", eu utilizava muito essa frase na minha infância e na escola como um alibi para conseguir novos amigos. Meu nome é Natalia Teil, eu nasci em São Paulo, no dia 29 de agosto de 1987. Minha mãe é mãe solteira e bem nova, ela engravidou novinha quando morava com os pais. Trabalhadora, maravilhosa, difícil, ela é bem difícil, mas é mãe né? Toda mãe tem aquele lado mais sério. Ela é bem ativa, adora sair, adora me ligar todo dia, gosta que eu vá visitar e gosta de vir na minha casa porque eu moro na Frei Caneca e ela gosta de uns barzinhos que tem na minha rua.

Eu tenho uma irmã gêmea que chama Priscila e teve uma época, na infância que a minha mãe vestia eu e minha irmã iguais e não tinha problema, mas depois que cresce, aí vai falando: "Não, mas a gente já é igual, você já tem o mesmo tinte, já tem as mesmas coisas" e começou a questionar o porque a gente teve sempre muitas coisas parecidas. Tive uma época que a gente andava tudo junto, dividia a roupa e teve a hora que começou a se separar, porque nós duas quisermos. A gente fazia tudo junto e aí, quando você vai crescendo, você fala: "Não quero mais, chega. Eu já vejo você todo dia, já durmo com você, praticamente", porque a gente tinha um beliche, então a gente fazia muita coisa junta. Aí quando mudamos para a escola pública, lá pela quinta série, pedimos para ficar em salas separadas e a gente foi se separando, cada uma seguiu o caminho de uma personalidade. Eu brincava de Barbie com ela, mas eu também tive a época do Power Rangers, que ela não teve, ela não gostava do Power Rangers, então já foi daí que começou a se separar. Eu queria ficar jogando bola e ela não queria ficar jogando bola comigo. Quando começou a criar mais a personalidade, eu comecei a ter os meus brinquedos que eram totalmente diferentes. E depois, começou a acrescentar umas coisas novas como o clube. Fomos juntas para o clube, mas ela fazia vôlei e eu fazia futebol e handebol. Então, a gente começou a se separar com o tempo, mesmo.

Eu morei a maior parte da vida, até os 24 anos na casa onde a minha vó morava. Na época morava a minha vó, meu vó, eu, minha irmã e minha mãe. Ela fica na Rua Caio Graco, é Vila Romana, entre a Lagoa e a Pompeia. E tinha o meu tio também, ele morreu quando eu tinha uns quatro anos, então, eu não lembro de muita coisa dele, mas eu lembro dele buscar a gente na escolinha de moto, uma lembrança gostosa. Depois disso, meu avô morreu quando eu tinha uns sete anos, então não lembro também muita coisa, ele lembro que ele era bem sério, falavam que ele era um típico alemão. A minha vó sempre foi mais presente. Ela era dura também, mas ela ajudava, coisa de vó. Meu avô eram muito ativos, a maior parte do tempo eu e minha irmã brincávamos com eles, porque a minha mãe trabalhava.

[VER TUDO](#) [Fazer o depósito completo](#)

OUTRAS HISTÓRIAS

[VER TODAS](#)

Figura 29. História lidando com a rotina, parte 02 e seção 'outras histórias'

Fonte: Museu da Pessoa, 2016

- SIPAC - Sistema de Informação do Patrimônio Cultural da Bahia

PATRIMÔNIO CULTURAL NA BAHIA

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

- 01 Irecê
- 02 Velho Chico
- 03 Chapada Diamantina
- 04 Sisal
- 05 Litoral Sul
- 06 Baixo Sul
- 07 Extremo Sul
- 08 Médio Sudoeste da Bahia
- 09 Vale do Jequiçá
- 10 Sertão do São Francisco
- 11 Bacia do Rio Grande
- 12 Bacia do Paramirim
- 13 Sertão Produtivo
- 14 Piemonte do Paraguaçu
- 15 Bacia do Jacuípe
- 16 Piemonte da Diamantina
- 17 Semiárido Nordeste II
- 18 Litoral Norte e Agreste Baiano
- 19 Portal do Sertão
- 20 Vitória da Conquista
- 21 Recôncavo
- 22 Médio Rio de Contas
- 23 Bacia do Rio Corrente
- 24 Itaparica
- 25 Piemonte Norte do Itapicuru
- 26 Metropolitano de Salvador
- 27 Costa do Descobrimento
- Tombamentos e Registros sem Território Definido

Figura 30. Página inicial SIPAC

Fonte: BAHIA (Estado), 2019

O SIPAC é um site formulado pelo estado da Bahia que oferece informações sobre os patrimônios do estado, ações de preservação e educação realizadas e demais documentações correlatas. Chama grande atenção a forma de organização dos patrimônios por Territórios de Identidade. O mapa e a lista ao lado visto na imagem acima são clicáveis e, ao escolher um item apresenta breve descrição sobre o território:

municípios que fazem parte, extensão em km², tipos de patrimônios existentes (arqueológico, bens tombados, etc) e local para saber mais informações.

A descrição completa do território apresenta um mural explicativo, os bens culturais existentes, apresenta ainda perfil socioeconômico do local. Ao clicar em um bem cultural o site exibe breve descrição do mesmo, sem fotos.

PÁGINA INICIAL RELATÓRIOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL CADASTRE - SE LOGIN CONTATOS

SIPAC

Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia








O SIPAC EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA PATRIMÔNIO EM DESTAQUE
Digite aqui o que procura
Buscar

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

01 Irecê



Estrada do Feijão (Foto: Manu Dias/SECOM)

O Território Irecê possui 20 municípios em uma área de 26.730,86 km². Limita-se com os Territórios do Sertão do São Francisco, Chapada Diamantina e Velho Chico. Segundo dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE), a população totalizava 404.411 habitantes, correspondendo a 2,88% da população estadual, com densidade demográfica de 15,13 hab/km².

Localizado no semi-árido, possui uma baixa incidência de chuvas, ocasionando secas periódicas. O Território é carente em recursos hídricos, destacando-se o Rio São Francisco, a bacia do Rio Jacaré e do Rio Verde (a barragem de Mirorós), porém estes percorrem o Território apenas nos pontos extremos. Registram-se duas Áreas de Proteção Ambiental, a Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho e a Lagoa de Itaparica.

Uma política governamental de desenvolvimento regional implementada nos anos 1970, incentivou o desenvolvimento da cultura do feijão, milho e mamona. Desde então, o Território tornou-se Região-Pólo da produção de feijão no Estado. Tal política levou à construção de novas vias de escoamento da produção, como a BA-050, conhecida como Estrada do Feijão, ligando Xique-Xique à BR-116, e à BR-122, que liga o Território à BR-242, além de outras vias estaduais intra-regionais. O município de Irecê é o principal pólo, destacando-se a comercialização da produção e serviços.

Fonte: Elaborado por COSIS/SIPAC, com base em SEPLAN-BA.

Irecê



(Fonte: SEI/SEPLAN, 2012)

Municípios do Território

- América Dourada
- Barra do Mendes
- Barro Alto
- Cafarnaum
- Canarana
- Central
- Gentio do Ouro
- Ibipeba
- Itacaré

Territórios de Identidade

Selecione o Território ▼

Bens Culturais sob Salvaguarda

- Capela Senhora Santana do Miradouro
- Imagem de Nossa Senhora do Patrocínio
- Sítio Pedra da Acauã

Perfil do Território

- Perfil Socioeconômico
- Patrimônio em Números
- Sítios Arqueológicos

Figura 31. Apresentação do Território de Identidade Irecê.

Fonte: SIPAC, 2019.

- **Livro de Inscrição:** Livro do Tombamento dos Bens Imóveis
- **Território de Identidade:** Irecê
- **Município:** Xique-Xique
- **Endereço:** Ilha do Miradouro, distante aproximadamente 2 km a jusante de Xique-Xique.
- **Proteção Legal:** Tombamento Provisório - Bahia - Processo nº 0607110011751/11
- **Outras Denominações:** Igreja Santana do Miradouro
- **Propriedade:** Privada
- **Uso Original:** Culto regular
- **Uso atual:** Culto regular
- **Estado de conservação:** Requer a adoção de medidas emergenciais para recuperação da cobertura, proteção do forro decorado e consolidação da estrutura mural.

Breve histórico

Em 28 de março de 1768, Dona Inácia Araújo Pereira, viúva do Coronel Garcia D'Ávila, pertencente à Casa da Ponte, passou procuração para o capitão-mor, Jose Rocha Medrado, delegando poderes para promover a doação da Ilha do Miradouro, inclusive a capela, para o patrimônio da gloriosa Sant'Ana, o que se efetivou em 26 de fevereiro de 1769. A origem do nome Miradouro derivou-se, provavelmente, da expressão popular "daqui miro o ouro nas serras", em razão de, supostamente, ver-se, deste local, o brilho da serra de Santo Inácio, localizado na Chapada Diamantina e onde, realmente, existiu ouro e diamante. A capela propriedade religiosa no primeiro quarto do século XX, assim como a ilha foram vendidas para Lithercilio Rocha. O novo proprietário não proibiu à visita a igreja como também passou a promover os festejos religiosos. O senhor Lithercilio Rocha faleceu em 1976. Deixando a propriedade para sua viúva Clara Leite Rocha e seus filhos. Rubério Dias Muribeca (índio). É considerada a Igreja mais antiga da região(IPAC).

Irecê



(Fonte: SEI/SEPLAN, 2012)

Territórios de Identidade

Selecione o Território ▼

Municípios do Território

América Dourada
Barra do Mendes
Barro Alto
Cafarnaum
Canarana
Central
Gentio do Ouro
Ibipeba
Iraí

Figura 32. Descrição sobre a Capela Senhora Santana do Miradouro.

Fonte: SIPAC, 2019.

- GEOSAMPA

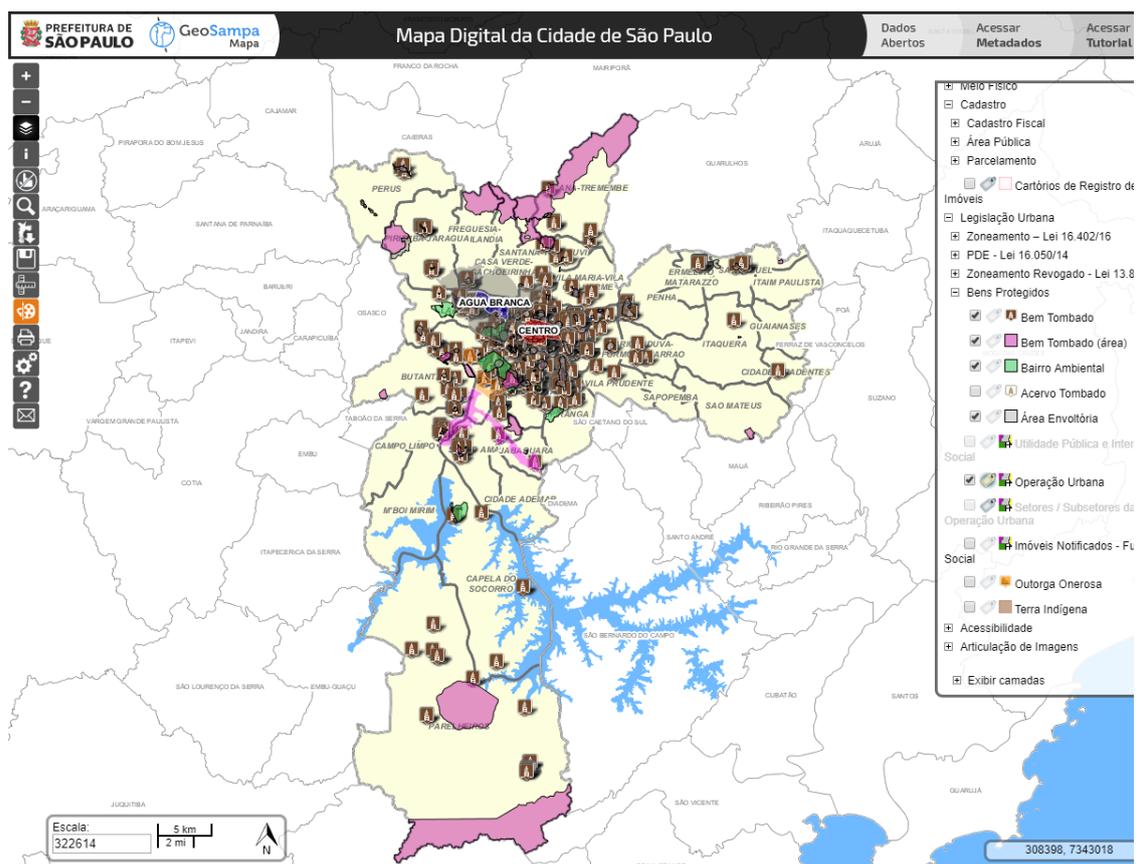


Figura 33. GEOSAMPA, página inicial.

Fonte: SÃO PAULO (prefeitura), 2019.

O sistema GeoSampa é um geoprocessamento da cidade de São Paulo disponibilizado para acesso aos cidadãos online. Contém diversas informações sobre a cidade, apresentado por um mapa interativo.

Em uma das seções contém os bens protegidos do município, contendo os bens tombados, áreas de proteção, bairros ambientais, acervos tombados, área envoltória, demais informações.

Destaca-se nesse estudo a interatividade por mapeamento, possibilitando a fácil localização dos bens. Ao clicar em um bem ou área protegida, abre uma janela contendo informações básicas sobre o objeto pesquisado. É possível ainda realizar download de arquivos, fazer medições e anotações no mapa.

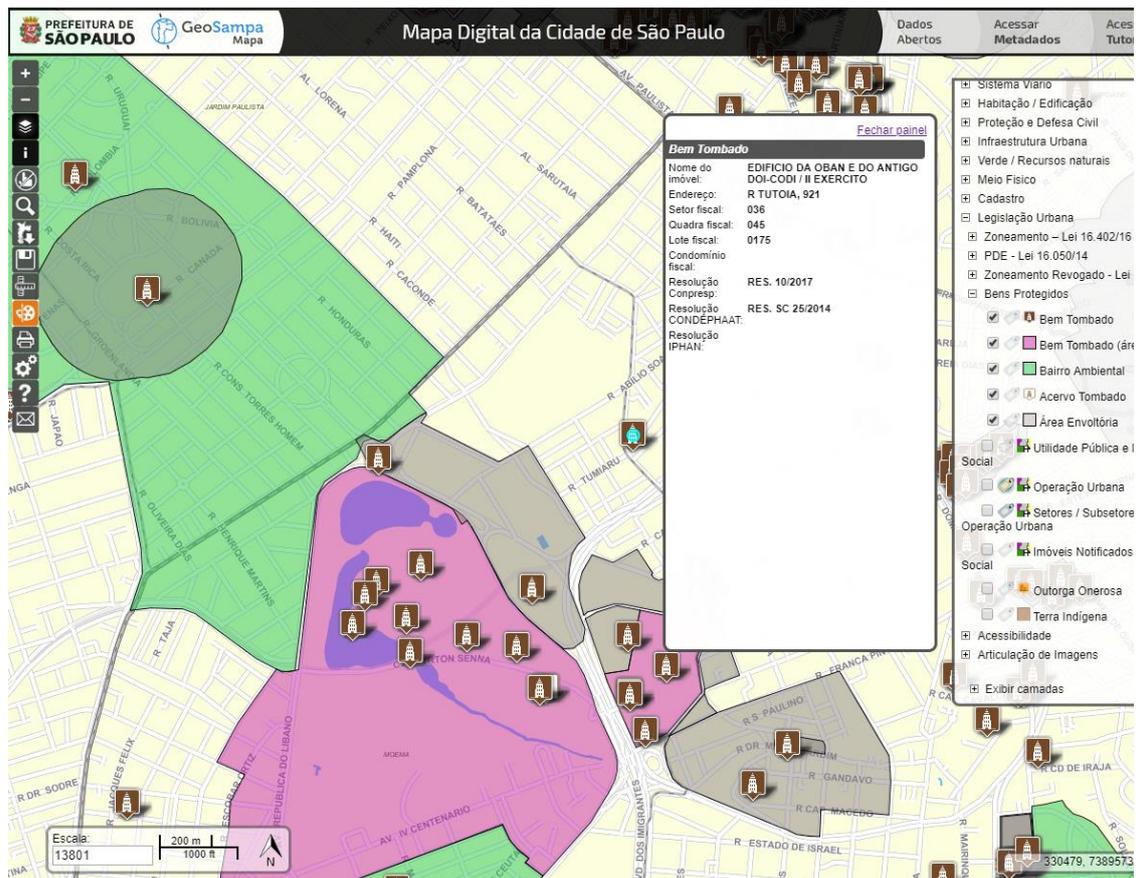


Figura 34. GEOSAMPA, descrição de bem tombado, clique no bem com círculo azul.

Fonte: SÃO PAULO (prefeitura), 2019.

4.6.3. Aplicativos

- **Portal do Patrimônio**



Figura 35. Aplicativo Portal do Patrimônio

Fonte: IPHAN, 2019



Figura 36. Visão interna do aplicativo Portal do Patrimônio

Fonte: IPHAN, 2019

O aplicativo Portal do Patrimônio é organizado pelo IPHAN – RJ e consta apenas os bens tombados do estado do Rio, separado por cidades. É possível salvar aqueles de maior interesse que ficam separados na aba “meu roteiro”. A aba “meu entorno” promete avisar quando a pessoa estiver próxima a um patrimônio ao andar pela cidade.

- **Patrimônio PE**



Figura 37. Aplicativo Patrimônio PE

Fonte: PERNAMBUCO, 2019



Figura 38. Visão interna do aplicativo Patrimônio PE

Fonte: PERNAMBUCO, 2019

O aplicativo Patrimônio PE, de Pernambuco, similar ao Portal do Patrimônio do IPHAN, apresenta os patrimônios culturais tombados no estado de Pernambuco das cidades de Recife e Olinda. Ele divide os inventários entre as cidades e também apresenta uma aba com os parques de Burle Marx. Também possui separação para os favoritos, sinaliza os patrimônios da proximidade e tem a possibilidade de utilizar o APP em outras 3 línguas: Inglês, Francês e Espanhol.

- **Colab**



Figura 39. Aplicativo Colab

Fonte: COLAB, 2019



Figura 40. Visão das conquistas Colab

Fonte: COLAB, 2019

O Colab é um aplicativo de planejamento participativo, voltado aos municípios, possibilita a gestão dos relacionamentos do cidadão pela prefeitura, facilitando a população de exercer a cidadania e atuar na melhoria da cidade e auxiliando a prefeitura com a organização de toda informação, aumento a eficiência dos serviços públicos e exercendo o desenvolvimento democrático.

No aplicativo é possível fazer reclamações e sugestões de melhoria da cidade que gera um protocolo diretamente na prefeitura e o cidadão acompanha o andamento e resposta da prefeitura diretamente pelo aplicativo.

A prefeitura consegue mapear todas as informações, além de organizar o fluxo de trabalho com os servidores, unindo por exemplo ações de fiscalização pela proximidade e deixar agendado os trabalhos futuros.

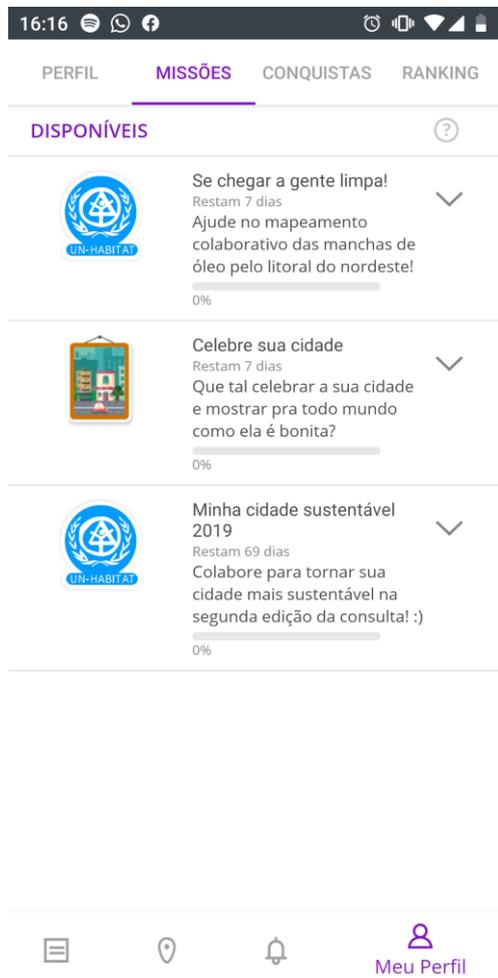


Figura 41. Visão das missões colab

Fonte: COLAB, 2019

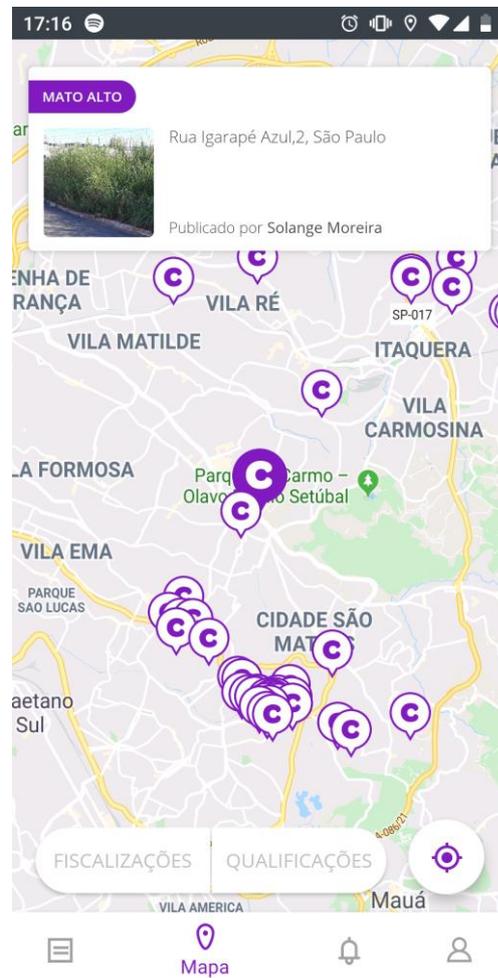


Figura 42. Visão do mapa colab

Fonte: COLAB, 2019

O APP também possibilita integração por meio de missões oferecidas ao cidadão, como campanha de doação de sangue e realizar consultas públicas.



Figura 43. Visão do feed colab

Fonte: COLAB, 2019

Para adquirir o acesso as informações e gestão integrada, é necessário a compra da licença do aplicativo.

Os dois primeiros aplicativos mostrados tem o objetivo de transmitir informações sobre o patrimônio cultural, são gratuitos, porém não permitem uma interatividade por meio de troca de dados. Já o último tem como principal função a gestão compartilhada da cidade. Permite uma atuação ativa dos cidadãos em diversas maneiras. É um aplicativo gratuito para o usuário (cidadão), porém para acesso das informações e gestão dos dados pela prefeitura, é necessário comprar a licença.

5. DESENVOLVIMENTO

Para a interação entre prefeitura e cidadão o sistema é dividido em 2 partes, a primeira o aplicativo para os munícipes que desejarem contribuir e conhecer sobre o patrimônio cultural de Taubaté, dado através do smartphone. A segunda uma plataforma com acesso que permita o gerenciamento das informações pela Prefeitura. As informações entre a plataforma de gerenciamento são trocadas instantaneamente.

Esta pesquisa está pautada no desenvolvimento do aplicativo de acesso ao cidadão, estarão delimitadas as funcionalidades da plataforma da prefeitura, porém o design e estrutura poderão ser especificados em trabalho futuro.

Inicialmente foram listadas todas as funcionalidades que melhor refletiriam as diretrizes do aplicativo, posteriormente realizado croqui das principais telas e organograma das suas principais integrações. Por fim, como o produto final é apresentado a partir da ferramenta PowerPoint as telas do aplicativo com os principais.

5.1. DIRETRIZES DO APLICATIVO

Através dos conceitos vistos na revisão de literatura, dos estudos de caso sobre o tema e necessidades encontradas na cidade de Taubaté, estabeleceu-se as seguintes diretrizes para basear a criação e estruturação do protótipo do aplicativo de inventário participativo:

- Possibilitar um inventário participativo por meio da interatividade, com espaços para compartilhamento de dados pela sociedade e informações referentes a bens protegidos do município;
- Possibilitar uma cidade responsiva através de contato direto com os gestores do patrimônio cultural da cidade, podendo realizar denúncias e sugestões;
- Possibilitar a criação de redes colaborativas para a preservação do patrimônio na cidade;
- Possibilitar a educação patrimonial, como uma ferramenta utilizadas pelas escolas e sociedade.
- Facilitar o turismo na cidade.

5.2. FUNCIONALIDADES

5.2.1. Usuário

Dentro do aplicativo de acesso pela população tem como prioridade as seguintes funcionalidades:

- a. Mapa interativo
- b. Navegação
- c. Inventariar
- d. Contribuir
- e. Criar e visualizar Caminhos Culturais
- f. Criar e visualizar Eventos
- g. Colaborar

a. Mapa interativo – na página inicial do aplicativo contém um mapa da malha urbana da cidade no qual é possível localizar os bens protegidos (incluídos pela prefeitura), os inventários realizados pela comunidade e as rotas turísticas do município. Clicando em cada ícone obtém-se maiores informações, levando para a ficha do patrimônio cultural, ou para a rota turística em questão. É possível utilizar filtros para visualizar apenas determinadas informações, como “bens protegidos” ou “inventário de lugares” ou “rotas turísticas a pé”. Ligar o georreferenciamento do celular possibilita localizar-se dentro do mapa e criar uma rota automaticamente até o patrimônio cultural escolhido.

b. Navegação – A navegação mostra todos os inventários e conjuntos realizados pela comunidade em forma de lista, dividida em duas partes, individuais e conjuntos, a lista recebe o mesmo layout que apresenta uma **imagem** (definida como capa pelo usuário na hora de inventariar), o **nome** e a **categoria** o respectivo bem. Ficam separados os **conjuntos**, sendo este formado por vários inventários.

c. Inventariar – neste espaço a comunidade pode realizar um inventário participativo e colaborativo, usando como base o Manual de Inventários Participativos do IPHAN, o inventário é separado nas categorias: Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão, Saberes e Conjuntos, este último possibilitando que vários inventários fiquem unidos em um único local.

Ao escolher a categoria do inventário, será redirecionado a página para preenchimento da ficha que varia de acordo com a escolha da categoria. É dividida em duas partes: Identificação, que apresenta os elementos essenciais para entender o objeto

de inventário e são de preenchimento obrigatório e Descrição, que apresentam campos para incluir maiores informações sobre o bem, não sendo de obrigatório preenchimento.

Ao iniciar a ficha de inventário o usuário visualizará os campos de Identificação, os elementos de Descrição estarão disponíveis ao clicar no ícone “+” ao final dos campos de Identificação, objetivando não causar um sentimento de trabalho exaustivo, o que poderia levar ao abandono do inventário.

É possível também salvar o inventário para finalizar posteriormente.

As fichas que para inventário que aparece após a escolha da categoria apresentam as seguintes informações, baseada no Manual de Inventários Participativos do IPHAN:

1. A ficha dos Lugares:

Identificação:

- **Nome**
Nome mais comum do lugar e outros nomes pelos quais é conhecido.
- **Imagem**
Incluir fotos da galeria ou tirar fotos na hora, escolher a foto que será a capa do inventário. Usar desenhos e fotografias antigas também é uma boa maneira de representar o local.
- **O que é**
Contar de forma resumida o que é o lugar, sintetizando em uma frase como “é a rua do bairro que acontece a festa junina”, “é a bica onde todos vinham pegar água antigamente”, “é uma construção do século passado”, etc.
- **Períodos Importantes**
Quais os momentos ou datas importantes associadas ao lugar. Por exemplo dia e mês que realiza alguma celebração, períodos do ano que marcam a dinâmica do lugar. “o mês de junho acontece a festa junina”, “fim de semana, quando as pessoas jogam bola na praça”
- **História**
Contar diferentes versões sobre as origens e transformações do lugar ao longo do tempo. Reunindo informações do passado e do presente sobre o lugar. “a casa foi construída pelo primeiro padre da região, que, em meados do século XIX, queria fazer a sede da paróquia no local mais alto. Ela foi reformada na década de 1920”
- **Significados**
Descobrir que significados e funções o lugar tem para a comunidade. Nesse campo podem ser descritos os vínculos do lugar com algum fato da história; se tem importância especial para a comunidade; se possui elo com algum outro lugar. Exemplo “o lugar é ponto de encontro dos moradores para decidir assuntos importantes para a cidade”

- **Autores**
Informar o nome dos autores responsáveis por reunir todas as informações sobre este bem. Caso os demais autores também tenham conta no aplicativo, é possível pesquisar e linkar os demais autores. Caso os autores tenham conta no app, é possível pesquisar e realizar um pedido para incluir como autor, ao clicar nos autores e colaboradores é visualizado todos os inventários realizados por eles e iniciar uma conversa por mensagem.
- **Fontes**
Listar todas as fontes utilizadas para realizar os inventários, livros, documentos, nomes dos moradores que deram entrevistas, sites, etc. Acrescentar um item por vez, na seção +, no qual pede para especificar o tipo de fonte e cada um abrirá um campo específico para acrescentar os dados e posteriormente ser visto de forma correta no inventário geral, em ordem alfabética e na sequência de dados utilizando as normas ABNT.
 - **Livro:** SOBRENOME DO AUTOR, Nome Abreviado do autor. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.
 - **Site:** SOBRENOME DO AUTOR – nome do autor – título do Artigo – Ano – link – data de acesso (antes da data acrescenta-se a expressão acesso em:).
 - **Artigo de Revista:** AUTOR DO ARTIGO. Título do artigo. Título da Revista, (abreviado ou não) Local de Publicação, Número do Volume, Número do Fascículo, Páginas inicial-final, mês e ano.
 - **Artigo de Jornal:** Nome do autor em caixa alta- Título do artigo – Nome do Jornal- Local- data (dia, mês, ano) – número do caderno – Seção – páginas (inicial – final)
 - **Dissertações e Trabalho de Conclusão de Curso:** AUTOR, Nome abreviado. Título (itálico). Ano de Apresentação. Número de Folhas. Categoria – Instituição, Local, ano.
 - **Filmes e Documentários:** Título (Primeira palavra em CAIXA ALTA). Diretor/produtor. Local: Produtora, ano. Especificação do suporte em unidades físicas.
 - **Fontes Primárias:** ÚLTIMO NOME, Primeiro nome do entrevistado. Título da entrevista. [Entrevista concedida a] Nome do Entrevistador. mês, ano de publicação.

Descrição:

- **Pessoas Envolvidas**
Informar as principais pessoas envolvidas com o lugar. Exemplo “o construtor, o proprietário, pessoas que usufruem do espaço, etc.”
- **Elementos Naturais**

Informar quais são os elementos presentes no ambiente natural. “Árvores, vegetação, nativa, campos para pasto, etc.”

- **Elementos Construídos**

Informar se há elementos construídos no lugar e quais são suas características. Exemplo: “uma casa no fundo do terreno”, “postes de luz na beira da estrada”, etc.

- **Materiais**

Informar os principais materiais que constituem os elementos do lugar. Observar e indicar materiais no lugar, combinações de materiais. Exemplo: Casa de madeira, poste de ferro.

- **Técnicas ou modos de fazer**

Pesquisar sobre as técnicas utilizadas para a construção do lugar, saberes ou técnicas específicas, como: construções de taipa, adobe, alvenaria, pau a pique, técnicas agrícolas, curva de nível, agroflorestal, etc.

- **Medidas**

Informar quais as medidas aproximadas: altura, largura, perímetro da área. As dimensões podem ser obtidas com instrumentos técnicos de medição (fita métrica, trenas, réguas) ou estimativas a partir de referências criadas pelos participantes (palmas, passos, pés...)

- **Atividades que acontecem no lugar**

Informar as principais atividades realizadas no lugar por pessoas ou grupos, exemplo: “é nessa praça que acontece a cavalgada”, “nessa cachoeira são realizados ritos em homenagem aos mortos”

- **Conservação**

Informar se o lugar está bem ou malcuidado, colocar uma nota geral de 0 a 10 que posteriormente indicará um gráfico. Tem a possibilidade ainda de colocar anotações

- **Link com outras referências culturais**

Se o lugar está associado a outras referências culturais, como celebrações, saberes etc. Lincar aqui o inventário em questão que será posteriormente direcionado a ele ao clicar.

- **Avaliação**

Indicar os principais pontos positivos para que o lugar continue como uma referência cultural e os pontos que podem determinar o seu desaparecimento. A partir de uma reflexão em grupo a respeito das informações levantadas avaliar a realidade do local: as pessoas dão importância ao lugar? O lugar está perdendo o significado que justifica a sua preservação?

- **Recomendações**

Dar sugestões para a preservação do lugar, após fazer sua avaliação. Propor possíveis usos sociais e culturais para o lugar, no sentido de valorizá-lo ou requalificá-lo.

2. Objetos:

Identificação:

- **Nome**
Nome mais comum do objeto e outros nomes pelos quais é conhecido.
- **Imagem**
Incluir fotos da galeria ou tirar fotos na hora, escolher a foto que será a capa do inventário. Usar desenhos e fotografias antigas também é uma boa maneira de representar o objeto.
- **O que é**
Contar de forma resumida o que é o objeto, sintetizando em uma frase como “boneca de barro feita pela figureira”, “vestuário utilizado no jogo de capoeira”, “santa que é levada pelos pescadores no dia da procissão”, etc.
- **Períodos Importantes**
Quais os momentos ou datas importantes associadas ao lugar. Por exemplo dia e mês que realiza alguma celebração, períodos do ano que marcam a dinâmica do lugar. “a imagem participa de uma festa que acontece todos os anos, na época da colheita”, “o tambor é tocado no Dia de São Sebastião”
- **História**
Contar diferentes versões sobre as origens e transformações do objeto ao longo do tempo. Reunindo informações do passado e do presente sobre o objeto. “naquela época, a roupa da imagem era cor-de-rosa, mas agora tem a cor de madeira”, “o coche foi feito em 1854 para os cavalos dos tropeiros que paravam na cidade”
- **Significados**
Descobrir que significados e funções o objeto tem para a comunidade. Nesse campo podem ser descritos os vínculos do objeto com algum fato da história. Exemplo “o quadro foi pintado para lembrar os operários que vieram trabalhar nas primeiras fábricas instaladas na vila”.
- **Autores**
Informar o nome dos autores responsáveis por reunir todas as informações sobre este bem. Caso os demais autores também tenham conta no aplicativo, é possível pesquisar e lincar os demais autores. Caso os autores tenham conta no app, é possível pesquisar e realizar um pedido para incluir como autor, ao clicar nos autores e colaboradores é visualizado todos os inventários realizados por eles e iniciar uma conversa por mensagem.
- **Fontes**
Listar todas as fontes utilizadas para realizar os inventários, livros, documentos, nomes dos moradores que deram entrevistas, sites, etc. Acrescentar um item por vez, na seção +, no qual pede para especificar o tipo de fonte e cada um abrirá um campo específico para acrescentar os dados e posteriormente ser visto de forma correta no inventário geral, em ordem alfabética e na sequência de dados utilizando as normas ABNT.

- **Livro:** SOBRENOME DO AUTOR, Nome Abreviado do autor. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.
- **Site:** SOBRENOME DO AUTOR – nome do autor – título do Artigo – Ano – link – data de acesso (antes da data acrescenta-se a expressão acesso em:).
- **Artigo de Revista:** AUTOR DO ARTIGO. Título do artigo. Título da Revista, (abreviado ou não) Local de Publicação, Número do Volume, Número do Fascículo, Páginas inicial-final, mês e ano.
- **Artigo de Jornal:** Nome do autor em caixa alta- Título do artigo – Nome do Jornal- Local- data (dia, mês, ano) – número do caderno – Seção – páginas (inicial – final)
- **Dissertações e Trabalho de Conclusão de Curso:** AUTOR, Nome abreviado. Título (itálico). Ano de Apresentação. Número de Folhas. Categoria – Instituição, Local, ano.
- **Filmes e Documentários:** Título (Primeira palavra em CAIXA ALTA). Diretor/produtor. Local: Produtora, ano. Especificação do suporte em unidades físicas.
- **Fontes Primárias:** ÚLTIMO NOME, Primeiro nome do entrevistado. Título da entrevista. [Entrevista concedida a] Nome do Entrevistador. mês, ano de publicação.

Descrição

- **Pessoas Envolvidas**
Por meio de texto escrever informar as principais pessoas envolvidas com o objeto. Exemplo “o autor, o fabricante, etc.”
- **Materiais**
Por meio de texto escrever informar os principais materiais utilizados na confecção do objeto. Observar e indicar materiais no objeto mais evidentes, combinações de materiais. Exemplo: madeira, ferro, pano, papel, calo, folha, etc.
- **Técnicas ou modos de fazer**
Por meio de texto escrever sobre as técnicas utilizadas para a produção ou confecção do objeto, se foi utilizado saberes ou técnicas específicas, como: pintura sobre plano, escultura em madeira, modelagem, costura, etc.
- **Medidas**
Por meio de texto informar as dimensões do objeto: altura, largura, perímetro da área. As dimensões podem ser obtidas com instrumentos técnicos de medição (fita métrica, trenas, réguas) ou estimativas a partir de referências criadas pelos participantes (palmos, passos, pés...)
- **Atividades relacionadas ao objeto**
Por meio de texto informar as principais atividades realizadas por pessoas ou grupos que possam estar relacionadas ao objeto, se faz parte de alguma

celebração, culto, atividade doméstica exemplo: “é nessa praça que acontece a cavalgada”, “nessa cachoeira são realizados ritos em homenagem aos mortos”

- **Conservação**

Informar se o objeto está bem ou malcuidado, colocar uma nota geral de 0 a 10 que posteriormente indicará um gráfico. Tem a possibilidade ainda de colocar anotações.

- **Link com outras referências culturais**

Se o objeto está associado a outras referências culturais, como celebrações, saberes etc. Lincar aqui o inventário em questão que será posteriormente direcionado a ele ao clicar.

- **Avaliação**

Indicar os principais pontos positivos para que o objeto continue como uma referência cultural e os pontos que podem determinar o seu desaparecimento. A partir de uma reflexão em grupo a respeito das informações levantadas avaliar a realidade do local: as pessoas dão importância ao objeto? O objeto está perdendo o significado? O que justifica a sua preservação?

- **Recomendações**

Dar sugestões para a preservação do objeto, após fazer sua avaliação como importância como referência cultural.

3. Celebrações

Identificação:

- **Nome - Texto**

Nome mais comum da celebração e outros nomes pelos quais é conhecido.

- **Imagem – Upload de arquivo**

Incluir fotos da galeria ou tirar fotos na hora, escolher a foto que será a capa do inventário. Usar desenhos e fotografias antigas também é uma boa maneira de representar a celebração.

- **O que é - Texto**

Contar de forma resumida o que é a celebração, sintetizando em uma frase, por exemplo “uma festa que celebra a colheita”, “ritual para lembrar os mortos”

- **Períodos Importantes - Texto**

Quais os momentos ou datas importantes associadas a celebração e sua duração. Por exemplo “a celebração se inicia em janeiro, continuam na Semana Santa e se encerram no Corpus Christi”

- **História - Texto**

Contar diferentes versões sobre as origens e transformações da celebração ao longo do tempo. Reunindo informações do passado e do presente sobre a celebração.

- **Significados - Texto**

Descobrir que significados e funções a celebração tem para a comunidade. Nesse campo podem ser descritos os vínculos da celebração com algum fato da história.

- **Autores**

Informar o nome dos autores responsáveis por reunir todas as informações sobre este bem. Caso os demais autores também tenham conta no aplicativo, é possível pesquisar e lincar os demais autores. Caso os autores tenham conta no app, é possível pesquisar e realizar um pedido para incluir como autor, ao clicar nos autores e colaboradores é visualizado todos os inventários realizados por eles e iniciar uma conversa por mensagem.

- **Fontes – Campos específicos**

Listar todas as fontes utilizadas para realizar os inventários, livros, documentos, nomes dos moradores que deram entrevistas, sites, etc. Acrescentar um item por vez, na seção +, no qual pede para especificar o tipo de fonte e cada um abrirá um campo específico para acrescentar os dados e posteriormente ser visto de forma correta no inventário geral, em ordem alfabética e na sequência de dados utilizando as normas ABNT.

- **Livro:** SOBRENOME DO AUTOR, Nome Abreviado do autor. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.
- **Site:** SOBRENOME DO AUTOR – nome do autor – título do Artigo – Ano – link – data de acesso (antes da data acrescenta-se a expressão acesso em:).
- **Artigo de Revista:** AUTOR DO ARTIGO. Título do artigo. Título da Revista, (abreviado ou não) Local de Publicação, Número do Volume, Número do Fascículo, Páginas inicial-final, mês e ano.
- **Artigo de Jornal:** Nome do autor em caixa alta- Título do artigo – Nome do Jornal- Local- data (dia, mês, ano) – número do caderno – Seção – páginas (inicial – final)
- **Dissertações e Trabalho de Conclusão de Curso:** AUTOR, Nome abreviado. Título (itálico). Ano de Apresentação. Número de Folhas. Categoria – Instituição, Local, ano.
- **Filmes e Documentários:** Título (Primeira palavra em CAIXA ALTA). Diretor/produtor. Local: Produtora, ano. Especificação do suporte em unidades físicas.
- **Fontes Primárias:** ÚLTIMO NOME, Primeiro nome do entrevistado. Título da entrevista. [Entrevista concedida a] Nome do Entrevistador. mês, ano de publicação.

Descrição

- **Programação - Texto**

Informar quais são os eventos ou etapas que fazem parte da celebração.

- **Pessoas Envolvidas**

Por meio de texto escrever informar as principais pessoas envolvidas com a celebração. Exemplo “o autor, o fabricante, etc.”

- **Comidas e Bebidas - Texto**

Informar se há alimentos especiais para essa celebração, quem são as pessoas responsáveis por prepara-los, como são elaborados os pratos, se possível registrar as receitas.

- **Roupas e Acessórios - Texto**

Informar se há vestimentas e acessórios específicos usados na celebração, quais são e para que servem? Quais são as pessoas que as usam? Quem é responsável por produzir as vestimentas? Há algo de especial na sua produção? Por exemplo “as tocadoras de tambor, neste dia, usam roupas vermelhas para homenagear o Divino espírito Santo”

- **Expressões Corporais (danças e encenações) - Texto**

Informar se há danças ou encenações que integram a celebração. Em que parte da celebração elas se realizam e quais são as pessoas envolvidas diretamente. Por exemplo: “durante a apresentação, cada personagem tem uma dança específica e um tom de voz distinto, apesar de todos serem interpretados pela mesma pessoa”

- **Expressões Oraís (músicas, orações e outras formas de expressões orais) - Texto**

Se existirem, dizer em que parte da celebração elas são realizadas e quais são as pessoas responsáveis por fazê-las. Por exemplo: “Durante a encenação, cada personagem tem uma música própria, que é executada enquanto o ator canta e pede ao público que repita o refrão”; “em diferentes momentos da festa, os mais velhos recitam uma benção ao grupo” etc.

- **Objetos importantes (instrumentos musicais, objetos rituais, elementos cênicos, decoração do espaço e outros) - Texto**

Informar se há e quais são os objetos existentes na celebração. Por exemplo: “na celebração, os homens tocam um tipo de viola que só existe aqui e é conhecida como machete”; “no mês anterior à procissão, a comunidade prepara o tapete feito de pó de serragem, pó de café e outros materiais, por onde passará a procissão”

- **Estrutura e recursos necessários**

Dizer quais estruturas e recursos são necessários para a celebração. Por exemplo: “O mestre tira do próprio bolso os recursos para as fantasias”; “a prefeitura instala a iluminação noturna e paga o transporte dos grupos que vêm da zona rural”; “a comunidade se organiza para preparar a alimentação dos brincantes”;

- **Link com outras referências culturais**

Se o lugar está associado a outras referências culturais, como celebrações, saberes etc. Lincar aqui o inventário em questão que será posteriormente direcionado a ele ao clicar.

- **Avaliação**

Indicar os principais pontos positivos para que o objeto continue como uma referência cultural e os pontos que podem determinar o seu desaparecimento. A partir de uma reflexão em grupo a respeito das informações levantadas avaliar a realidade do local: as pessoas dão importância ao objeto? O objeto está perdendo o significado? O que justifica a sua preservação?

- **Recomendações**

Dar sugestões para a preservação do objeto, após fazer sua avaliação como importância como referência cultural.

4. Formas de Expressão

Identificação:

- **Nome - Texto**

Nome mais comum das formas de expressão e outros nomes pelos quais é conhecido.

- **Imagem – Upload de arquivo**

Incluir fotos da galeria ou tirar fotos na hora, escolher a foto que será a capa do inventário. Usar desenhos e fotografias antigas também é uma boa maneira de representar as formas de expressão.

- **O que é - Texto**

Contar de forma resumida o que é a forma de expressão, sintetizando em uma frase, por exemplo “é a forma que os imigrantes italianos falam na região”; “é o jeito como os vaqueiros se comunicam com o gado”; “é um movimento artístico das periferias urbanas no Brasil que expressa a realidade da comunidade, principalmente a dos jovens”;

- **Períodos Importantes - Texto**

Quais os momentos ou datas importantes associadas a formas de expressão e sua duração. Por exemplo “as rodas de capoeira costumam acontecer na praça, aos finais de semana”; “a expressão antes era falada cotidianamente; hoje ela é mais utilizada nas ocasiões festivas da comunidade”; “as gírias são intensamente utilizadas quando os jovens estão reunidos”

- **História - Texto**

Contar diferentes versões sobre as origens e transformações das formas de expressão ao longo do tempo. Reunindo informações do passado e do presente sobre a formas de expressão.

- **Significados - Texto**

Descobrir que significados e funções a formas de expressão tem para a comunidade. Nesse campo podem ser descritos os vínculos das formas de expressão com algum fato da história.

- **Autores**

Informar o nome dos autores responsáveis por reunir todas as informações sobre este bem. Caso os demais autores também tenham conta no aplicativo, é possível pesquisar e linkar os demais autores. Caso os autores tenham conta no

app, é possível pesquisar e realizar um pedido para incluir como autor, ao clicar nos autores e colaboradores é visualizado todos os inventários realizados por eles e iniciar uma conversa por mensagem.

- **Fontes – Campos específicos**

Listar todas as fontes utilizadas para realizar os inventários, livros, documentos, nomes dos moradores que deram entrevistas, sites, etc. Acrescentar um item por vez, na seção +, no qual pede para especificar o tipo de fonte e cada um abrirá um campo específico para acrescentar os dados e posteriormente ser visto de forma correta no inventário geral, em ordem alfabética e na sequência de dados utilizando as normas ABNT.

- **Livro:** SOBRENOME DO AUTOR, Nome Abreviado do autor. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.
- **Site:** SOBRENOME DO AUTOR – nome do autor – título do Artigo – Ano – link – data de acesso (antes da data acrescenta-se a expressão acesso em:).
- **Artigo de Revista:** AUTOR DO ARTIGO. Título do artigo. Título da Revista, (abreviado ou não) Local de Publicação, Número do Volume, Número do Fascículo, Páginas inicial-final, mês e ano.
- **Artigo de Jornal:** Nome do autor em caixa alta- Título do artigo – Nome do Jornal- Local- data (dia, mês, ano) – número do caderno – Seção – páginas (inicial – final)
- **Dissertações e Trabalho de Conclusão de Curso:** AUTOR, Nome abreviado. Título (itálico). Ano de Apresentação. Número de Folhas. Categoria – Instituição, Local, ano.
- **Filmes e Documentários:** Título (Primeira palavra em CAIXA ALTA). Diretor/produtor. Local: Produtora, ano. Especificação do suporte em unidades físicas.
- **Fontes Primárias:** ÚLTIMO NOME, Primeiro nome do entrevistado. Título da entrevista. [Entrevista concedida a] Nome do Entrevistador. mês, ano de publicação.

Descrição

- **Etapas**

Informar se na forma de expressão há etapas. Caso sim, indiquem quais. Por exemplo: “no período da seca são preparados os materiais e no início das chuvas é que são feitas as bonecas Karajá”;

- **Pessoas Envolvidas**

Por meio de texto escrever informar as principais pessoas envolvidas com a forma de expressão e o que elas fazem.

- **Materiais**

Identificar quais os materiais utilizados nessa forma de expressão. Como exemplo: palha nas vestimentas, argila e urucum para pintura corporal, etc.

- **Produtos e suas principais características**

Identificar os principais produtos da forma de expressão (se houver) e também para outros produtos que surgem dela.

- **Roupas e Acessórios - Texto**

Informar se há vestimentas e acessórios específicos usados na forma de expressão, quais são e para que servem? Quais são as pessoas que as usam? Quem é responsável por produzir as vestimentas? Há algo de especial na sua produção?

- **Expressões Corporais (danças e encenações) - Texto**

Informar se há danças ou encenações que integram a forma de expressão. Em que parte da celebração elas se realizam e quais são as pessoas envolvidas diretamente.

- **Expressões Orais (músicas, orações e outras formas de expressões orais) - Texto**

Se existirem, dizer em que parte da forma de expressão elas são realizadas e quais são as pessoas responsáveis por fazê-las.

- **Objetos importantes (instrumentos musicais, objetos rituais, elementos cênicos, decoração do espaço e outros) - Texto**

Informar se há e quais são os objetos existentes na forma de expressão. Por exemplo: “na celebração, os homens tocam um tipo de viola que só existe aqui e é conhecida como machete”; “no mês anterior à procissão, a comunidade prepara o tapete feito de pó de serragem, pó de café e outros materiais, por onde passará a procissão”

- **Estrutura e recursos necessários**

Dizer quais estruturas e recursos são necessários para a forma de expressão. Por exemplo: “O mestre tira do próprio bolso os recursos para as fantasias”; “a prefeitura instala a iluminação noturna e paga o transporte dos grupos que vêm da zona rural”; “a comunidade se organiza para preparar a alimentação dos brincantes”;

- **Link com outras referências culturais**

Se o lugar está associado a outras referências culturais, como celebrações, saberes etc. Lincar aqui o inventário em questão que será posteriormente direcionado a ele ao clicar.

- **Avaliação**

Indicar os principais pontos positivos para que a forma de expressão continue como uma referência cultural e os pontos que podem determinar o seu desaparecimento. A partir de uma reflexão em grupo a respeito das informações levantadas avaliar a realidade do local: as pessoas dão importância ao objeto? O objeto está perdendo o significado? O que justifica a sua preservação?

- **Recomendações**

Dar sugestões para a preservação da forma de expressão, após fazer sua avaliação como importância como referência cultural.

5. Saberes

Identificação:

- **Nome - Texto**
Nome mais comum dos saberes e outros nomes pelos quais é conhecido.
- **Imagem – Upload de arquivo**
Incluir fotos da galeria ou tirar fotos na hora, escolher a foto que será a capa do inventário. Usar desenhos e fotografias antigas também é uma boa maneira de representar os saberes.
- **O que é - Texto**
Contar de forma resumida o que é o saber tradicional, sintetizando em uma frase, por exemplo “é o ofício dos artesãos, que criaram o centro de reciclagem do bairro”; “a forma de fazer doces de compota, característica da região” etc.
- **Períodos Importantes - Texto**
Quais os momentos ou datas importantes associadas ao saber e sua duração. Por exemplo “a época da colheita da fruta ocorre no mês de dezembro e é quando as cozinheiras produzem as compotas”;
- **História - Texto**
Contar diferentes versões sobre as origens e transformações dos saberes ao longo do tempo. Reunindo informações do passado e do presente sobre as formas de expressão.
- **Significados - Texto**
Descobrir que significados e funções os saberes tem para a comunidade. Nesse campo podem ser descritos os vínculos dos saberes com algum fato da história.
- **Autores**
Informar o nome dos autores responsáveis por reunir todas as informações sobre este bem. Caso os demais autores também tenham conta no aplicativo, é possível pesquisar e linkar os demais autores. Caso os autores tenham conta no app, é possível pesquisar e realizar um pedido para incluir como autor, ao clicar nos autores e colaboradores é visualizado todos os inventários realizados por eles e iniciar uma conversa por mensagem.
- **Fontes – Campos específicos**
Listar todas as fontes utilizadas para realizar os inventários, livros, documentos, nomes dos moradores que deram entrevistas, sites, etc. Acrescentar um item por vez, na seção +, no qual pede para especificar o tipo de fonte e cada um abrirá um campo específico para acrescentar os dados e posteriormente ser visto de forma correta no inventário geral, em ordem alfabética e na sequência de dados utilizando as normas ABNT.
 - **Livro:** SOBRENOME DO AUTOR, Nome Abreviado do autor. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.
 - **Site:** SOBRENOME DO AUTOR – nome do autor – título do Artigo – Ano – link – data de acesso (antes da data acrescenta-se a expressão acesso em:).

- **Artigo de Revista:** AUTOR DO ARTIGO. Título do artigo. Título da Revista, (abreviado ou não) Local de Publicação, Número do Volume, Número do Fascículo, Páginas inicial-final, mês e ano.
- **Artigo de Jornal:** Nome do autor em caixa alta- Título do artigo – Nome do Jornal- Local- data (dia, mês, ano) – número do caderno – Seção – páginas (inicial – final)
- **Dissertações e Trabalho de Conclusão de Curso:** AUTOR, Nome abreviado. Título (itálico). Ano de Apresentação. Número de Folhas. Categoria – Instituição, Local, ano.
- **Filmes e Documentários:** Título (Primeira palavra em CAIXA ALTA). Diretor/produtor. Local: Produtora, ano. Especificação do suporte em unidades físicas.
- **Fontes Primárias:** ÚLTIMO NOME, Primeiro nome do entrevistado. Título da entrevista. [Entrevista concedida a] Nome do Entrevistador. mês, ano de publicação.

Descrição

- **Etapas**

Informar se na forma de expressão há etapas. Caso sim, indiquem quais. Por exemplo: “no período da seca são preparados os materiais e no início das chuvas é que são feitas as bonecas Karajá”;

- **Pessoas Envolvidas**

Por meio de texto escrever informar as principais pessoas envolvidas com a forma de expressão e o que elas fazem.

- **Materiais**

Identificar quais os materiais utilizados nessa forma de expressão. Como exemplo: palha nas vestimentas, argila e urucum para pintura corporal, etc.

- **Modos de fazer ou técnicas**

Identificar e descrever as formas de fazer que compõe o saber. Por exemplo: “para fazer a rabiola das pipas, os garotos usam um nó específico, que todos aprendem com muita facilidade” etc.

- **Produtos e suas principais características**

Identificar os principais produtos do saber (se houver) e também para outros produtos que surgem dela.

- **Roupas e Acessórios - Texto**

Informar se há vestimentas e acessórios específicos usados no saber, quais são e para que servem? Quais são as pessoas que as usam? Quem é responsável por produzir as vestimentas? Há algo de especial na sua produção?

- **Expressões Corporais (danças e encenações) - Texto**

Informar se há danças ou encenações que integram o saber. Em que parte da celebração elas se realizam e quais são as pessoas envolvidas diretamente.

- **Expressões Oraís (músicas, orações e outras formas de expressões orais) - Texto**

Se existirem, dizer em que parte do saber elas são realizadas e quais são as pessoas responsáveis por fazê-las.

- **Objetos importantes (instrumentos musicais, objetos rituais, elementos cênicos, decoração do espaço e outros) - Texto**

Informar se há e quais são os objetos existentes no saber. Por exemplo: “para fazer a viola, os artesãos utilizam apenas talhadeiras afiadas”; “há um tacho de cobre na comunidade que dizem ter vindo de Portugal na época do Império”; “o tambor é um instrumento essencial para ensinar essa dança” etc.

- **Estrutura e recursos necessários**

Dizer quais estruturas e recursos são necessários para o saber. Por exemplo: “para fabricar a canoa, é necessária uma madeira especial, cujo corte é proibido hoje em dia, pois já não há matas nos arredores das cidades”; “antigamente, tudo era feito de maneira bastante artesanal, apenas com os recursos naturais disponíveis nas fazendas e sítios da região; hoje em dia, com o crescimento da cidade, em geral, os materiais são comprados ou doados pelos comerciantes”; “para empinar a pipa, o ideal é ter grandes espaços abertos, mas, com o crescimento do bairro, quase já não há lugares assim” etc.

- **Transmissão do saber**

Como se aprende e se ensina esse saber “não há escolas ou cursos sobre essa forma de construção; ela é aprendida na prática, quando o aprendiz ajuda e observa o mestre”; “as artesãs aprendiam com suas mães e avós, mas hoje em dia se organizam em associações que promovem cursos em que se ensinam as técnicas tradicionais e se aprendem novas técnicas”; “geralmente se aprende brincando” etc.

- **Link com outras referências culturais**

Se o lugar está associado a outras referências culturais, como celebrações, lugares etc. Lincar aqui o inventário em questão que será posteriormente direcionado a ele ao clicar.

- **Avaliação**

Indicar os principais pontos positivos para que o saber continue como uma referência cultural e os pontos que podem determinar o seu desaparecimento. A partir de uma reflexão em grupo a respeito das informações levantadas avaliar a realidade do local: as pessoas dão importância ao saber? O objeto está perdendo o significado? O que justifica a sua preservação?

- **Recomendações**

Dar sugestões para a preservação do saber, após fazer sua avaliação como importância como referência cultural.

6. Conjuntos

No campo de conjuntos é possível reunir vários inventários com temas correlatos em um único local, por exemplo, uma festa (forma de celebração) que acontece em lugar

em que possui uma igreja importante para comunidade (lugar), esses dois inventários são mostrados separados na navegação individual e na aba de conjuntos eles aparecem unidos.

Para conseguir realizar um conjunto é necessário já ter inventariado os itens que deseja unir, o conjunto não aparecerá no mapa, sendo utilizado apenas como uma forma de organização. Os itens que compõe o conjunto, quando mostrados individualmente, sinalizarão os conjuntos de que fazem parte. Um único item pode fazer parte de mais de um conjunto.

Ao criar um conjunto deverá ser informado:

- **Nome**
Nome do conjunto
- **O que é**
Contar de forma resumida do que se trata o conjunto, em uma frase. Neste campo há um limitador de 150 caracteres (com espaço). Por exemplo:
Conjunto sobre a agricultura do século passado.

Ao finalizar o preenchimento da lista abre-se uma tela para conferência de todos os dados incluídos, com um *preview* da publicação. Depois de concluído e encaminhado o inventário é redirecionado para aprovação da prefeitura, com a abertura de um protocolo.

Caso aceite é publicado e pode ser acessado por qualquer pessoa, ficando disponível na navegação de inventários e no mapa da página inicial, de acordo com sua localização. Caso não aceite são notificados os autores para realizarem edição de acordo com os apontamentos da prefeitura, e assim avaliados novamente.

Após publicado é possível a comunidade interagir por meio de comentários.

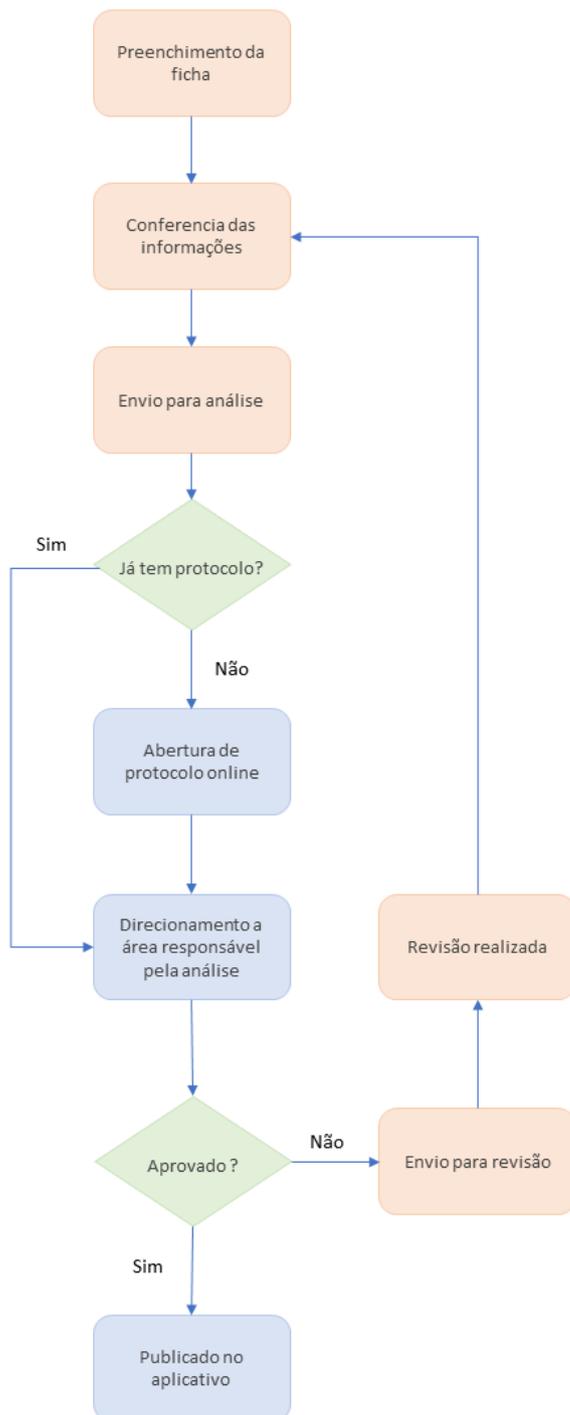


Figura 44. Fluxo de informações entre cidadão e prefeitura para inclusão de dados no aplicativo

Fonte: Produzido pela autora

Os inventários publicados podem ser **favoritados** por outros usuários, assim como **baixados** para visualização off line. Também é possível **compartilhar** o inventário nas redes sociais.

Na parte inferior dos inventários individuais ainda é mostrado o nome dos autores (que reuniram as informações e criaram o inventário) e os colaboradores (que incluíram ou ajudaram com as informações após o inventário ser publicado), os nomes dos colaboradores são incluídos automaticamente quando um pedido de ajuda é confirmado pela Prefeitura.

Caso os autores tenham conta no app, é possível pesquisar e realizar um pedido para incluir como autor, ao clicar nos autores e colaboradores é visualizado todos os inventários realizados por eles.

d. Contribuir – Buscando obter um inventário vivo e colaborativo, potencializado pelo uso da internet que possibilita edição constante das informações e assim criando inventários multiautorais, os inventários publicados no aplicativo podem receber **ajuda** de outros usuários que saibam mais informações sobre o bem em questão, estes enviam uma sugestão de reescrita, assim que aceita pela Prefeitura a pessoa que enviou o pedido fica marcado como **colaborador** do inventário.

e. Criar e Visualizar Caminhos Culturais – O patrimônio cultural guarda a identidade e referências culturais de uma determinada região, quando esta referência é identificada primeiramente por um bem edificado muitas vezes tende-se a concentrar-se apenas no edifício isoladamente o que leva ao rompimento com seu entorno.

Os Caminhos Culturais são uma possibilidade de identificação das conexões existentes entre os patrimônios de uma região.

Na aba dos Caminhos Culturais é possível visualizar em lista as rotas realizadas pela Prefeitura e comunidade em forma de lista. A forma de lista apresenta uma foto de capa, nome e atrações principais encontradas (aventura, arquitetura, culturais, ecológicas, esportes, formação e estudos, gastronomia, religiosas, outros).

Ao clicar na lista é mostrado a quilometragem do percurso, mapa com a indicação do trajeto, tempo médio percorrido para veículos, bicicleta e pedestre e os pontos de atração da rota, com as informações de localização, se é aberto para visitação e horário de funcionamento. Ao clicar nos pontos de atra o aparece o inventário do bem.

f. Criar e visualizar eventos – Uma outra possibilidade de preservação dos patrimônios não edificados, imaterial, além dos caminhos culturais e manter o espírito do lugar é a partir de eventos culturais, que propiciam o ressignificado constante de uma forma de expressão ou saberes dentro de uma comunidade.

O aplicativo traz a possibilidade de criação e visualização dos eventos culturais na cidade, compondo uma agenda comunitária cultural no smartphone.

Na área de eventos do aplicativo é possível visualizar em forma de lista e em forma de calendário.

g. Colaborar – Na colaboração é possível enviar sugestões sobre o patrimônio cultural de Taubaté, podendo acrescentar fotos e também realizar denúncias sobre os bens tombados ou protegidos do município.

Na aba de colaboração, para melhor entendimento sobre o objetivo desta seção, que destina-se apenas a denúncias e sugestões sobre bens tombados, sendo estes responsabilidade do estado fiscalizar e ajudar na preservação, e sugestões sobre a política pública de preservação do patrimônio cultural de Taubaté, é brevemente apresentada uma explicação sobre o objetivo, a importância de participação para a preservação e o que são os bens tombados e a política de preservação do patrimônio cultural de Taubaté.

A colaboração é direcionada para a prefeitura, gerando um protocolo de acompanhamento que pode ser realizado pelo próprio app.

O campo de **assunto** pode ser pré-definido com as ocorrências mais frequentes, otimizando o direcionamento para a área responsável pela questão.

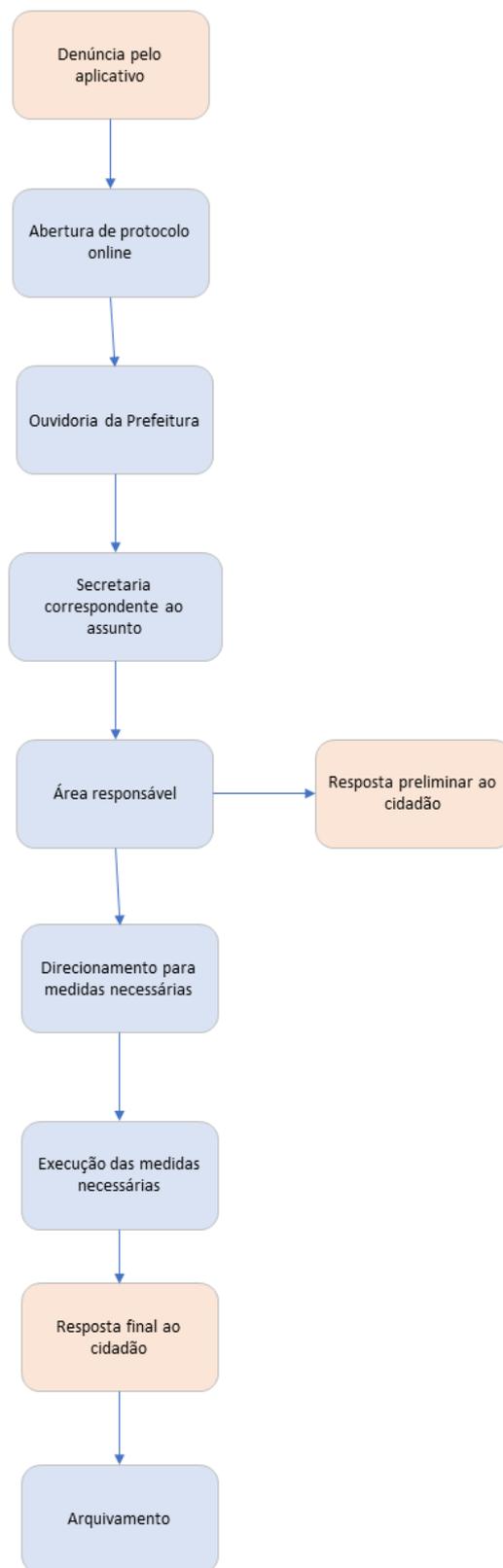


Figura 45. Fluxo sugerido das denúncias realizadas pelo aplicativo

Fonte: Produzido pela autora



Figura 46. Fluxo sugerido das sugestões realizadas pelo aplicativo

Fonte: Produzido pela autora

Também é possível ver em formato de lista as contribuições da comunidade e navegar pelo mapa que identifica a localização dos pontos de contribuição. Possibilitando um diagnóstico mapeado dos problemas apresentados.

Foram incluídas algumas funcionalidades para proporcionar uma melhor experiência do usuário:

- a. Meus Inventários
- b. Configurações

a. Meus Inventários – A aba dos Meus é possível localizar todos os inventários salvos, baixados para visualização off line e ainda os inventários criados.

b. Configurações – Na parte de configurações é possível:

- **editar seu perfil** que contém foto, nome, bairro, data de nascimento, profissão, gênero;
- **configurar as notificações** que podem ser push ou por email; as notificações podem ser relativas as aprovações de inventário pela prefeitura, resposta das colaborações de sugestões, denúncias ou colaborações realizadas em inventários e também de conversas.
- **convidar um amigo**, possibilita copiar um link ou compartilhar o aplicativo em redes sociais;
- **ajuda**, apresenta os primeiros passos do aplicativo e um FAQ com as dúvidas mais frequentes;
- **Política de Privacidade** – Mostra a política de privacidade do aplicativo.

5.2.2. Prefeitura

A plataforma utilizada para gerenciamento das informações pela prefeitura é o computador, no qual é necessário um ou mais gerente(s) das atividades, uma página inicial para login será aberta para inclusão de nome e senha das pessoas que possuem acesso ao sistema, sendo possível:

- Utilizar todos os recursos disponíveis para o cidadão, como criação de inventários e eventos, assim como realizar comentários.
- Gerenciar os pedidos de inclusão de dados, como novos inventários, as colaborações, novos caminhos culturais, dentre outros.
- Gerenciar as contribuições recebidas
- Gerenciamento de vistorias. Podendo organizar por meio de calendário as fiscalizações periódicas e advindas de denúncias nos bens tombados. Auxiliando na eficiência do trabalho em campo.

- Baixar os dados obtidos pelos inventários assim como mapeamentos em KML.
- Painel *Dashboard* com os dados do inventário como: Quantidade de inventários, denúncias, sugestões, caminhos culturais, eventos por mês, segmentação das denúncias por data e regiões, informações da fiscalização como quantidade de fiscalizações por ano e mês, e quantidade de downloads do aplicativo).



Figura 47. Exemplo de Dashboard

Fonte: MICROSOFT DOCS, 2019

5.3.DESIGN DO APLICATIVO

Os primeiros estudos foram realizados pela autora a partir de croquis autora com o objetivo de definir os layouts para o aplicativo.



Figura 48. Croqui da tela inicial

Fonte: Elaborado pela autora

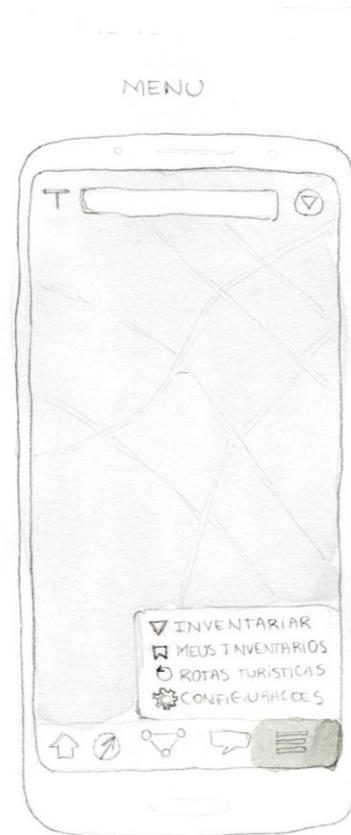


Figura 49. Croqui do menu

Fonte: Elaborado pela autora

MENU - CONFIGURAÇÕES

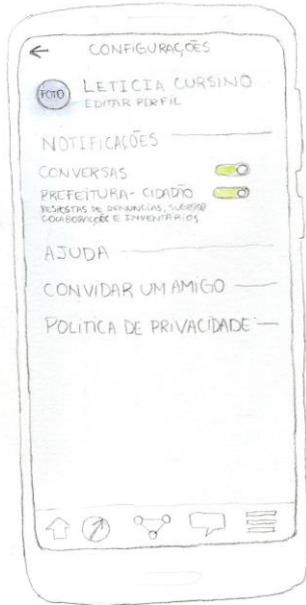


Figura 50. Croqui da tela de configurações

Fonte: Elaborado pela autora

MENU - INVENTARIAR



Figura 51. Croqui da tela inventariar

Fonte: Elaborado pela autora

MENU - INVENTARIAR - LUGAR

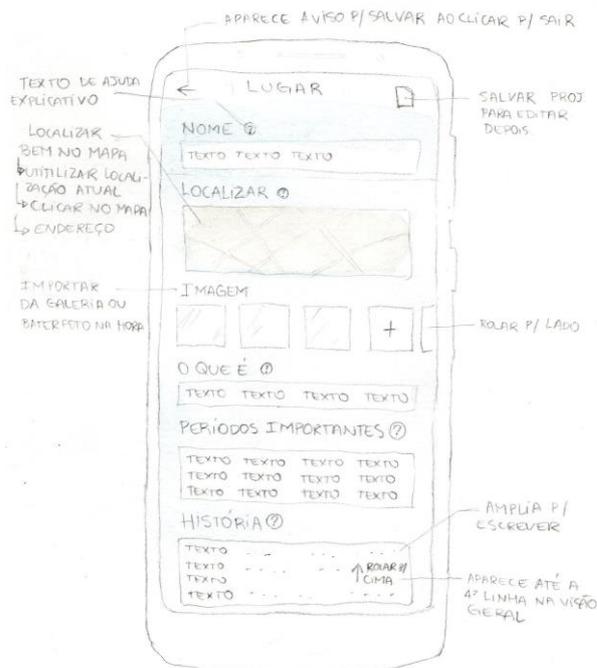


Figura 52. Croqui da tela criar um inventário

Fonte: Elaborado pela autora

CONTINUAÇÃO

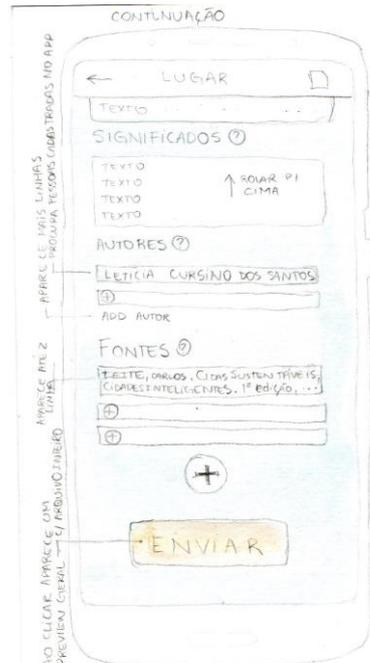


Figura 53. Croqui da tela criar um inventário [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

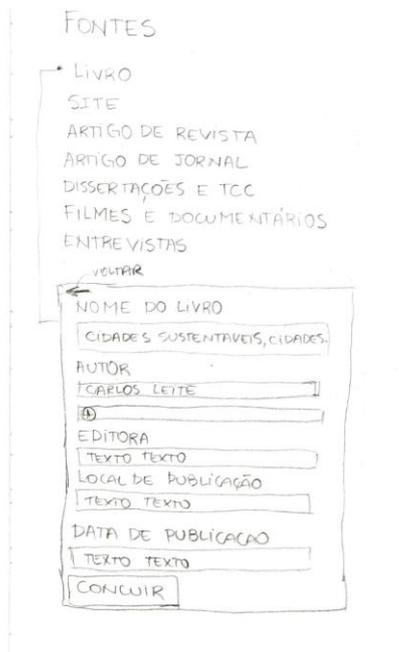


Figura 54. Estudos para inclusão das fontes

Fonte: Elaborado pela autora



Figura 55. Croqui da tela de navegação de conjuntos

Fonte: Elaborado pela autora

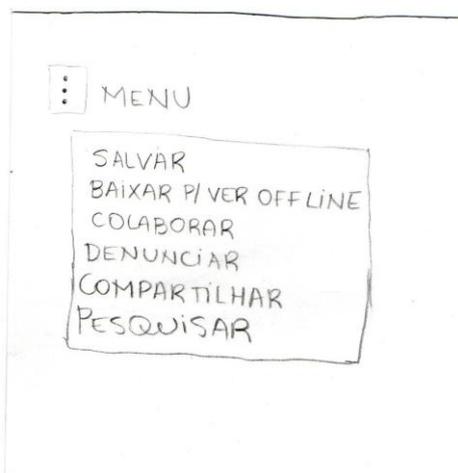


Figura 56. Estudos para o menu superior e funcionalidades adicionais

Fonte: Elaborado pela autora

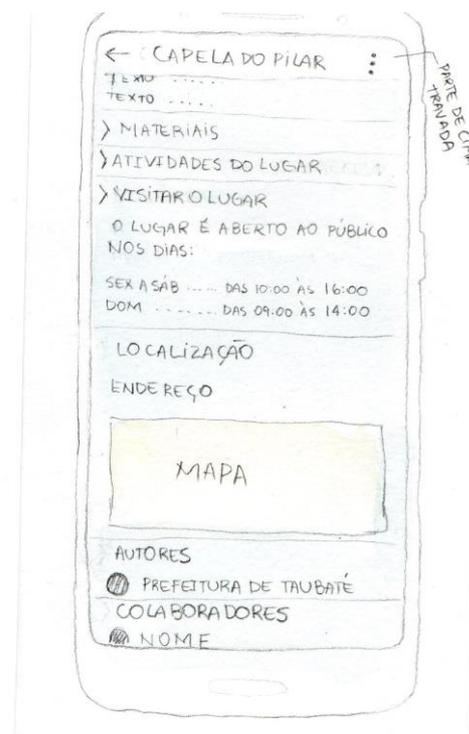


Figura 57. Croqui da tela exemplo de inventário criação de inventário [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

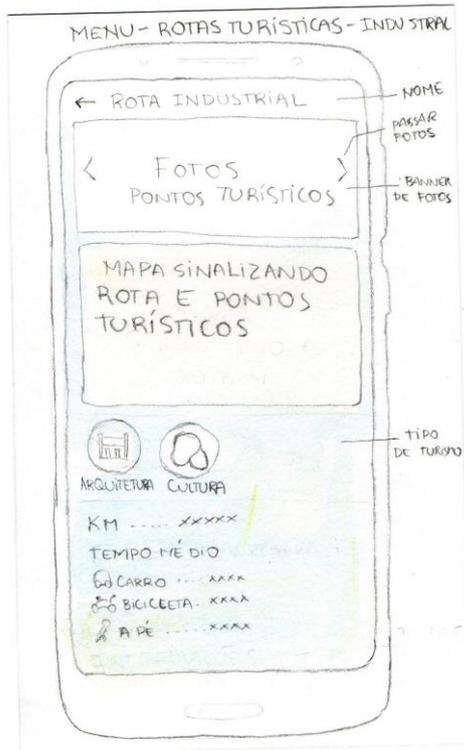


Figura 58. Croqui de tela de caminho cultural

Fonte: Elaborado pela autora

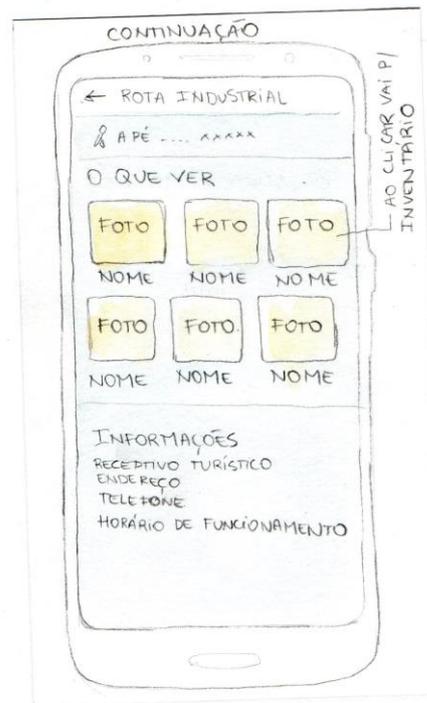


Figura 59. Croqui de tela de caminho cultural [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

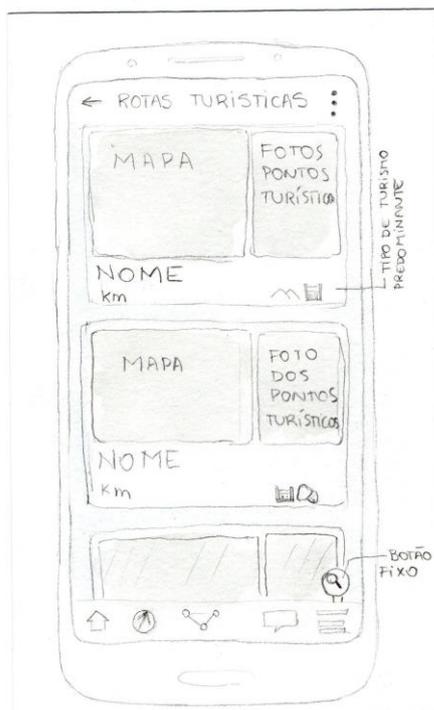


Figura 60. Croqui de tela vista dos caminhos culturais em lista

Fonte: Elaborado pela autora

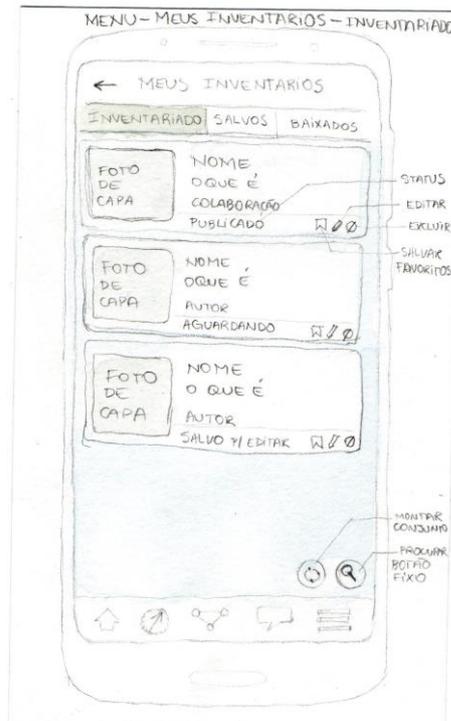


Figura 61. Croqui de tela meus inventários

Fonte: Elaborado pela autora

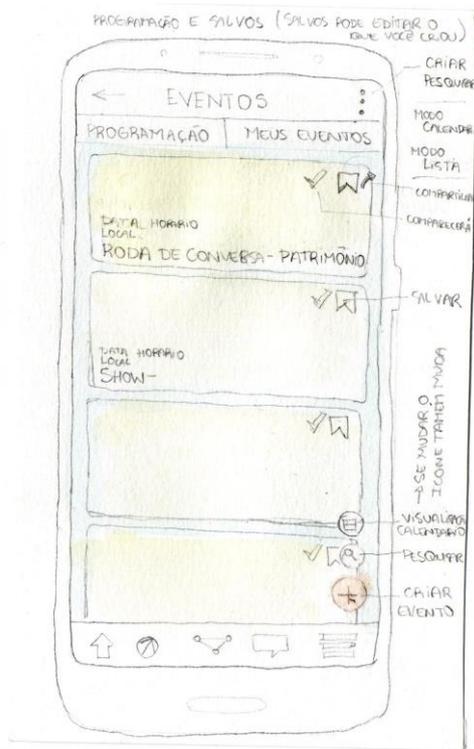


Figura 62. Croqui da tela de eventos vista de lista

Fonte: Elaborado pela autora



Figura 63. Croqui da tela de eventos vista em calendário

Fonte: Elaborado pela autora

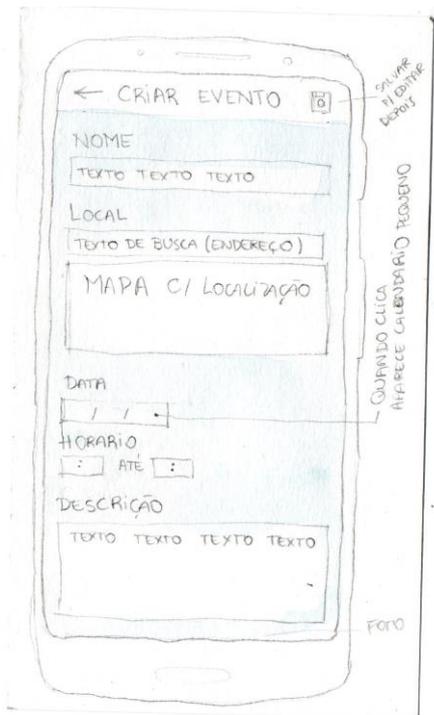


Figura 64. Croqui da tela de criar eventos

Fonte: Elaborado pela autora

Após os estudos o produto final foi desenvolvido no programa PowerPoint o qual possibilita a montagem e passagem das telas para simulação do projeto. Foram utilizados os programas auxiliares Illustrator e Photoshop para criação de ícones e edição de imagens.

As cores principais utilizadas foram o **azul** e **branco**, que são as cores da cidade de Taubaté e o **laranja** que é a cor complementar do azul para obter contraste, também foi utilizado o cinza para harmonização, nos boxes foi aplicado transparência de 20%

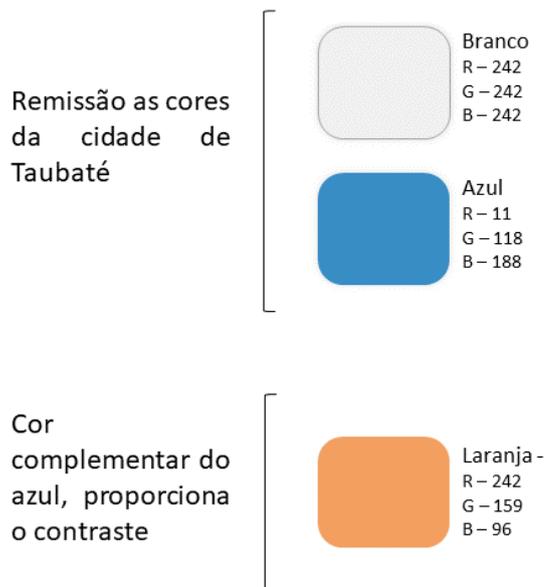


Figura 65. Configuração das cores bases do aplicativo

Fonte: Elaborado pela autora

Para quebrar o branco total, o fundo do aplicativo apresenta uma textura com transparência que remete ao saco de juta, referência a primeira industrialização sofrida na cidade, parte importante da história de Taubaté.



Figura 66. Textura de juta utilizada no fundo do aplicativo

Fonte: Elaborado pela autora

Os ícones utilizados no inventário foram retirados do site Flaticon e personalizados ou criados pela autora.

Principais modais urbanos



Carro



Bicicleta



A pé

Atrações dos Caminhos Culturais



Aventura



Arquitetura



Cultura



Gastronomia



Ecológica



Esporte



Formação e Estudos



Religiosa



Rural



Outros

Figura 67. Lista de ícones utilizados

Fonte: Elaborado pela autora

- Ações
-  Filtro do mapa
 -  Pesquisar
 -  Salvar
 -  Salvo
 -  Contribuir
 -  Baixar
 -  Compartilhar
 -  Editar
 -  Salvar informações
 -  Informações salvas
 -  Informações adicionais
 -  Adicionar maiores informações
 -  Excluir
 -  Confere alterações
 -  Cancelas alterações

Figura 68. Lista de ícones utilizados

Fonte: Elaborado pela autora

- Ações
-  Muda para visão de calendário
 -  Muda para visão de lista
 -  Comparecerá não selecionado
 -  Comparecerá selecionado
 -  Passa para a esquerda
 -  Passa para a direita
 -  Muda visão para colaborações da comunidade
 -  Muda visão para minhas colaborações
 -  Apoiar esta publicação
 -  Menu especial
 -  Voltar para página anterior
- Barra inferior
-  Página Inicial
 -  Navegar
 -  Contribuições
 -  Menu principal

Figura 69. Lista de ícones utilizados

Fonte: Elaborado pela autora

Indicações no mapa de inventário

-  Comunidade
-  Tombamento municipal
-  Tombamento estadual
-  Tombamento federal
-  Celebrações
-  Lugares
-  Formas de Expressão
-  Saberes
-  Objetos

TAUBATÉ
CULTURAL

Figura 70. Lista de ícones utilizados

Fonte: Elaborado pela autora

5.4. PROJETO FINAL DO APLICATIVO



Figura 71, Página de carregamento

Fonte: Elaborado pela autora



Figura 72. Página de login

Fonte: Elaborado pela autora

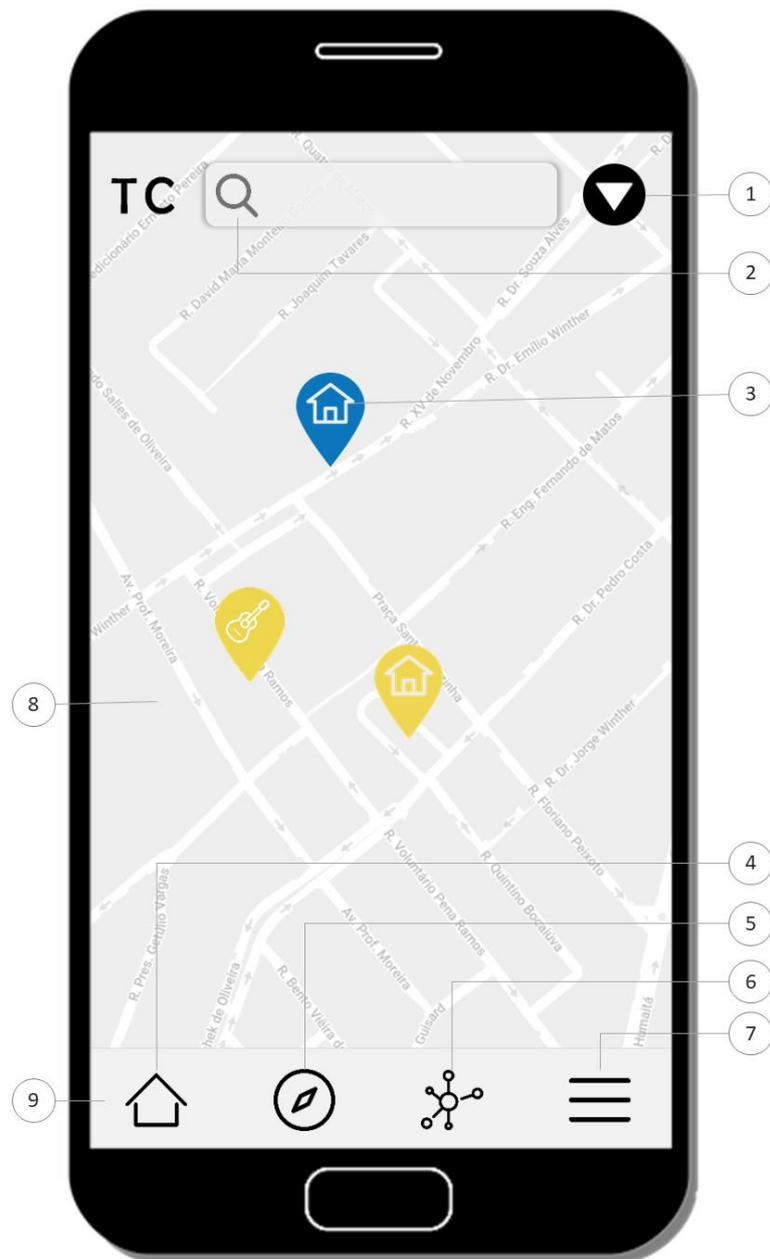


Figura 73. Página Inicial

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte do mapa de fundo: Snazzy Maps

1. Filtro do mapa
2. Pesquisar por nome de inventário ou endereço
3. Inventários
4. Inventários
5. Navegação
6. Colaborar
7. Menu principal
8. Mapa Interativo
9. Barra principal

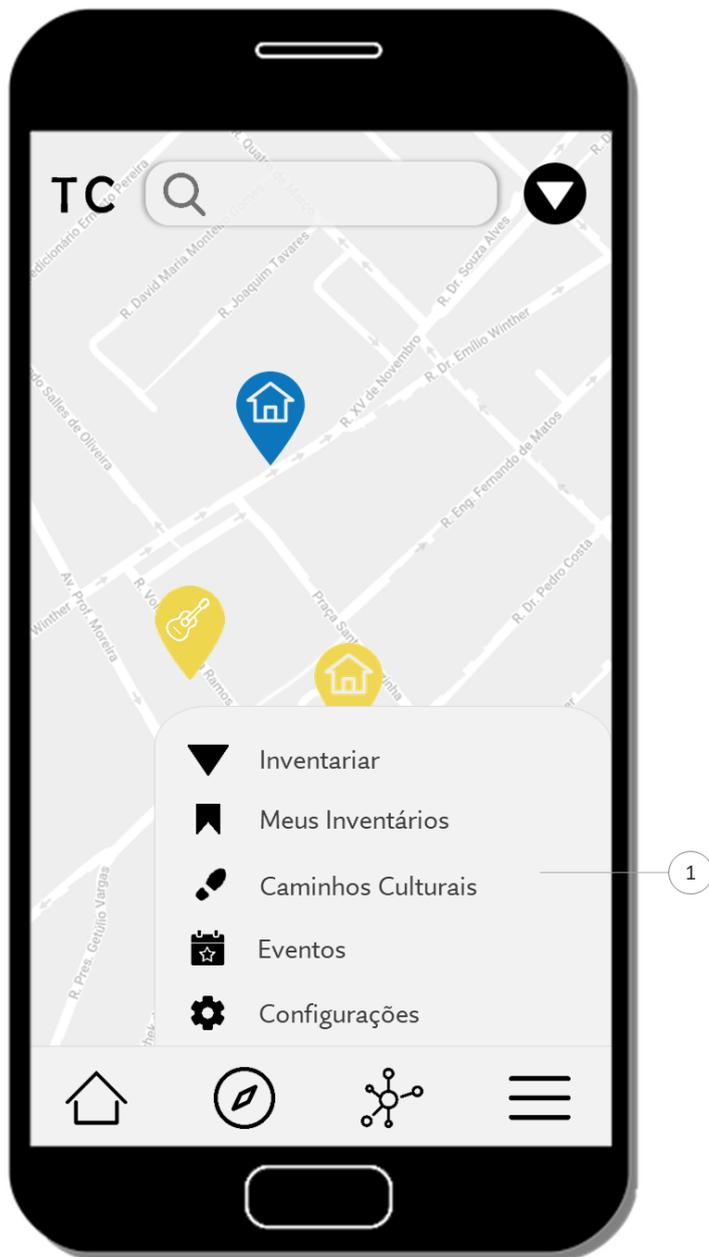


Figura 75. Menu inferior

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte do mapa de fundo: Snazzy Maps

1. Menu



Figura 76. Página inventariar

Fonte: Elaborado pela autora

Categorias baseadas no Manual de Inventários Participativos do IPHAN

1. Seção indicativa superior
2. Guia prático
3. Iniciar o inventário

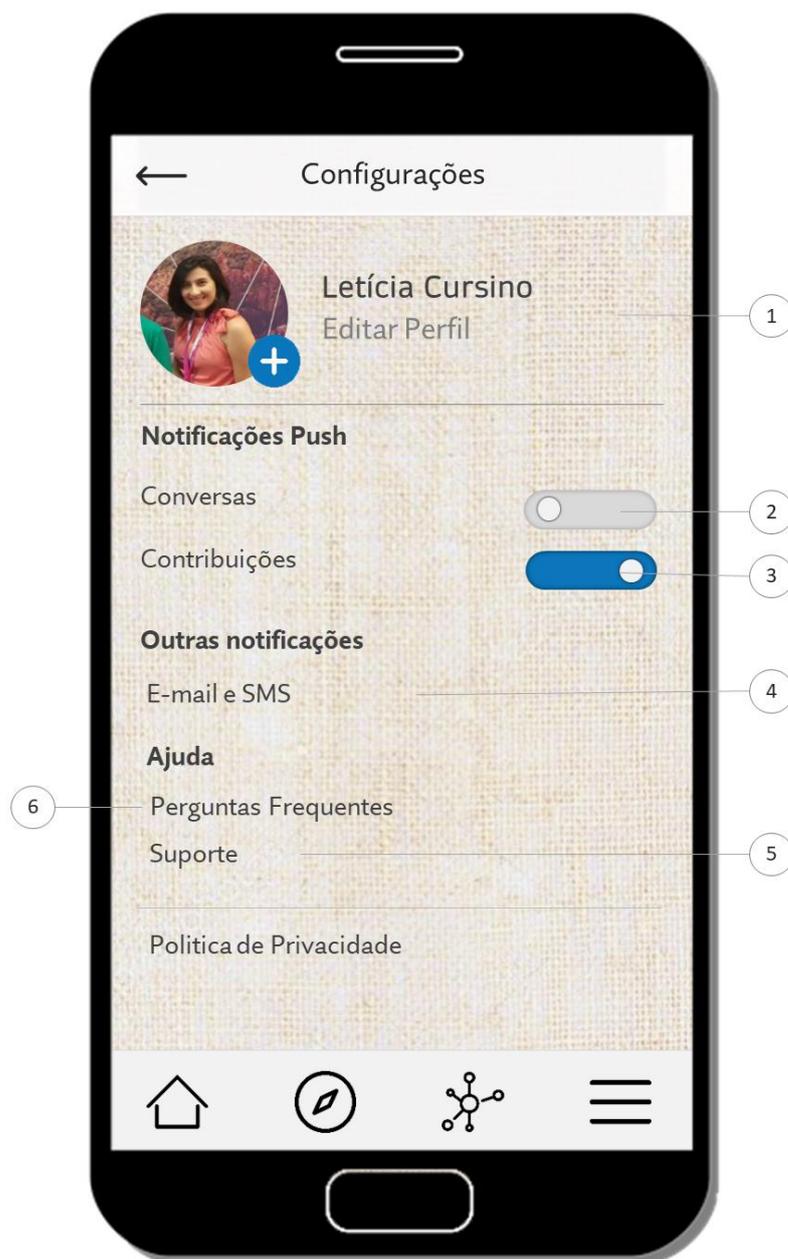


Figura 77. Página configurações

Fonte: Elaborado pela autora

1. Editar dados pessoais
 - a. Nome; b. Foto; c. Email; d. Telefone
2. Notificações desligadas
3. Notificações ligadas
4. Ligar e desligar notificações de email e SMS para conversas e contribuições
5. Informações práticas de como utilizar o aplicativo
6. Perguntar frequentes sobre o aplicativo e sobre patrimônio cultural

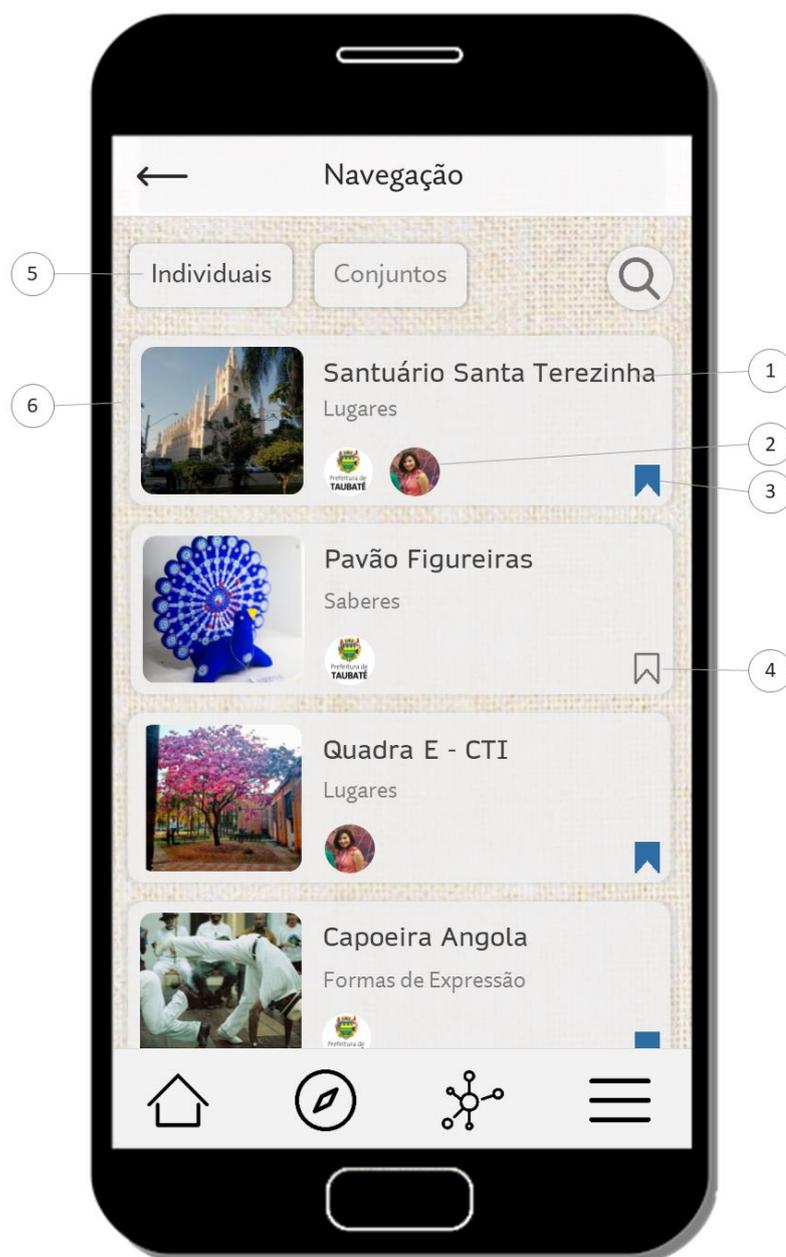


Figura 78. Página de navegação dos inventários individuais

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Prefeitura de Taubaté (Pavão e capoeira); Acervo Pessoal (Santa Terezinha e Quadra E)

1. Nome que arrasta automaticamente
2. Autores e colaboradores
3. Opção salvar selecionada
4. Opção salvar não selecionada
5. Menu superior
6. Seção em lista dos inventários

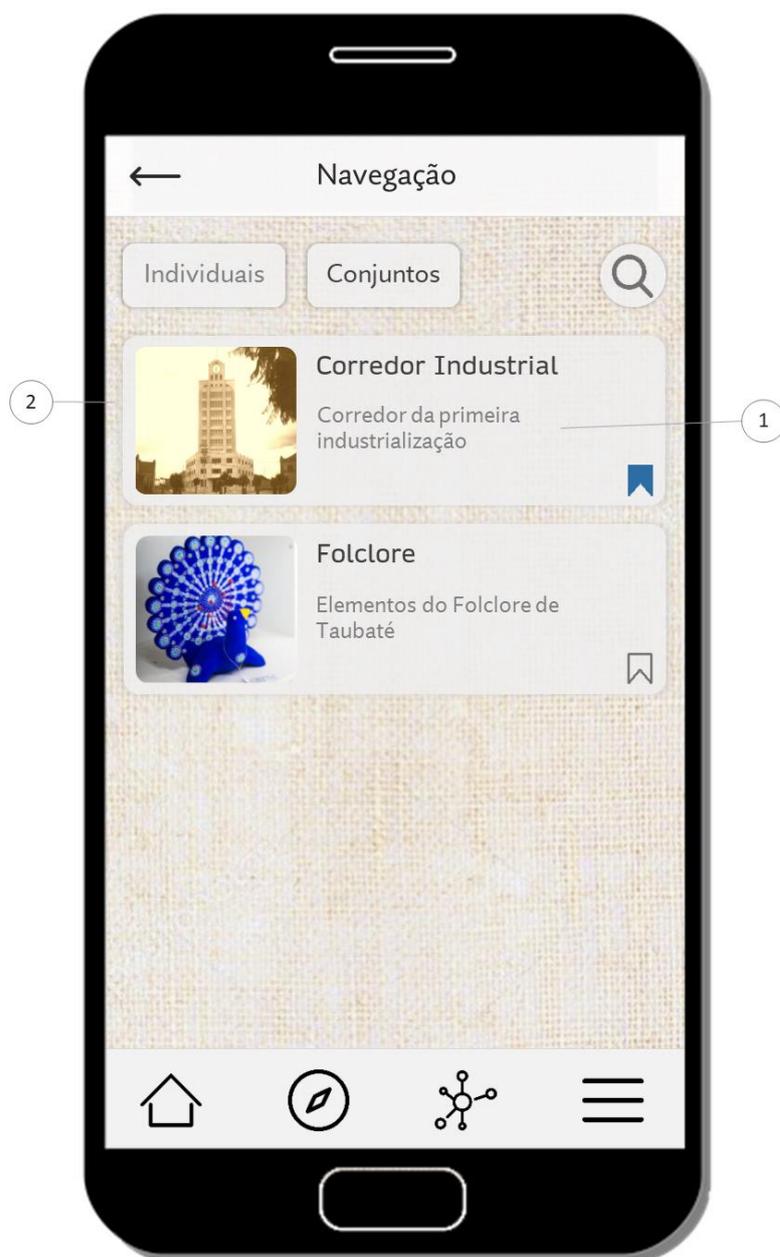


Figura 79. Página de navegação dos inventários em conjuntos

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Prefeitura de Taubaté (Pavão); Taubaté das Antigas (CTI)

1. Seção “o que é”
2. Seção em lista dos conjuntos



Figura 80. Visão de inventário após publicação

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das informações: Almaque Urupês

Fonte das fotografias: Acervo pessoal

1. Menu especial
2. Atalhos do menu especial
3. Passagem de fotos lateralmente
4. Explicação sobre tombamento
5. Flecha para estender e retrair informações

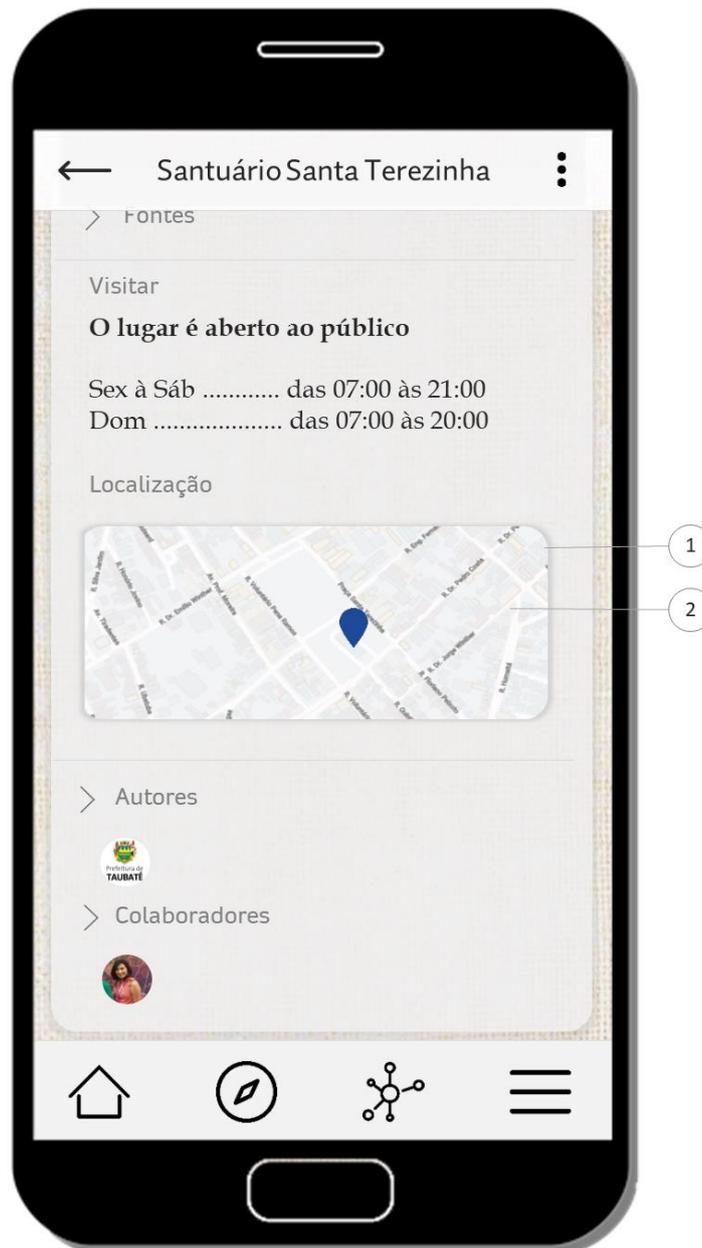


Figura 81. Visão de inventário após publicação [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Snazzy Maps (mapa)

1. Iniciar o inventário
2. Clique no mapa estende para tela inteira



Figura 82. Visão de inventário após publicação [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

1. Interação da comunidade pelos comentários

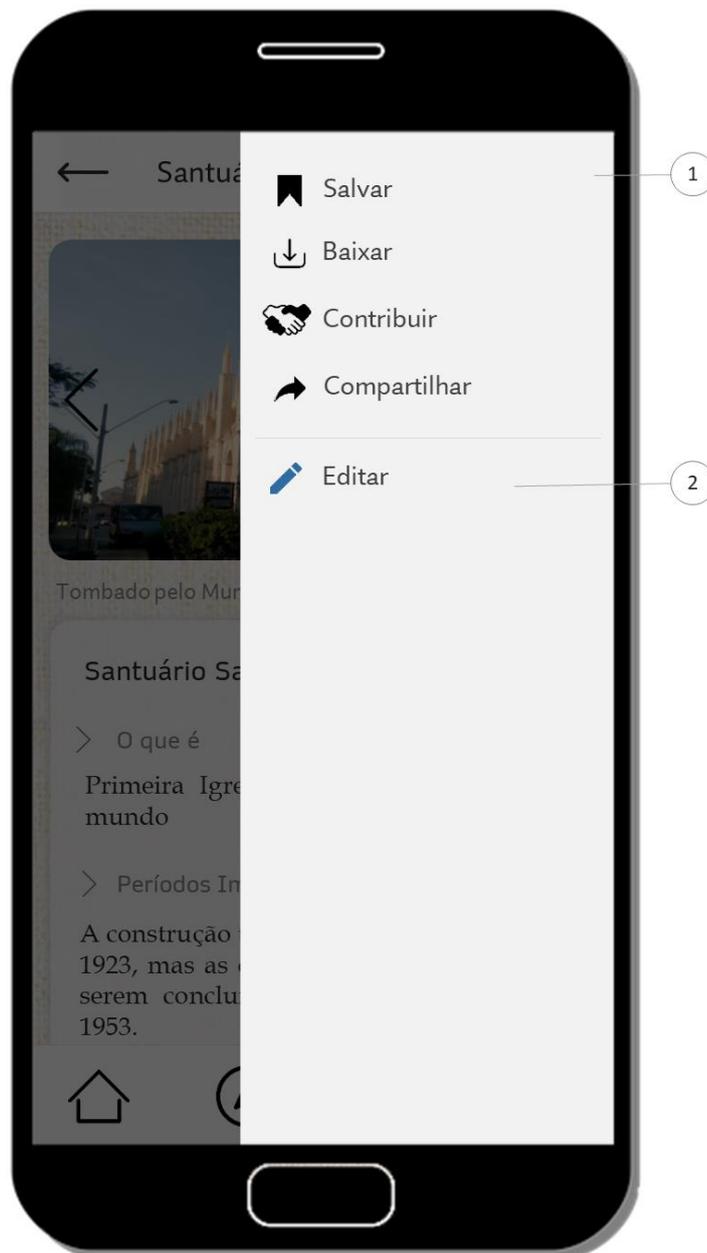


Figura 83. Menu especial dos inventários

Fonte: Elaborado pela autora

1. Menu especial
2. Seção só aparece quando a pessoa que visualiza criou o inventário

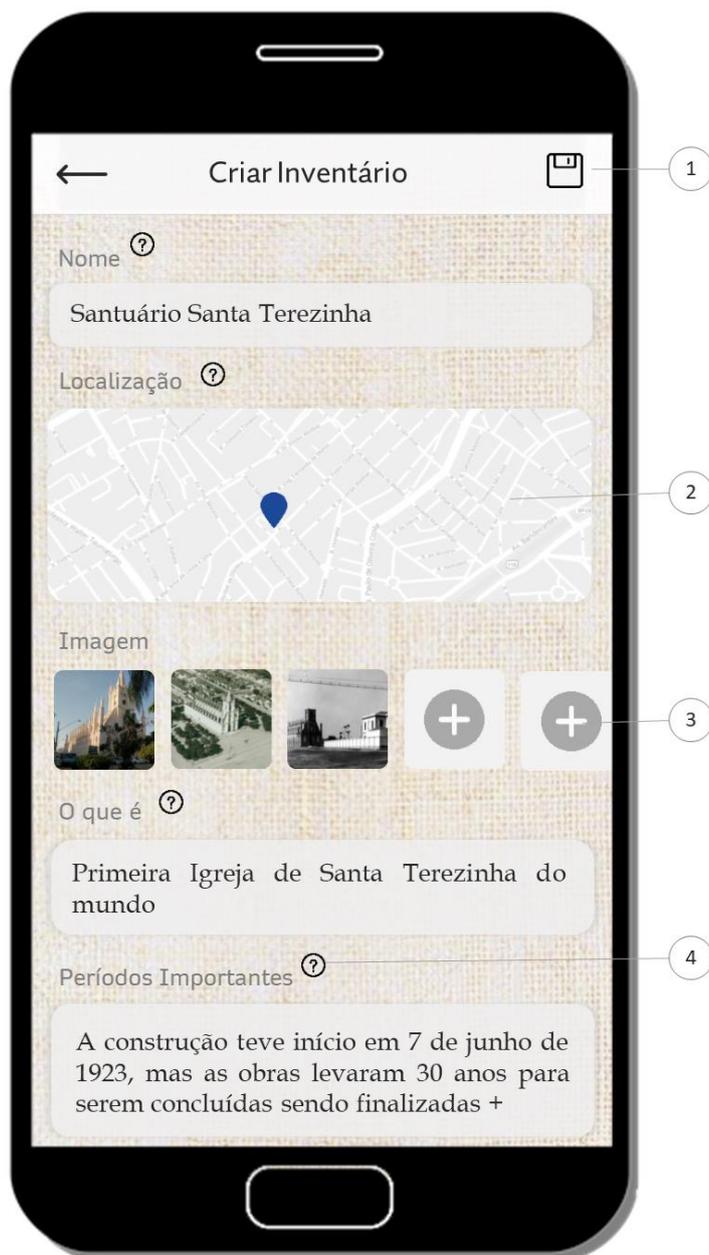


Figura 84. Exemplo de criação de inventário

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das informações: Almaque Urupês

Fonte das fotografias: Acervo pessoal e Grupo Taubaté das Antigas

1. Salvar para continuar posteriormente
2. Clique no mapa estende para tela inteira
3. Ao clicar adiciona fotos da galeria do celular ou abre a câmera para tirar fotos na hora
4. Explicação sobre preenchimento dos campos do inventário

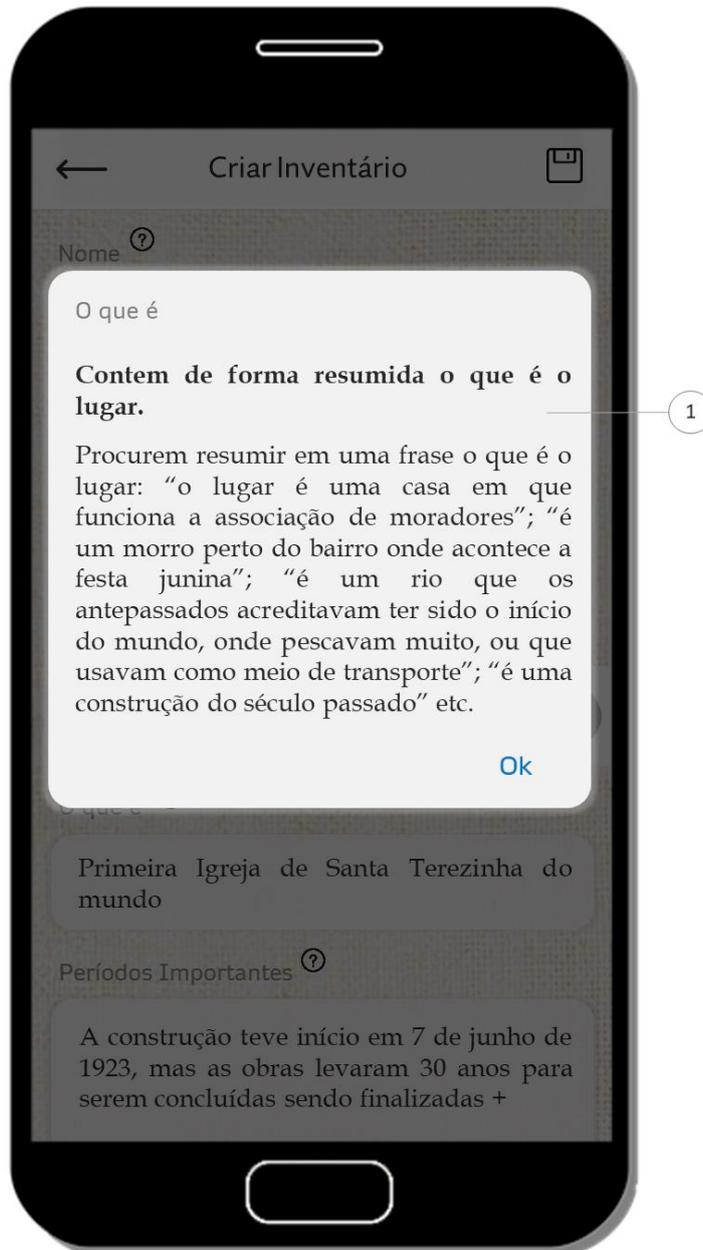


Figura 85. Clique no ponto de interrogação para mais informações

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das informações: Manual de Inventário Participativo do IPHAN

1. Ao clicar sobre o ponto de interrogação abre janela explicativa



Figura 86. Exemplo de criação de inventário [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das informações: Alamaque Urupês

1. Possibilidade de incluir vários autores, aqueles que possuem conta no aplicativo ficara lincado automaticamente
2. Facilidade para inserir fontes

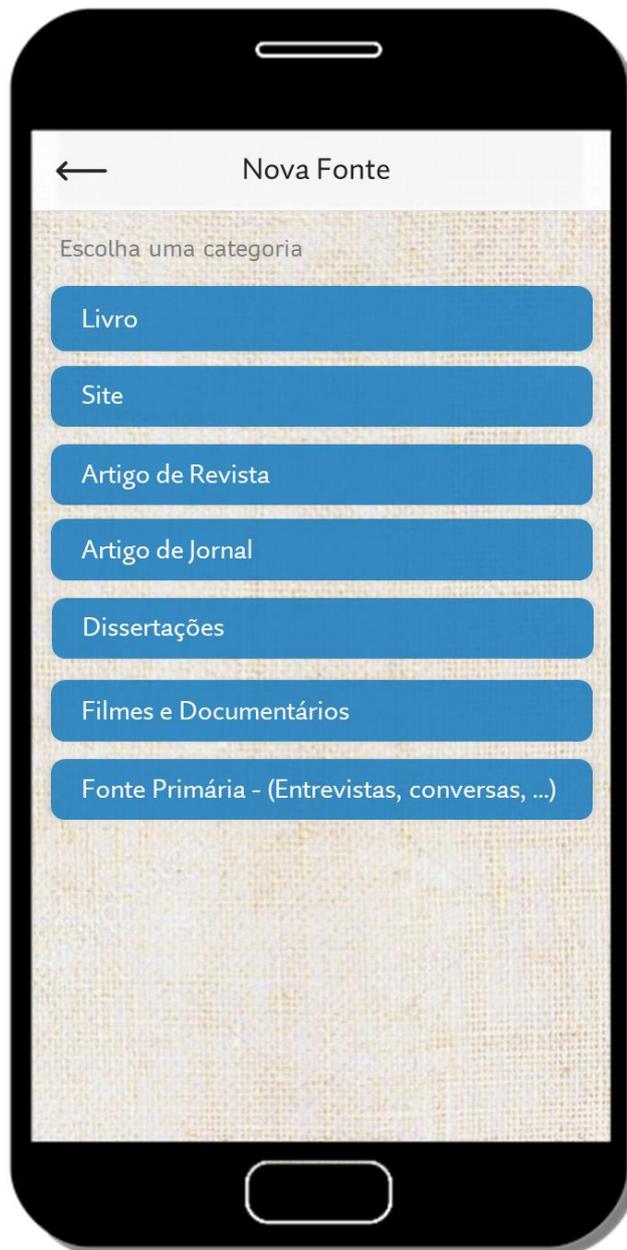


Figura 87. Inserir nova fonte

Fonte: Elaborado pela autora

Buscando facilidade na hora de incluir fontes, cada categoria apresenta os dados para preenchimento das informações e automaticamente é transformado para norma ABNT

The image shows a smartphone screen with a form titled "Nova Fonte". The form has a light beige background with a subtle grid pattern. At the top, there is a back arrow and the title "Nova Fonte". Below the title, there are several input fields, each with a question mark icon to its right. The fields are: "Título" with the text "Você sabia que o Santuário de Santa Teresinha foi construído +"; "Autor do Artigo" with the text "Texto"; "Site" with the text "Almanaque Urupês"; "Link do Artigo" with the text "http://almanaquetaubate.com.br/in+"; and "Data de Acesso" with the text "/ /". At the bottom of the form, there is a large orange button labeled "Concluir".

Figura 88. Inserir nova fonte [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

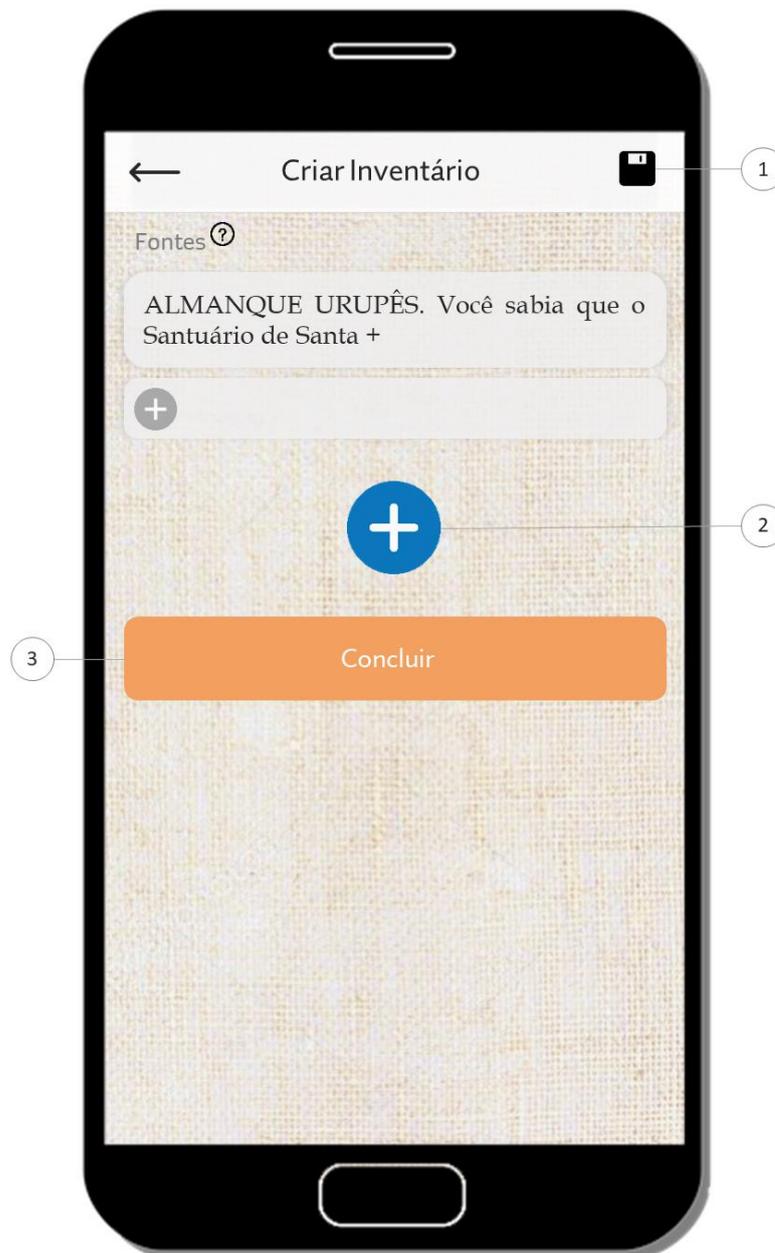


Figura 89. Exemplo de criação de inventário [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

1. Quando salvo ícone fica preenchido
2. Ao clicar aparece mais informações a serem incluídas, de acordo com a categoria de inventário usado
3. Concluir envia as informações para aprovação da prefeitura

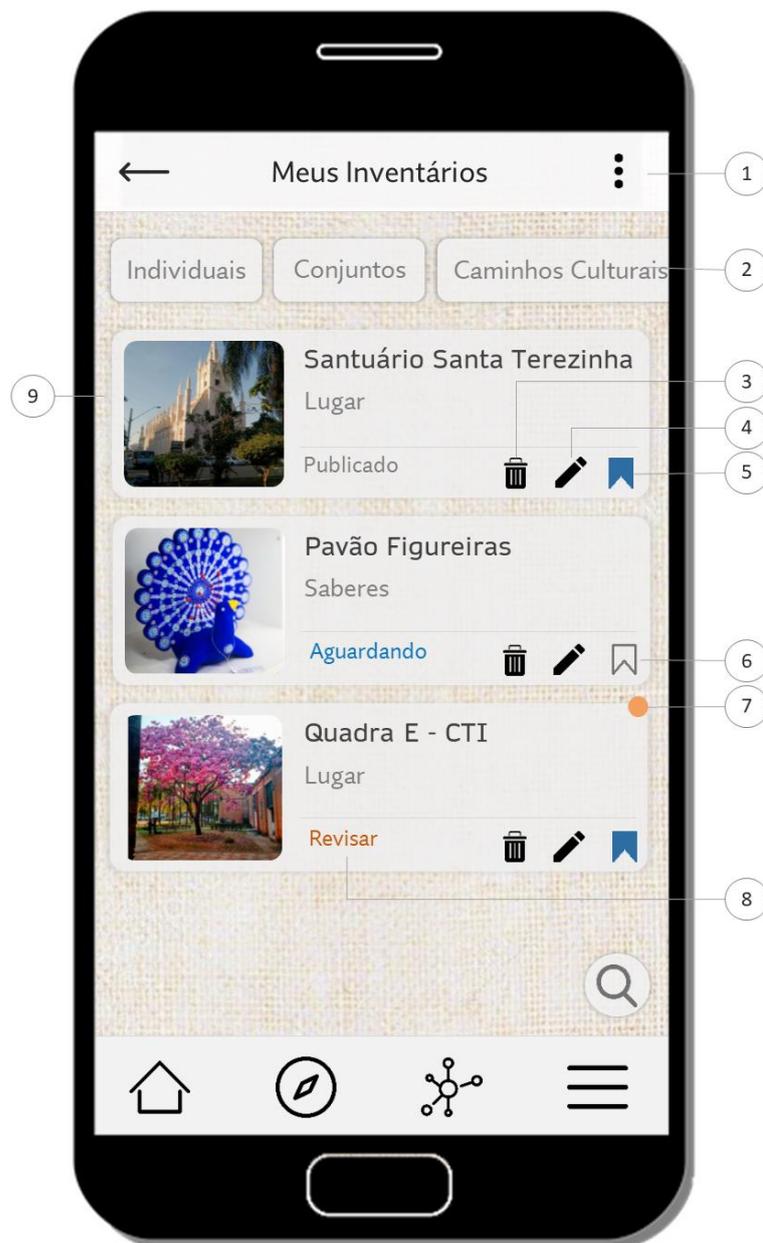


Figura 90. Página meus inventários

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Prefeitura de Taubaté (Pavão); Acervo Pessoal (Santa Terezinha e Quadra E)

1. Menu Especial
2. Menu Superior com rolagem lateral
3. Excluir
4. Editar
5. Opção salvar selecionada
6. Opção salvar não selecionada
7. Sinalização de respostas da prefeitura para revisão
8. Status
9. Seção em lista dos inventários criados



Figura 91. Página meus inventários com rolagem lateral do menu superior

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Prefeitura de Taubaté (Pavão e capoeira); Acervo Pessoal (Santa Terezinha e Quadra E)

1. Menu Superior com rolagem lateral

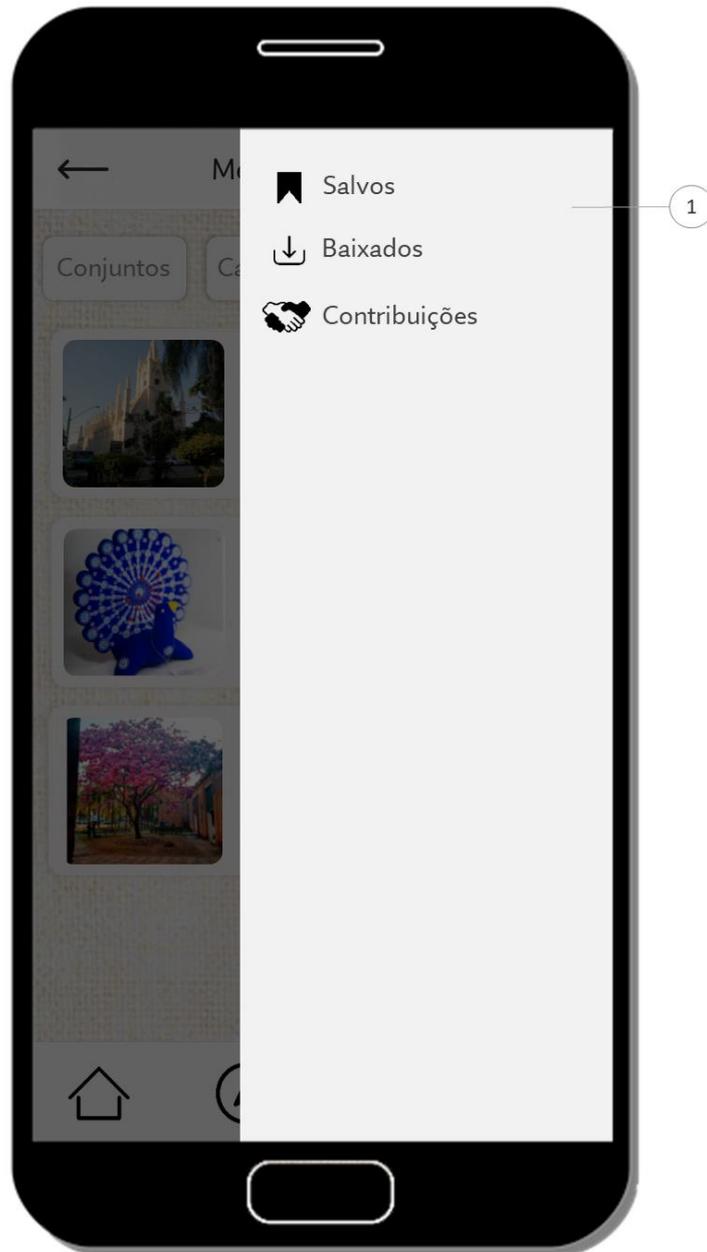


Figura 92. Menu especial dos meus inventários

Fonte: Elaborado pela autora

1. Menu Especial mostra as categoriais dos itens no “Meu Inventário”

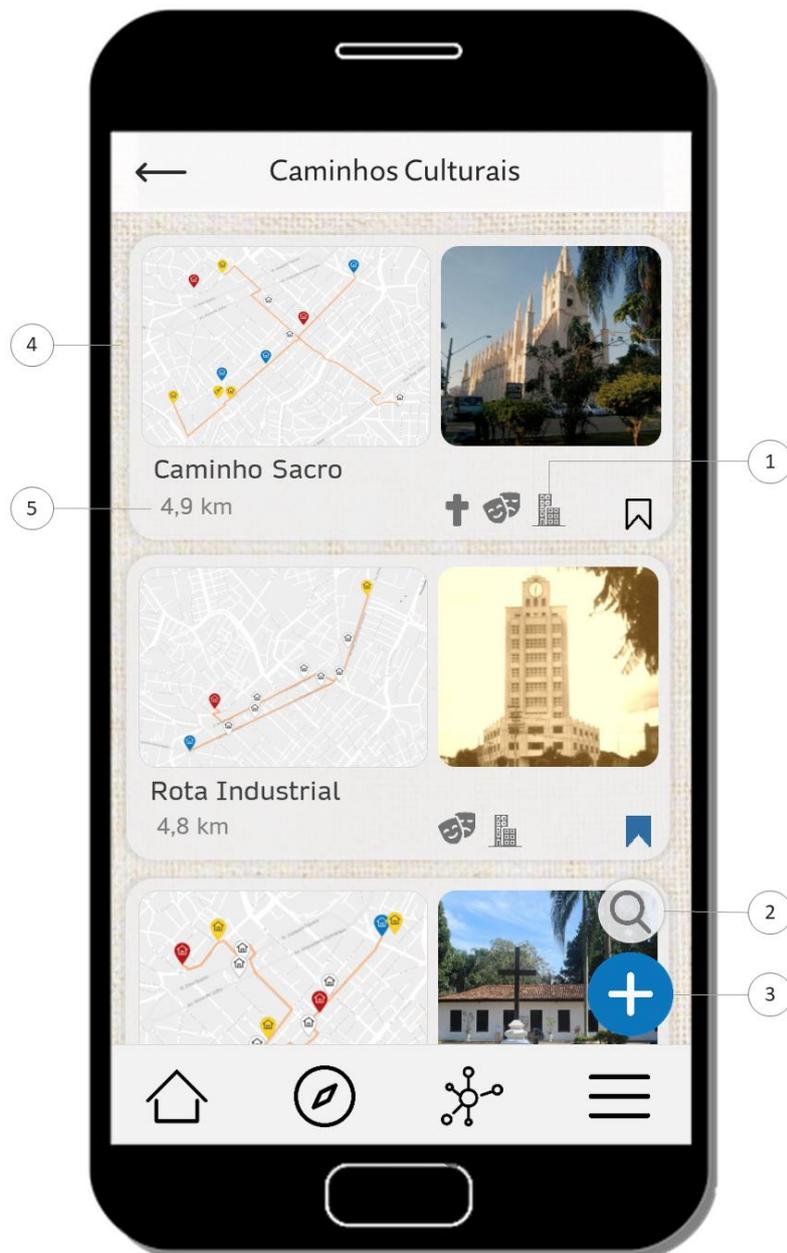


Figura 93. Página caminhos culturais visão em lista

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Prefeitura de Taubaté (Sítio do Pica Pau Amarelo); Grupo Taubaté das Antigas (CTI); Acervo Pessoal (Santa Terezinha)

1. Principais atrações encontradas no caminho cultural
2. Balão de pesquisa fixo na parte inferior da tela
3. Criar novo Caminho cultural
4. Seção em lista dos Caminhos Culturais
5. Distância a percorrer no caminho, calculada automaticamente pelo mapa

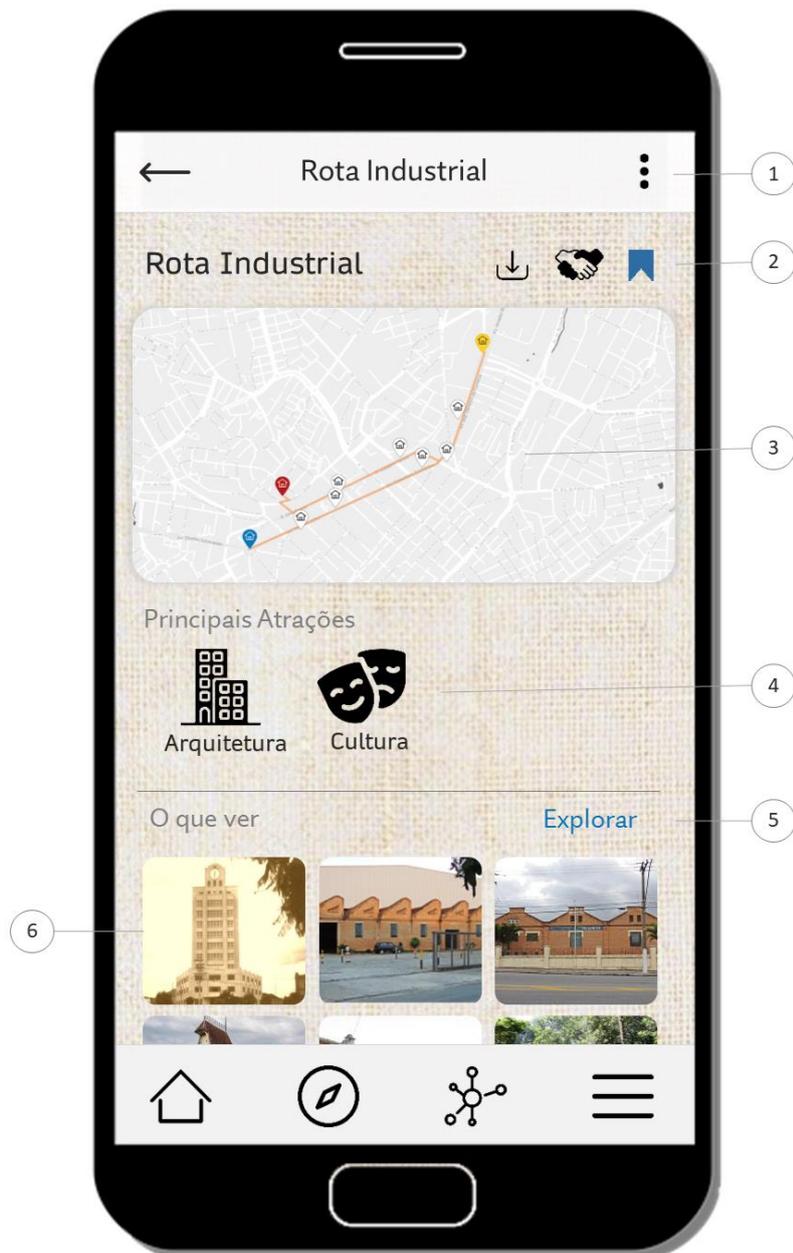


Figura 94. Exemplo de caminho cultural

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Camila Lima (Corozita e FiteJuta); Grupo Taubaté das Antigas (CTI); Snazzy Maps (Mapa)

1. Menu Especial
2. Atalho para ações do menu especial
3. Clique no mapa estende para tela inteira
4. Principais atrações encontradas no caminho cultural
5. Clique expande para visualização de todas as atrações do caminho cultural
6. Clique redireciona para inventário do item selecionado



Figura 95. Exemplo de caminho cultural [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Prefeitura de Taubaté

1. Tempo médio dos principais modais urbanos calculado automaticamente pelo mapa



Figura 96. Exemplo de caminho cultural [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

1. Menu Especial
2. Interação da comunidade pelos comentários

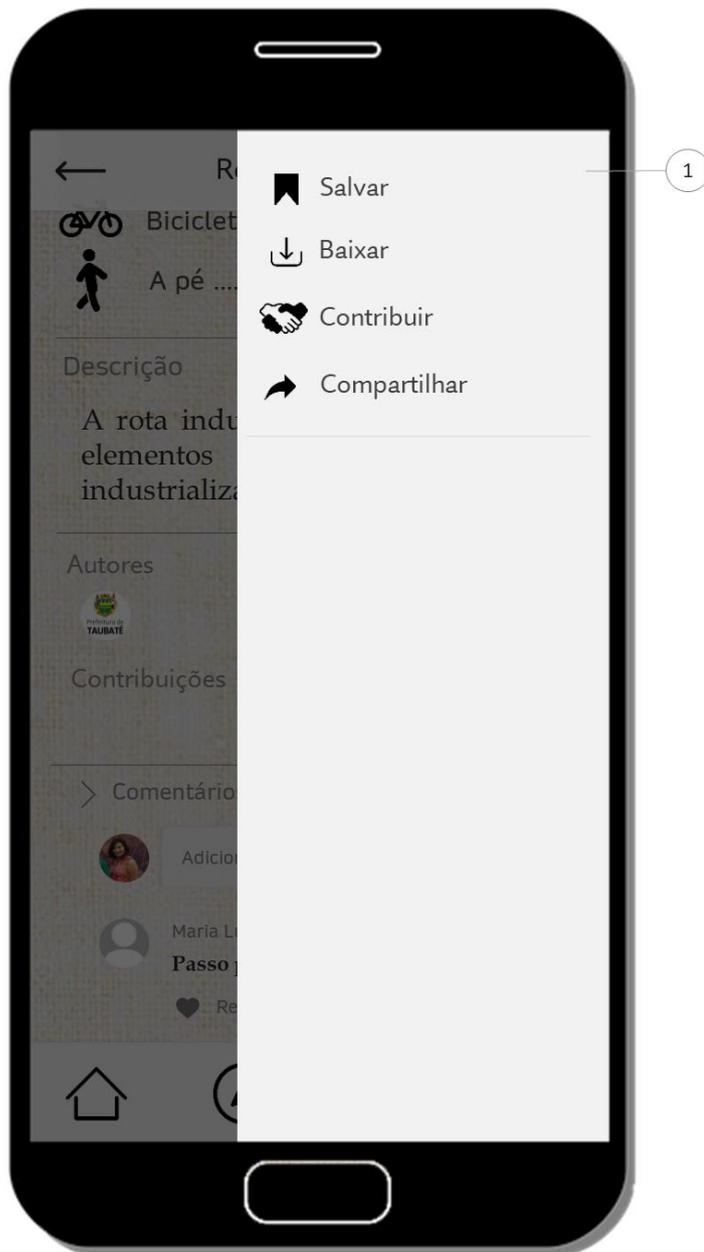


Figura 97. Menu especial do caminho cultural

Fonte: Elaborado pela autora

1. Menu Especial

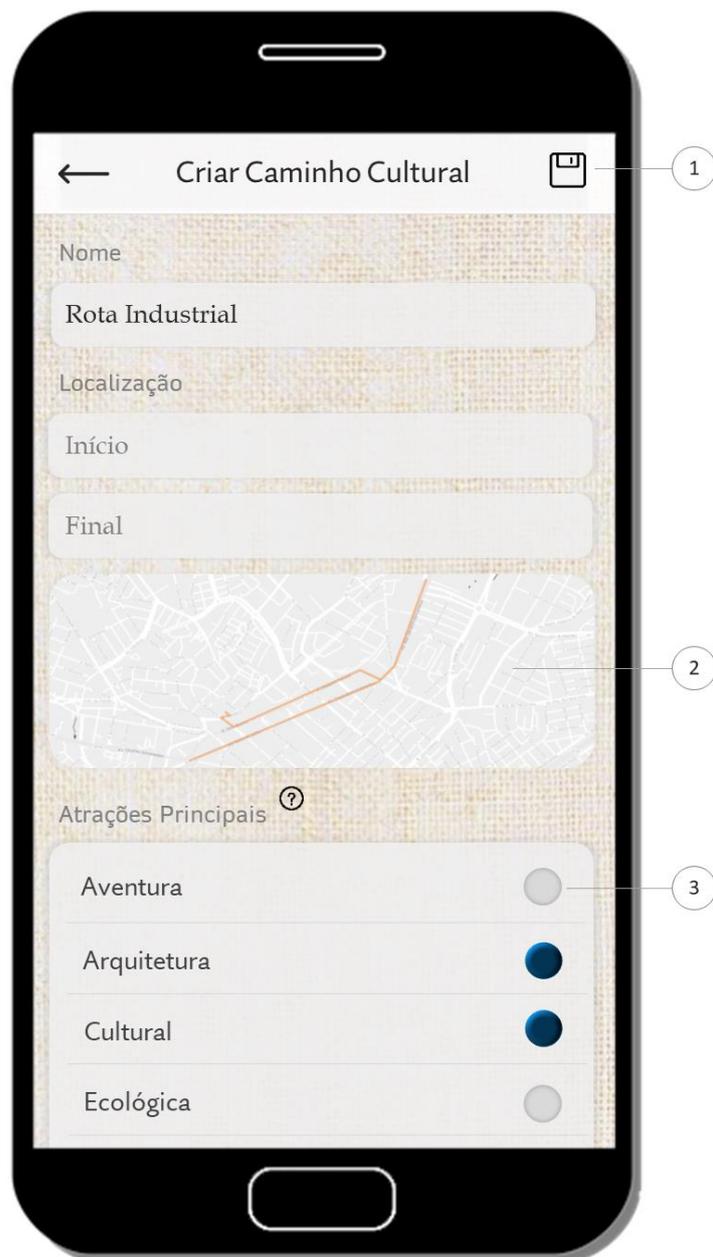


Figura 98. Página de criação de caminho cultural

Fonte: Elaborado pela autora

1. Salvar para continuar posteriormente
2. Clique no mapa estende para tela inteira para ajustar o caminho
3. Seleciona as opções das principais atrações

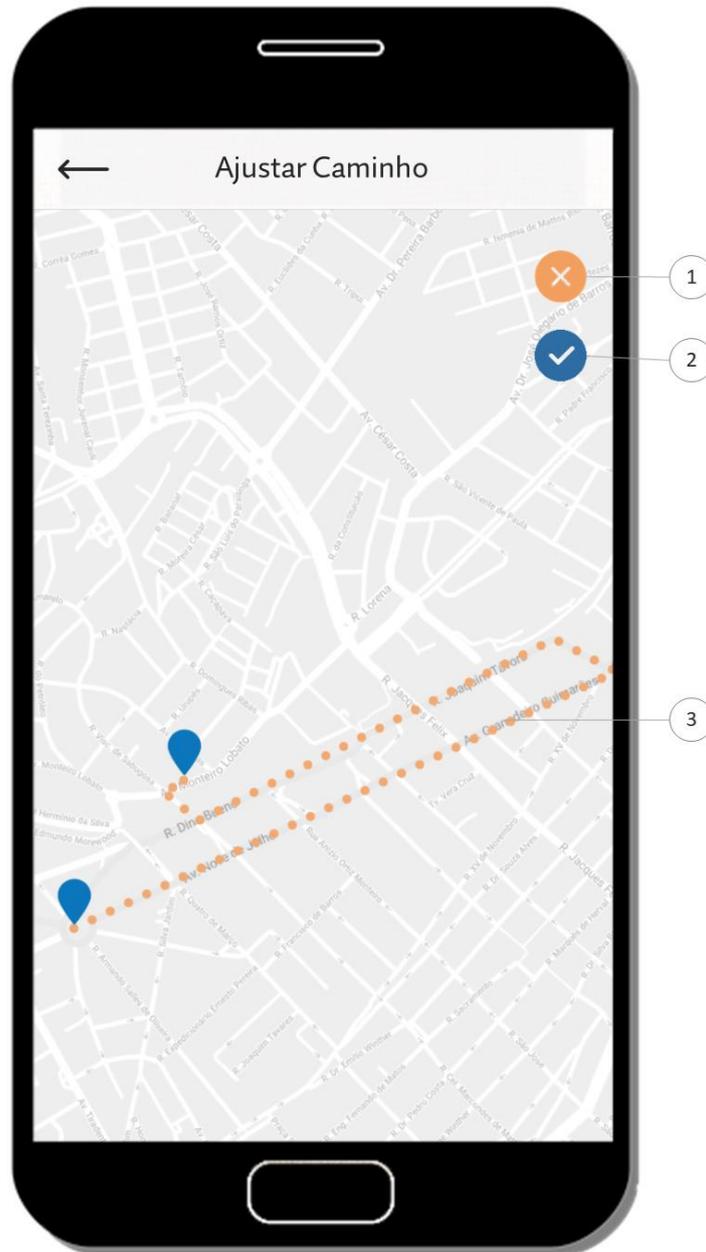


Figura 99. Ajuste da localização do caminho pelo mapa

Fonte: Elaborado pela autora

1. Cancela alterações
2. Confere alterações
3. Clique e arrasta o caminho modifica o percurso

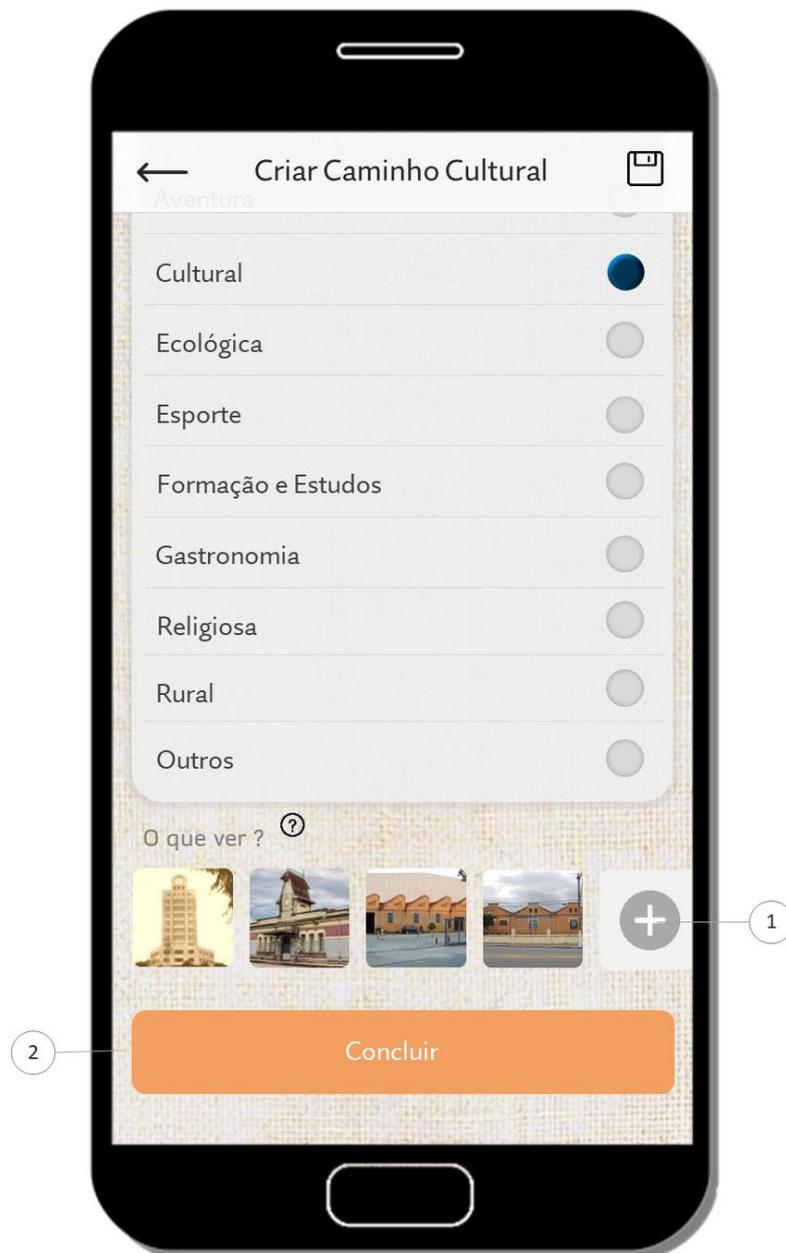


Figura 100. Página de criação de caminho cultural [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

1. Link dos inventários pelos quais passam ou que fazem mais sentido no caminho criado
2. Concluir envia as informações para aprovação da prefeitura

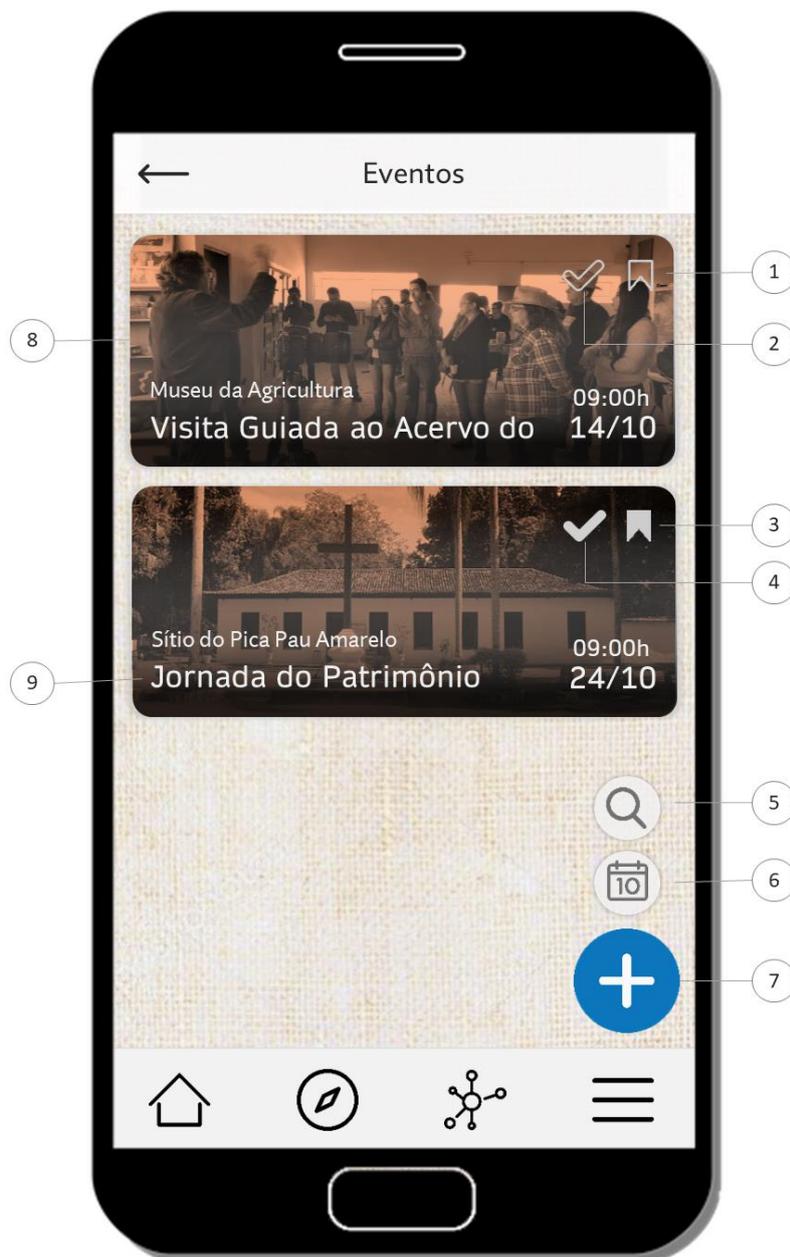


Figura 101. Página de eventos com visão em lista

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Acervo Pessoal (visita ao museu); Prefeitura de Taubaté (Sítio do Pica Pau Amarelo)

1. Opção salvar não selecionada
2. Opção comparecerei não selecionada
3. Opção salvar selecionada
4. Opção comparecerei selecionada
5. Balão de pesquisa fixo
6. Muda para a visão de calendário

7. Criar um evento
8. Visualização em lista dos eventos cadastrados
9. Informações básicas do evento

Filtro alaranjado e degrade cinza colocado automaticamente na foto para compor com o design

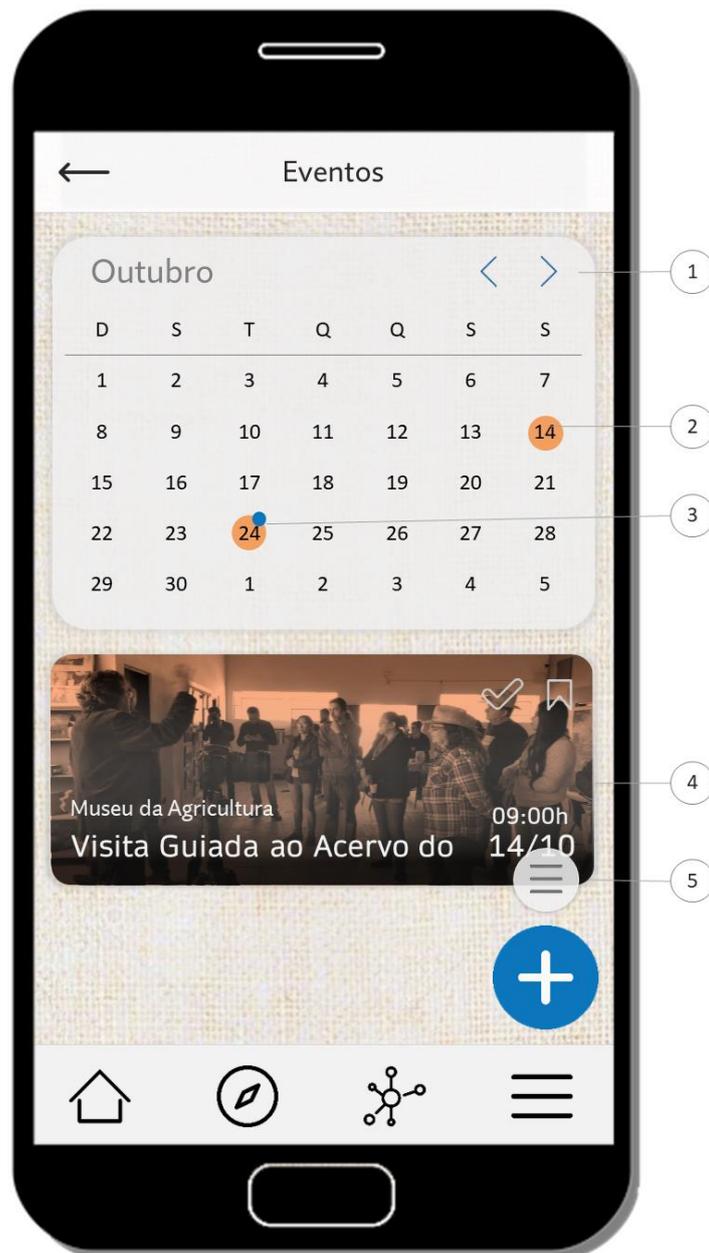


Figura 102. Página de eventos com visão em calendário

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Acervo Pessoal

1. Passar os meses
2. Dia marcado indica evento cadastrado
3. Marca azul indica evento selecionado como comparecerei
4. Lista referente ao dia selecionado no calendário
5. Muda para a visão de lista

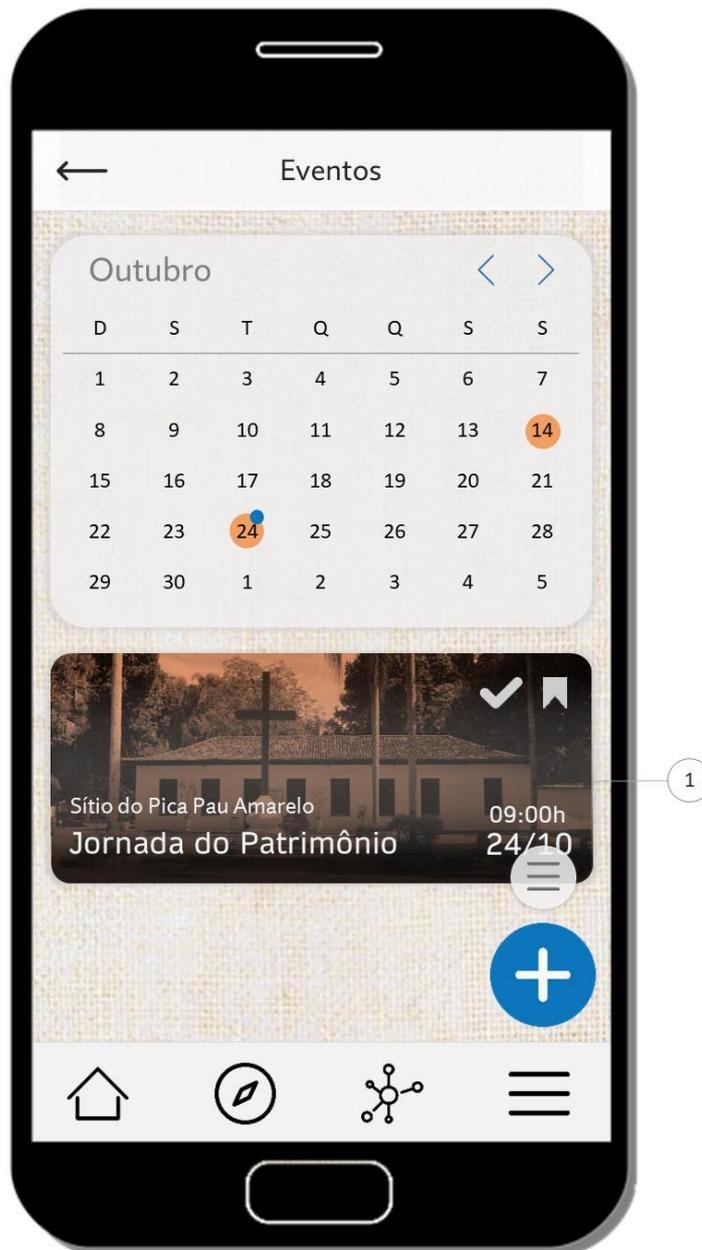


Figura 103. Página de eventos com visão calendário - seleção de outra data

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Prefeitura de Taubaté

1. Lista referente ao dia selecionado no calendário

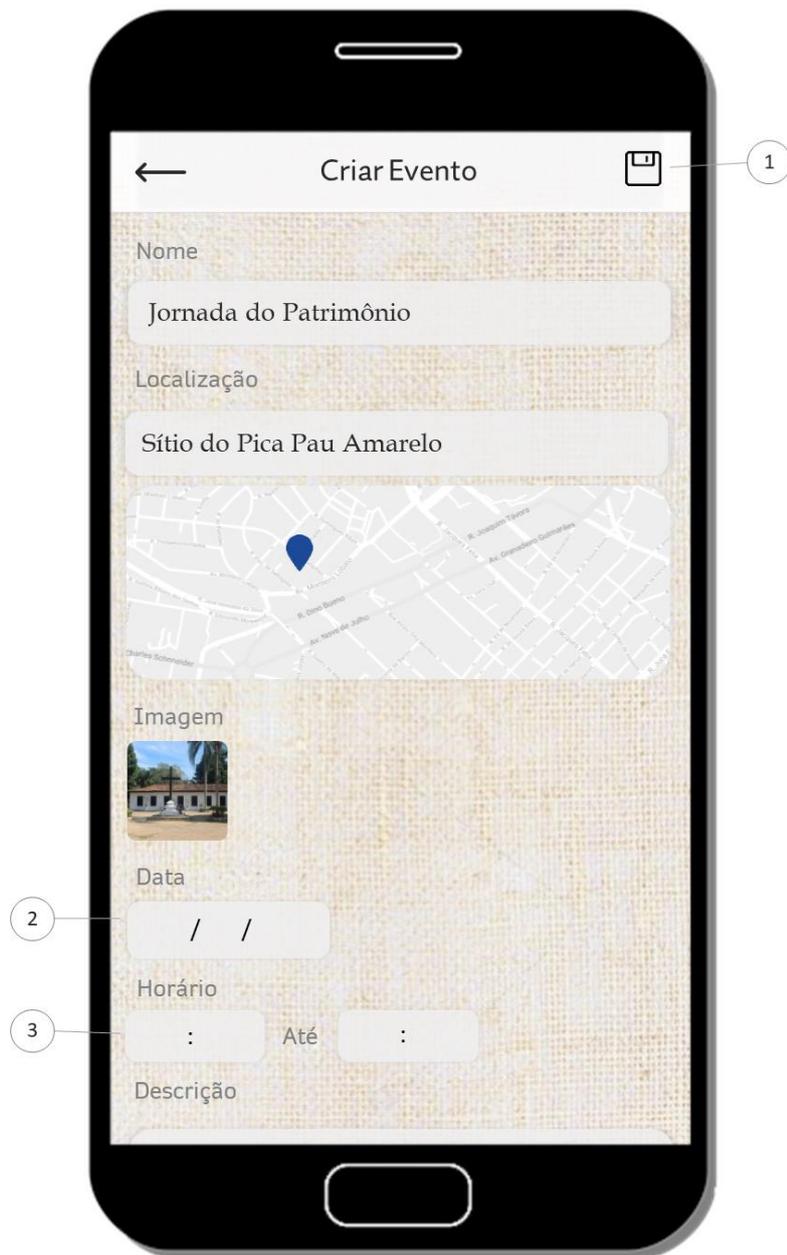


Figura 104. Página de criação de evento

Fonte: Elaborado pela autora

1. Salvar para continuar posteriormente
2. Clicar na data abre calendário auxiliar
3. Possibilidade de colocar horário de início e fim do evento



Figura 105. Inserir data

Fonte: Elaborado pela autora

1. Calendário auxiliar para seleção das datas



Figura 106. Página de criação de evento [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

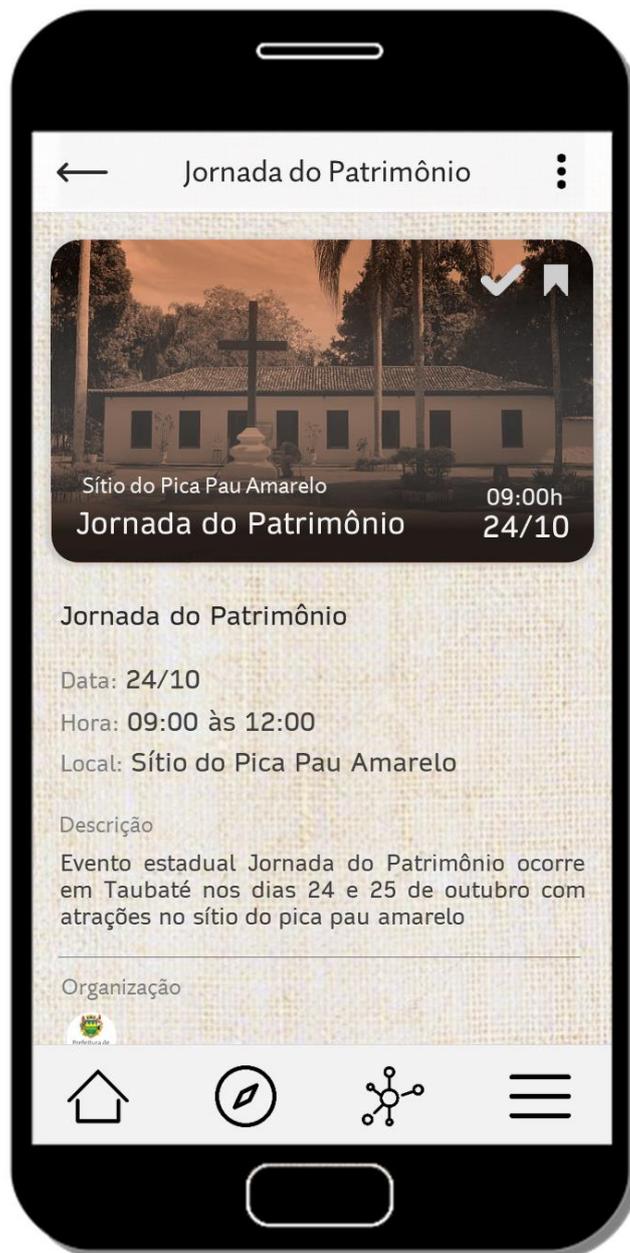


Figura 107. Exemplo de evento

Fonte: Elaborado pela autora

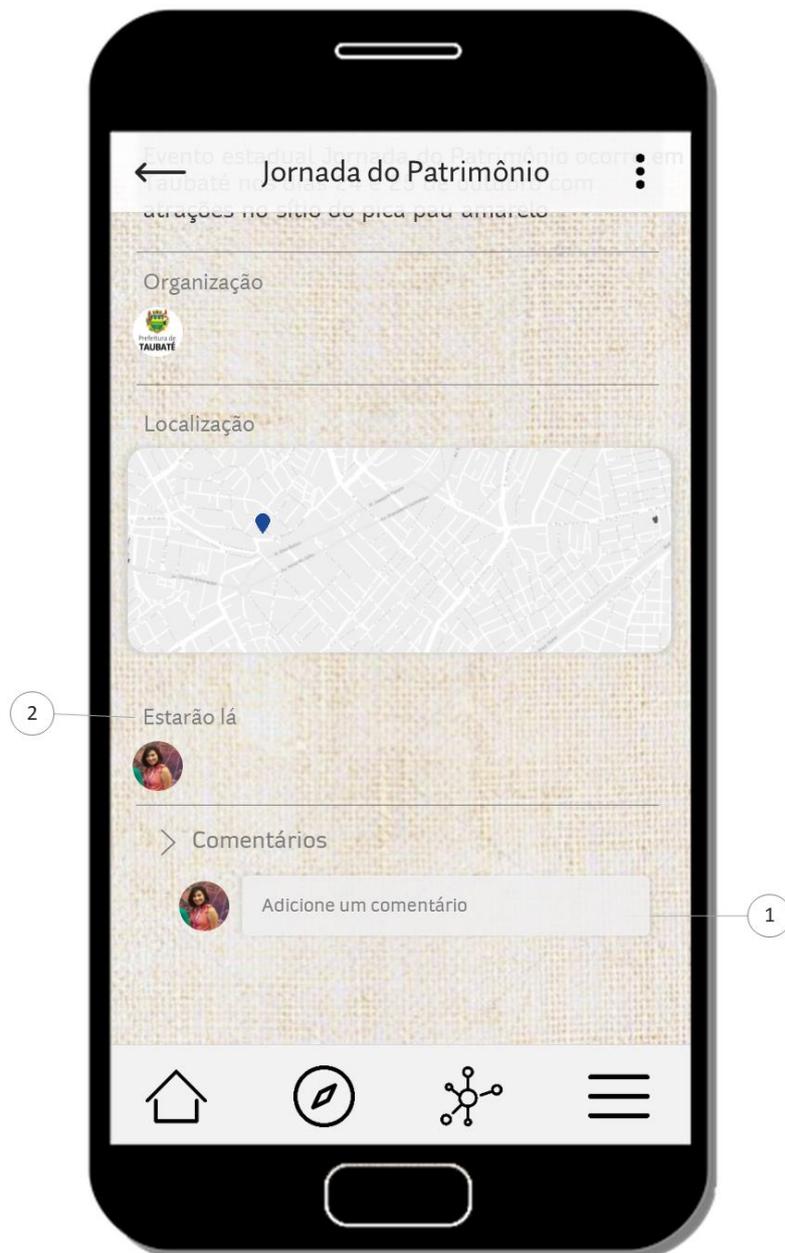


Figura 108. Exemplo de evento [continuação]

Fonte: Elaborado pela autora

1. Interação da comunidade pelos comentários
2. Auxílio na previsão de público e incentivo a participação

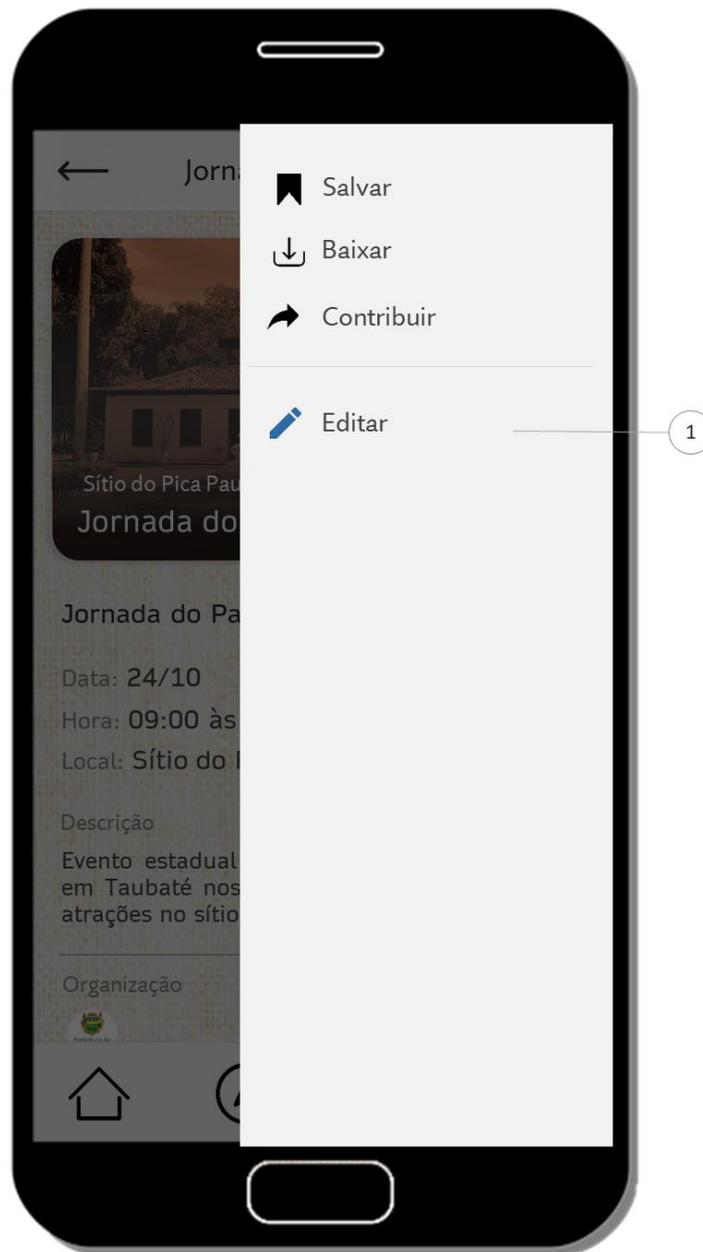


Figura 109. Menu especial dos eventos

Fonte: Elaborado pela autora

1. Seção só aparece quando a pessoa que visualiza criou o evento

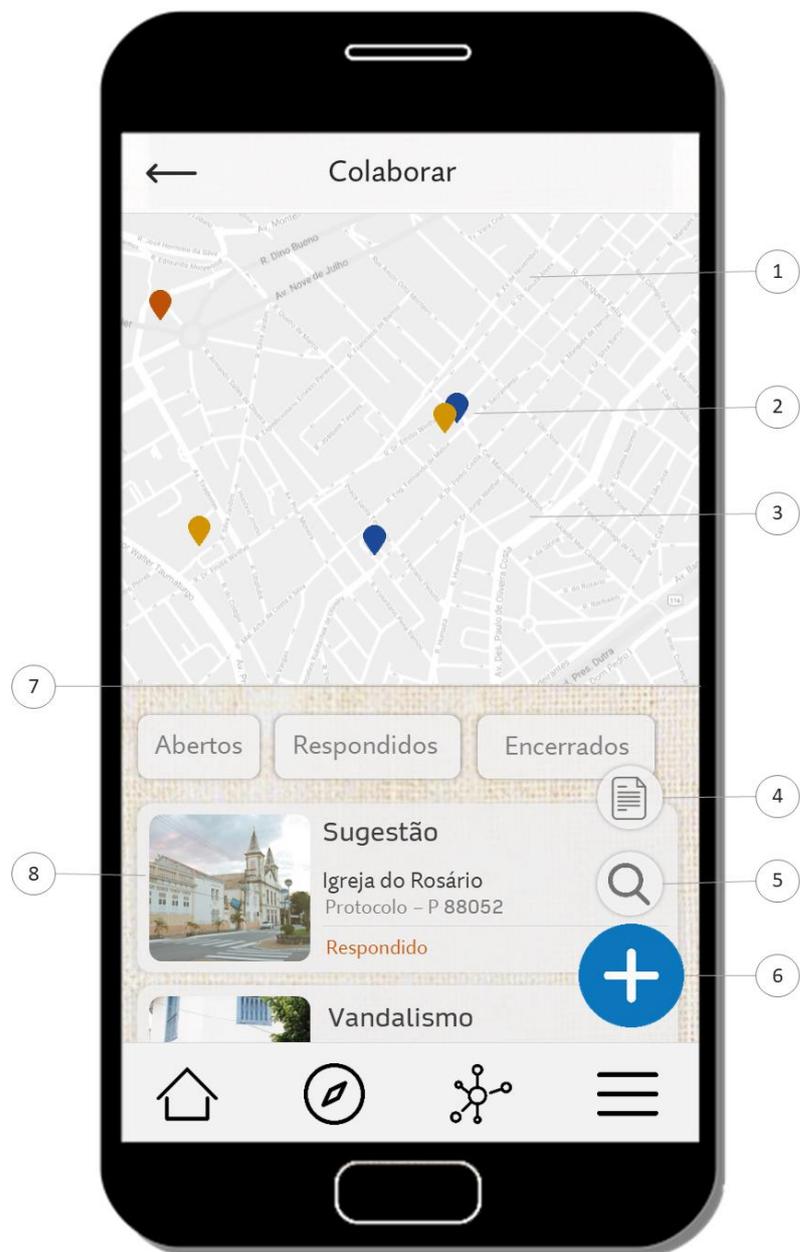


Figura 110. Página de colaborar na visão da comunidade

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Prefeitura de Taubaté

1. Mapa mostra todos os protocolos abertos pela comunidade
2. Cores classificam os assuntos em cada ponto
3. Clique no mapa estende para tela inteira
4. Muda visão para minhas colaborações
5. Pesquisar
6. Criar Colaboração
7. Arrastar para cima eleva a lista de sugestões e some o mapa
8. Descrição dos protocolos abertos pela comunidade

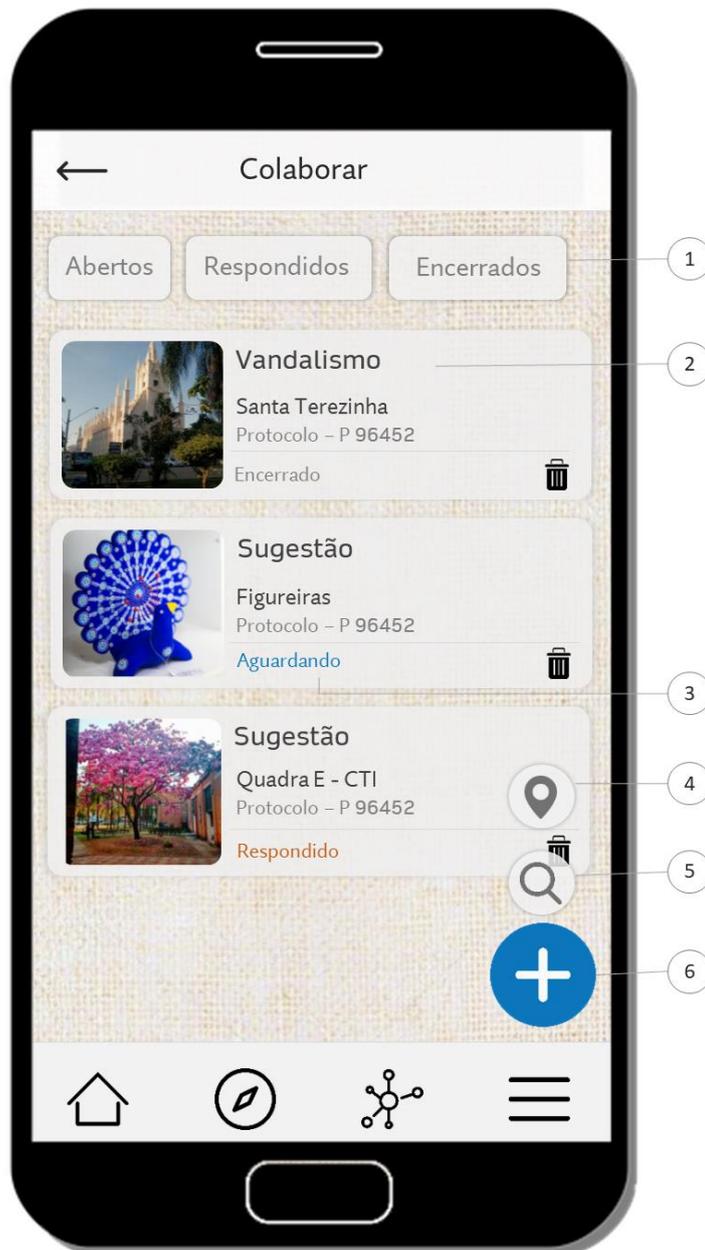


Figura 111. Página de colaborar na visão minhas colaborações

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte das fotografias: Prefeitura de Taubaté (Pavão e capoeira); Acervo Pessoal (Santa Terezinha e Quadra E)

1. Separação por status
2. Assunto
3. Status
4. Muda visão para colaborações da comunidade
5. Pesquisar
6. Criar Colaboração

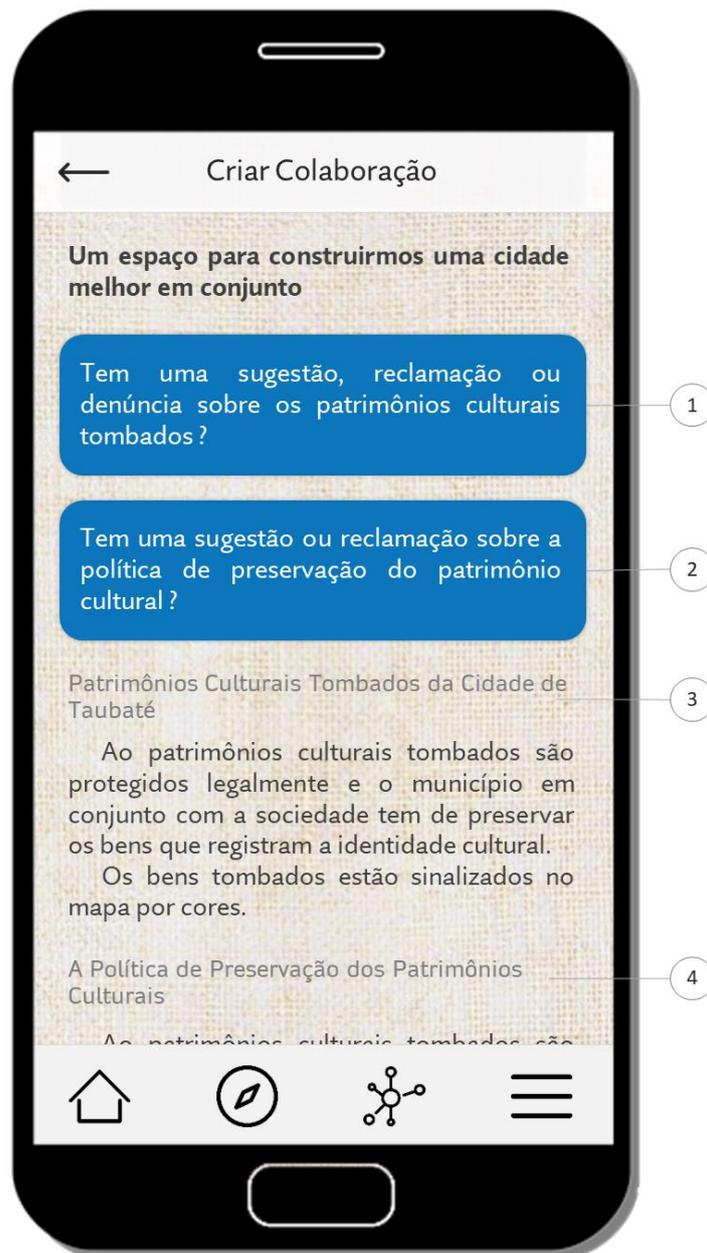


Figura 112. Criar colaboração

Fonte: Elaborado pela autora

1. Criar protocolo junto à prefeitura
2. Criar protocolo junto à prefeitura
3. Breve explicação sobre patrimônio cultural tombado
4. Breve explicação sobre a política pública de preservação do patrimônio cultural de Taubaté

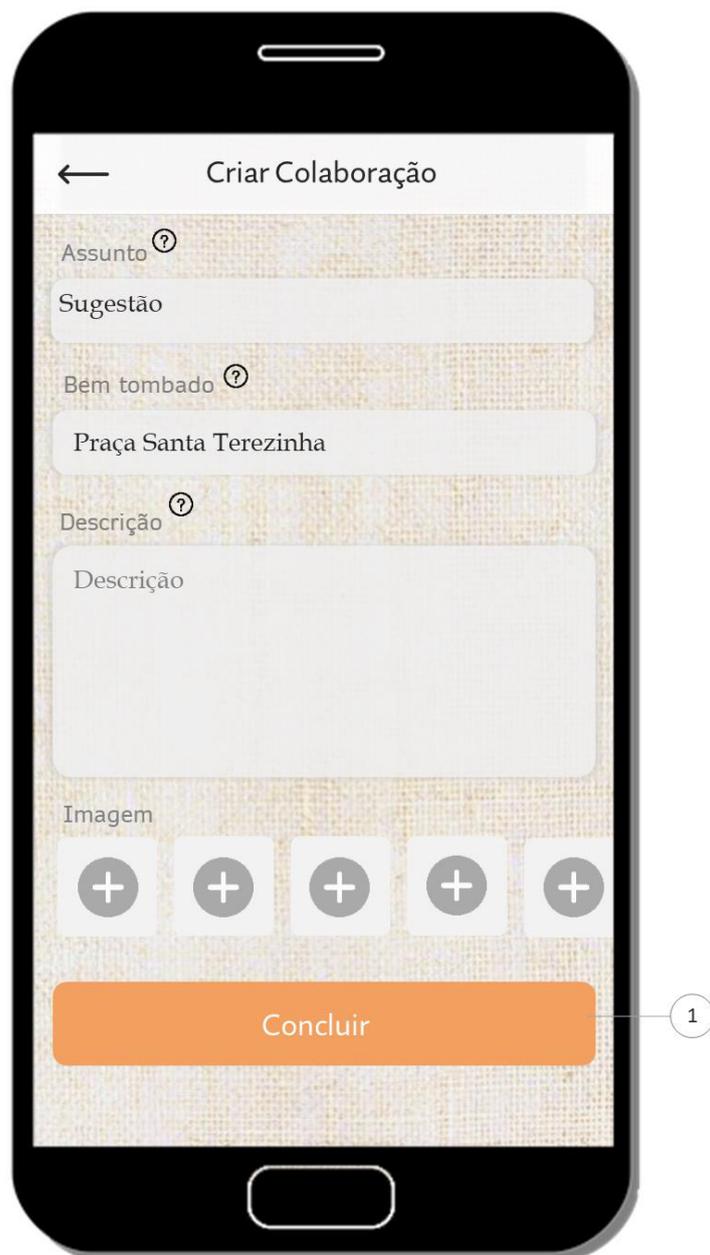


Figura 113. Página de criação de colaboração

Fonte: Elaborado pela autora

1. Abertura de protocolo junto à prefeitura

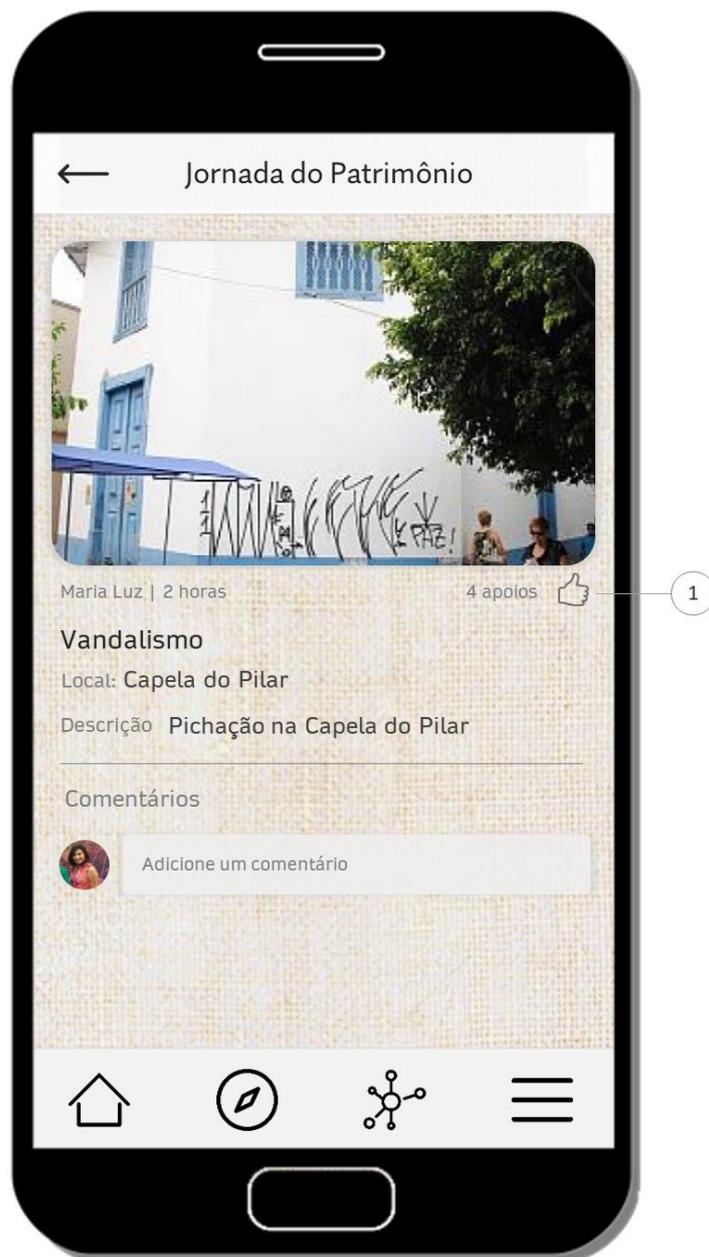


Figura 114. exemplo de colaboração

Fonte das fotografias: FÁBIO FRANÇA, 2014.

Fonte: Elaborado pela autora

1. Apoiar esta colaboração

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo cada vez mais urbanizado, as cidades são a grande chave para um desenvolvimento sustentável e democrático, para tal, a participação popular é essencial e garantida por lei.

A preservação do patrimônio cultural está intimamente ligada com a sensação de pertencimento e referência cultural dos cidadãos com o patrimônio, as medidas legais tomadas pelo estado para proteção, como o tombamento, só são eficazes e atingem o objetivo final de preservação em longo prazo em conjunto com a participação da sociedade civil.

O inventário possibilita a exploração e construção das referências culturais e, quando conduzido pela consciência local, abre a visão do grupo para suas características importantes e singulares.

Onde antes os elementos existentes muitas vezes só são percebidos depois que desaparecem, deixando uma sensação de perda, com a identificação dos elementos enquanto referencial cultural pela comunidade, podem agora ser compreendidos e apropriados como identidade e, como consequência, preservados.

Através da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) este trabalho trouxe uma ferramenta a ser utilizada para facilitar a construção e divulgação de inventários colaborativos.

Mesmo trabalhando na escala de vizinhança, o aplicativo possibilita que os inventários cheguem facilmente em toda a cidade e com as contribuições possam sempre serem complementados, obtendo um grande salto dos inventários físicos e estritamente ‘oficiais’ que necessitam ter um fim para sua publicação.

A conexão com a prefeitura abre o uso dos dados para a construção de um planejamento urbano de melhor qualidade e participativo, promovendo a cidade responsiva e resiliente e possibilitando um desenvolvimento mais sustentável e democrático.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE URUPÊS, **Você sabia que o Santuário de Santa Teresinha foi construído para competir com o de Aparecida?** Disponível em <<http://almanaquetaubate.com.br/index.php/2017/10/11/voce-sabia-que-o-santuario-de-santa-terezinha-foi-construido-para-competir-com-o-de-aparecida/>> Acessado em 04/12/2019.

BAHIA (Estado). Secretaria da Indústria e Comércio. (1982). **Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC). Monumentos do município de Salvador.** Salvador. V.1.

BAHIA (Estado). **SIPAC – Sistema de Informação do Patrimônio Cultural da Bahia.** Disponível em: <<http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/>>. Acessado em 14/06/2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante.** São Paulo. Editora: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de Outubro de 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acessado em: 23/05/2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25/1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acessado em 14/06/2019.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto das Cidades.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm> Acessado em: 23/05/2019.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur T. Maranhão. Redes e Governança das Políticas Públicas. **RP3 Revista de Pesquisa em Políticas Públicas.** Brasília. 1ª. Ed. – julho de 2013

CIDADES do Futuro, uma metrópole sustentável pode servir os seus moradores e a natureza. **National Geographic.** São Paulo, edição especial, abril de 2019.

COLAB, **Fazer a cidade melhor está na sua mão.** Disponível em < <https://www.colab.re/>> Acessado em 04/12/2019.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da arquitetura art déco no Rio de Janeiro**. Coleção Guias da Arquitetura no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Casa da palavra, 2000.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da arquitetura colonial neoclássica e romântica no Rio de Janeiro**. Coleção Guias da Arquitetura no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Casa da palavra, 2000.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Coleção Guias da Arquitetura no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Casa da palavra, 2000.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da arquitetura moderna no Rio de Janeiro**. Coleção Guias da Arquitetura no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Casa da palavra, 2000.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª Edição, São Paulo. Editora: Atlas, 2014.

EMPLASA, Sobre a RMVPLN. Disponível em < <https://emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>> Acessado em 04/12/2019.

FÁBIO, França. Patrimônio histórico, **Capela do Pilar sofre com abandono em Taubaté, SP**. G1 Vale do Paraíba e Região, 04/07/2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/07/patrimonio-historico-capela-do-pilar-sofre-com-abandono-em-taubate-sp.html>> Acessado em 04/12/2019.

GRUPO TAUBATÉ DAS ANTIGAS, Disponível em <<https://www.facebook.com/groups/560008887372733/>> Acessado em 04/12/2019.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016.

International Council on Monuments and Sites. **Declaração de Québec**. Disponível em <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf> Acessado em 14/06/2019.

IPHAN, **Portal do Patrimônio - Aplicativo para Celular e Tablet**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1598/>> Acessado em 01/12/2019.

LEITE, Carlos; AWAD. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes: Desenvolvimento Sustentável num Planeta Urbano**. 1ª Edição, Porto Alegre. Editora: Bookman, 2012.

MADRIGAL, Alexis. **Os Conselhos de Políticas Públicas à luz da Constituição Federal de 1988**. (Artigo) Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/40415/os-conselhos-de-politicas-publicas-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acessado em 05/06/2019.

MICROSOFT, Introdução a dashboards para designers do Power BI. Disponível em <<https://docs.microsoft.com/pt-br/power-bi/service-dashboards>> Acessado em 04/12/2019.

MOTTA, Lia. **Entorno de Bens Tombados**. [Pesquisa e texto de Lia Motta e Analucia Thompson]. – Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2010. 174 p.: il.; 23cm. – (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 4)

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Rezende Silva (org.). **Inventários de Identificação: um programa da experiência brasileira**. IPHAN – Edições do Patrimônio, Rio de Janeiro, 1998.

MUSEU DA PESSOA. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/home>>. Acessado em 14/06/2019.

PATRIMÔNIO: práticas e reflexões. (Edições do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN; 1) - Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007

PERNAMBUCO, **Aplicativo para celular aborda o patrimônio material do Recife e de Olinda**. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/canal/funcultura/aplicativo-para-celular-aborda-o-patrimonio-material-do-recife-e-olinda/>> Acessado em 04/12/2019.

PREFEITURA DE TAUBATÉ. Disponível em <<https://www.taubate.sp.gov.br>> Acessado em 04/12/2019.

PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. **Arquitetura e Paisagem: projeto participativo e criação coletiva**. São Paulo. Editora: Annablume; Fapesp; Fupam, 2005.

ROJAS, Claudia Cecilia Camacho; DUFOUR, Flavia Pitaki. **A utilização das TICs e a contribuição das cidades digitais para o favorecimento da governança.** Revista de Pesquisa e Educação Jurídica, Minas Gerais, v.1, nº2, p. 98-119, jul./Dez 2015.

SANTOS, Ademir Pereira dos. **Arquitetura Industrial - São José dos Campos.** 1. ed. Editora: APS Fundação Cultural Cassiano Ricardo, São José dos Campos, 2006. v. 1. 335p.

SANTOS, Ademir Pereira dos. **Inventário digital e modelos historiográficos.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2000.

SÃO PAULO (Prefeitura). **GEOSAMPA, sistema de geoprocessamento.** Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Acessado em 14/06/2019.

SEGRE, Roberto. **Guias da arquitetura carioca.** Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.001/3257>>. Acessado em 14/06/2019.

SNAZZY MAPS, My styles. Disponível em <<https://snazzymaps.com/editor/customize/127403>> Acessado em 04/12/2019.

TAUBATÉ (Prefeitura Municipal). **Mapa Cadastral Urbano.** Taubaté: 2007

TAUBATÉ. Lei Complementar nº412 de 12 de julho de 2017. **Plano Diretor Municipal.** Disponível em <http://www.camarataubate.sp.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Complementar_412_2017?cdLocal=5&arquivo=%7BAA0C4EAA-63C2-0D2B-E58A-E5BEBEEEEAE5C%7D.pdf> Acessado em: 23/05/2019.

TRACHANA, Angelique. **La ciudad híbrida. La mediación de las TIC en la experiencia de la ciudad.** Arte, Individuo y Sociedad 2014, edição 26 Núm. 2. pag. 233-254.

UNESCO. **Patrimônio Cultural Imaterial.** Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>> Acessado em 14/06/2019.

VASSÃO, Caio Adorno. **Cidade Distribuída: fundamentos para um novo modelo de urbanidade.** Tese (Pós-Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. 2016.